

**25
anos
depois**

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 29 de Abril de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1326 • Director: José Casanova

25 de Abril A festa maior



As comemorações populares dos 25 anos do 25 de Abril fizeram a festa em todo o País. Não apenas como celebração de uma data, mas empenhando a vontade de muitos portugueses em cumprir o projecto que Abril continua a ser. E agora vem aí o 1.º de Maio. Com a mesma força e empenhamento dos trabalhadores e do povo. Noticiário, reportagens, depoimentos - nas páginas 5 a 8, 10, 11 e 17 a 24.

TODOS AO 1.º DE MAIO!

Editorial As sementes da Revolução



Os 25 anos do 25 de Abril são comemorados por todo o País

RESUMO

21 Quarta-feira

PP nega financiamentos da Universidade Moderna ao partido ■ Cinco jovens são assassinados pelas milícias pró-integracionistas em Ljubič, três horas após o acordo de cessar-fogo assinado pelos dirigentes das milícias e aceite por Xanana Gusmão ■ Tem início em Nova Iorque a ronda negociada sobre Timor-Leste entre Ali Alatas, Jaime Gama e Kofi Annan ■ Os mísseis da NATO atingem a sede do Partido Socialista da Sérvia e várias estações de rádio e televisão privadas ■ O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados apela aos países aliados para iniciarem uma ponte aérea para evacuar os milhares de refugiados da Macedónia, onde os campos de acolhimento são já insuficientes.

22 Quinta-feira

Após várias ameaças de morte, Mário Carrascalão foge para Macau e afirma que só regressará à Indonésia quando houver um regime democrático ■ Ali Alatas afirma que o Governo indonésio está disposto a aceitar a presença da ONU em Timor-Leste mas não serão aceites capacetes azuis ■ Milosevic mostra-se disposto a aceitar uma presença internacional no Kosovo sob a égide da ONU ■ A NATO destrói a residência do presidente jugoslavo, Milosevic, no Bairro de Dedinje, na parte alta de Belgrado ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros de Bagdad afirma que o Irão está à procura de um pretexto para atacar o Iraque.

23 Sexta-feira

Carlos Carvalhas discursa sobre os ataques da NATO à Jugoslávia e as eleições europeias nas comemorações dos 25 anos do 25 de Abril na Gare Marítima de Santa Apolónia em Lisboa ■ Ali Alatas adia até 5 de Maio a assinatura do acordo, alegando que as questões de segurança para o voto e o mecanismo da consulta popular têm que ser analisados pelo Governo de Jacarta ■ Nas comemorações do 50.º aniversário da NATO, o conselho de guerra analisa a situação no Kosovo e afasta a ideia de invasão terrestre ■ Ataque da NATO a geradores eléctricos em Belgrado e à televisão sérvia provoca 10 mortos, 18 feridos e 20 desaparecidos.

24 Sábado

Jorge Sampaio homenageia quatro unidades militares que tiveram um papel decisivo no 25 de Abril ■ Xanana Gusmão fica reticente relativamente ao adiamento da assinatura do acordo sobre Timor-Leste devido à continuação da violência

das milícias ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Igor Ivanov, anuncia que Moscovo vai manter o fornecimento de produtos petrolíferos à Jugoslávia ■ A NATO bombardeia a capital do Kosovo ■ Uma bomba explode no bairro de Brick Lane, na capital britânica, onde reside a maior comunidade de nacionais de Bangladesh, provocando seis feridos.

25 Domingo

Na sessão solene dedicada à evocação do 25 de Abril na Assembleia da República, Jorge Sampaio defende a reforma do sistema político e o reforço da participação dos cidadãos ■ Milhares de pessoas juntam-se na Avenida da Liberdade em Lisboa para celebrar Abril, enquanto que manifestantes de Canas de Senhorim tentam boicotar comemorações dos 25 anos do 25 de Abril no Parque das Nações ■ Anthony Blinken, conselheiro do presidente Bill Clinton para os assuntos europeus, afirma que o aval da ONU não é indispensável para as próximas acções da NATO no Kosovo, ao mesmo tempo que Washington envia novo grupo de helicópteros de ataque para aeroporto militar próximo de Tirana ■ A Scotland Yard adverte a população para uma eventual campanha terrorista contra as minorias étnicas residentes no Reino Unido.

26 Segunda-feira

A União Europeia reafirma a necessidade urgente da presença da ONU em Timor-Leste ■ Os Quinze aprovam o Estatuto Único do eurodeputado ■ Vuk Draskovic, vice-primeiro-ministro jugoslavo, demarca-se da política de Milosevic e defende a aceitação de uma força das Nações Unidas ■ O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados acusa a Sérvia de usar como escudos humanos dezenas de civis, detidos em cima de um depósito de munições, em Prizren, no sul do Kosovo ■ O presidente da Índia anuncia a dissolução do Parlamento, o que implica a antecipação das eleições legislativas.

27 Terça-feira

O PCP condena as atrocidades cometidas em países como a Jugoslávia, Turquia ou Timor no encontro do Funchal dos deputados do Grupo Confederado da Esquerda Unitária Europeia ■ O presidente indonésio, Jusuf Habibie, aceita «policia civil» da ONU em Timor ■ A NATO bombardeia a sede do SPS e os aeroportos de Ladjevac e Novi Sad ■ O Tribunal alemão de Leipzig começa a julgar os oito «cabeças rapadas» acusados da morte de um trabalhador português.

EDITORIAL

As sementes da Revolução

Abril encheu as ruas de festa e de luta. E fê-lo como nunca antes o fizera, não só no que respeita ao número de presenças mas também, e talvez essencialmente, no significado e no conteúdo dessas presenças. Os ideais de Abril - a justiça social, a liberdade, a paz, a solidariedade, a fraternidade - confirmaram a sua actualidade e confirmaram que ocupam lugar permanente nas memórias, nos anseios, nos objectivos dos trabalhadores e do povo. Comemorou-se Abril lembrando o passado - o que de bom e de mau houve no passado - mas com os pés bem assentes na realidade presente e mantendo vivas as perspectivas de retomar todos os caminhos de Abril e de, assim, conquistar o futuro que há 25 anos foi possível entrever. Por tudo isto, as comemorações foram a festa, foram a alegria mas foram igualmente a preocupação face aos ataques de que Abril continua a ser alvo - e foram, portanto, clara afirmação colectiva de disponibilidade para a luta. Assim, Abril encheu as ruas de festa e de luta, projectando Maio e o seu primeiro dia, o dia dos trabalhadores.

Num tempo em que o governo do PS, quer no plano interno quer no plano externo, leva por diante uma política que ofende e afronta os ideais de Abril, lutar é o caminho!

Justo é que, no momento em que comemoramos e vivemos mais um 1.º de Maio - o 25.º depois do 25 de Abril - busquemos nas memórias os «primeiros de maio» de outros tempos: os «primeiros de maio» das cargas policiais, da repressão, das prisões, dos assassinatos; os «primeiros de maio» erguidos a pulso, conquistados ao fascismo pela coragem, pela determinação, pela consciência política da classe operária e dos trabalhadores. E justo é, nessa medida, que recordemos de forma muito especial o longínquo 1.º de Maio de 1962 - marco histórico na luta da classe operária, impressionante demonstração concreta da força organizada dos trabalhadores e do papel de vanguarda do seu Partido, poderosa manifestação de massas que mostrou que o «impossível» era possível, que impôs o dia dos trabalhadores como dia nacional da resistência antifascista e que, por tudo isso, fez tremer o fascismo e foi importante semente da Revolução.

No próximo 1.º de Maio, os trabalhadores, respondendo ao apelo da CGTP, virão para a rua comemorar o seu dia e, como aconteceu no passado 25 de Abril, essa será uma jornada de festa e de luta. Com efeito, muitas são as razões para a festa e muitas mais, ainda, as que impõem a continuação e a intensificação da luta. Num tempo em que o governo do PS, quer no plano interno quer no plano externo, leva por diante uma política que ofende e afronta os ideais de Abril, lutar é o caminho. Lutar contra a política que serve fielmente os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros e se submete servilmente às ordens do imperialismo norte-americano, e que, por isso, é frontalmente contrária aos interesses dos trabalhadores, do povo e do país; lutar contra as consequências imediatas dessa política e, complementar e simultaneamente, procurar derrotá-la e substituí-la por uma política de esquerda, que respeite os ideais de Abril - são as tarefas essenciais que hoje se colocam à imensa maioria dos portugueses e portuguesas. Só através da luta será possível travar e der-

rotar o pacote laboral que o governo de Guterres quer oferecer ao grande capital; só através da luta será possível impedir o agravamento das injustiças sociais e prosseguir, nessa matéria, o revolucionário caminho que Abril abriu; só através da luta será possível reconquistar o prestígio internacional de Portugal, humilhado e ofendido pelas posições do governo do PS, nomeadamente em relação à Jugoslávia.

Lutamos e vivemos Maio num momento em que o imperialismo norte-americano dá perigosos passos em frente no seu sinistro objectivo de dominar o Mundo e é apoiado nesse objectivo pelos governos da União Europeia - governo do PS incluído. A NATO, já dominada, de facto, pelos EUA, está em vias de passar a exercer a sua criminosa actividade no quadro de uma «legalidade» imposta pelo imperialismo e aplaudida, nomeadamente, pelo governo português. Entretanto, toneladas de bombas destroem um país e massacram um povo em benefício dos interesses dos EUA, numa situação que nos traz à memória os trágicos acontecimentos de há seis décadas. Ofendendo e negando Abril, o governo do PS e o PSD - e, lamentavelmente, o próprio Presidente da República - posicionam-se ao lado da guerra e contra a paz, ao lado dos agressores e contra os agredidos - e envolvem novamente Portugal numa guerra que não resolve antes agrava todos os problemas. No 1.º de

Maio a luta pela paz terá certamente lugar de destaque: o dia dos trabalhadores deixará claro que é imperioso e urgente devolver a Abril a paz que Abril nos trouxe.

No 1.º de Maio estará também presente a solidariedade dos trabalhadores portugueses para com o povo mártir de Timor-Leste e a sua repulsa pela acção criminosa da Indonésia. E não poderá deixar de assinalar-se e criticar-se a posição do governo português face a esta situação, com uma intervenção limitada a uns telefonemas de Guterres para Clinton e de Jaime Gama para Madeleine Albright - enquanto as milícias, transportadas por helicópteros das forças armadas indonésias, continuam a sua missão assassina e, assim, contribuem «para a estabilidade e segurança do povo timorense» que Guterres diz defender... E tudo isto teorizado pelo Primeiro-Ministro para justificar o envolvimento de Portugal na agressão a um país soberano, no género troca por troca: toma lá certezas em relação aos bombardeamentos da Jugoslávia, dá cá uma declaração de boas intenções em relação a Timor-Leste.

As comemorações do 25.º aniversário do 25 de Abril mostraram iniludíveis sinais de vontade de mudança e de disponibilidade para lutar por essa mudança. O 1.º de Maio confirmará e sublinhará esses sinais e constituirá, tudo o indica, um novo ponto de partida para mais e mais fortes lutas. Por Abril e pelos seus ideais que constituem a mais sólida plataforma da luta pela conquista do futuro. De facto, «A Revolução deixou sementes e está viva» - como observou o General Vasco Gonçalves comentando a força e a grandiosidade das comemorações de Abril; de facto, Abril semeou sementes que, com a luta, hão-de florir e dar frutos nos maços do nosso futuro colectivo.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa - Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
1169-161 Lisboa,
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058,
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:

DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
1169-161 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linhó - 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial do Maia
Sector IX
Rua B L. 227 - 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1169-161 Lisboa
- Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1169-161 Lisboa
- Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Hélica Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA 50 números: 30 600\$00
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU 50 números: 23 000\$00
EUROPA 50 números: 21 850\$00	

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

As palavras e as armas

Dois rapazes de 17 e 18 anos, norte-americanos, membros de uma organização neo-nazi, assassinaram a tiro cerca de duas dezenas de rapazes e raparigas, mais ou menos das suas idades e seus companheiros de escola. Ao que parece, o massacre teve como objectivo comemorar o aniversário do nascimento de Hitler.

Este tipo de crimes é cada vez mais frequente nos EUA, podendo dizer-se até que faz parte do dia-a-dia da «pátria dos direitos humanos», também autodenominada «berço da liberdade e da democracia». É natural que assim seja na medida em que estamos a falar de uma sociedade que tem a violência como sua matriz essencial, onde a aquisição das mais modernas armas de fogo é quase tão fácil como a compra de uma coca-cola ou de um hambúrguer - e onde o governo pratica uma política externa criminosa e hipócrita que, em nome da liberdade e dos direitos humanos, destrói e mata quando, onde e como quer.

Não surpreende, por isso, a reacção do presidente Clinton à referida acção criminosa dos dois neonazis. Com aquela voz de

falso compungimento que costuma usar nestas situações e salpicando de falsos sinais humanos aquele seu rosto de figura de museu de cera - Clinton pediu «à América» que rezasse pelas vítimas. E, didacticamente empenhado, acrescentou: «Temos que ensinar os jovens americanos a resolver os seus problemas com palavras e não com armas.»

Sabendo-se o que, para Clinton, significam as palavras e as armas e a utilização que delas faz, há que concluir que a supracitada declaração constitui um incentivo à continuação e intensificação de acções criminosas semelhantes à que os dois rapazes cometeram. Como se sabe, Clinton é um utilizador nato da palavra das armas, faz de cada palavra um disparo mortífero, faz transportar a sua voz por toneladas de bombas que destroem e matam. E quando fala de democracia, de liberdade, de direitos humanos - ou seja dos sacrossantos interesses dos EUA - é certo e sabido que, algures no Planeta, milhares de pessoas olham de imediato para o ar a ver quando chegam as bombas. Representante dos donos dos EUA (que são os

donos da Nato, da ONU, da Europa, do Mundo), Clinton assume-se com cada vez maior descaro e arrogância como fiel seguidor das práticas e dos métodos utilizados, há sessenta anos, pelo nazismo na sua tentativa de domínio total do Mundo.

Hoje, na Jugoslávia, as «palavras» de Clinton destroem e massacraram um país e um povo. Brutalmente. Com o apoio activo dos subservientes governos da UE, entre os quais, tão de cócoras e tão rastejante como os seus congéneres, o do engenheiro Guterres. E face a isto, surpreende que haja quem focalize as responsabilidades desta guerra em Milosevic e o compare com Hitler. Tal visão das coisas é não só desajustada como tende a branquear os criminosos objectivos e práticas dos EUA.

Não deixemos que nos confundam nem tenhamos medo de utilizar as palavras necessárias: seja Milosevic o que for, e por pior que seja, a única comparação objectiva, nestas circunstâncias, será entre Clinton e Hitler.

■ José Casanova

Francisco nunca mais

Num chuvisco pequeno que lhe empoalhava os cabelos e a cara, Francisco franziu os olhos contra um repente de raios de sol. Escarranchado aos ombros do pai, mãos bem apertadas nas dele, sentia-se muito mais alto que todos aqueles passos percorrendo liberdade num grito ritmado e determinado: «25 de Abril sempre! Fascismo nunca mais!»

Soava-lhe a festa, já sabia falar e ouvir, mas havia uma coisa que lhe despertou dúvidas. Perguntou, mais inclinado para os ombros do pai: «Por que é que estão todos a dizer Francisco nunca mais?»

Naquele turbilhão de alegria lutadora, a dúvida do pequeno Francisco tinha razão de ser. A palavra fascismo não constava do seu léxico. Mas a pergunta feita do alto de um trono de ombros paternos pode levar-nos directamente a outra: o que significa hoje para a juventude nascida neste quarto de século a revolução que fizemos também em nome da grande aventura a que chamamos futuro?

Os pequenos Franciscos não sabem, felizmente, que tiveram a sorte grande de serem das gerações de Abril. Que não tiveram de pagar talvez o mais difícil dos impostos: o que nos foi tributado, com todos os juros conhecidos, desde a prisão à tortura, passando por longos exílios, a percorrer, dentro ou fora do país, caminhos que nos roubavam da nossa própria terra. E, pecador, me confesso. Antifascista, comunista, combatente desde os 20 anos, tenho hoje inveja desta juventude que nasceu sem prisões políticas, que cresceu sem o ferrete de uma época asfíxica, que pode agir sem ter o pensamento agrilhado a sufocar o próximo passo, que não tem já que sussurrar ideias no escuro de uma mão apertada de despedida, até não saber mais quando.

Com Abril plantámos um cravo vermelho no nosso caminho de percorrer mundo. Desde o ruir da ditadura até ao fim do colonialismo fomos deixando nele, de punho erguido, o nosso desejo de paz e também o que

fraternalmente significa igualdade de direitos, na sua mais ampla expressão social. À espreita da espingarda mais florida que a guerra jamais viu, Abril foi o grande protagonista de uma portuguesa modernidade. Mais: persiste em não se consentir data do passado. Continua como portador da história, de ideias e valores indispensáveis à solução dos problemas com que nos debatemos hoje no mundo e no país. Há preocupações graves que ensombream o futuro, como a injeção forçada e infectada da «globalização» - económica, técnica, cultural, científica, socialmente degradante - a que os jovens terão que fazer frente, na desigualdade crescente de ricos e pobres em cada país e entre países. Com milhões de seres humanos condenados a um destino de injustiça pré-programada.

Há quem se queixe de indiferença juvenil perante problemas do mundo de hoje e de valores para lhes fazer frente. A nossa experiência não confirma essas ideias pessimistas. Pelo contrário, em encontros nas últimas semanas realizados com milhares de jovens de escolas por todo o país, enfrentámos sempre sorrisos de quem quer compreender e aderir a valores vastos, descobertos, examinados com olhar curioso dos que rasgam a magia do futuro. E há uma certeza que fica naqueles olhares perguntadores, ansiosos de querer olhar ainda mais: com estas gerações de Abril, e através delas, teremos garantidas outras madrugadas por elas caminhadas, imaginadas e libertadas - as de um melhor porvir.

Francisco, hoje já adolescente, era, domingo, porta-bandeira de um cravo de Abril. E ao levá-lo, agora desfilando pelos seus pés, compreende o que é viver e continuar esta cor primaveril: afinal, o destino pode ser alterado com a determinação de quem ergue uma flor.

■ Aurélio Santos

MASSACRES e mentiras

“Durante a guerra fria, um único aviso do Kremlin teria sido suficiente para manter as mãos da NATO fora dos Balcãs” (*Financial Times*, 26.3.99). Com estas palavras, o insuspeito órgão da City londrina confirma implicitamente que a queda da União Soviética abriu as portas para o regresso da guerra, após meio século, ao continente europeu. Pode parecer paradoxal que o fim do “Confronto Leste-Oeste” traga a guerra. Mas o aparente paradoxo só existe para quem tinha ilusões quanto à real natureza do imperialismo. É a quarta vez em oito meses que os EUA (sozinhos ou mal acompanhados) bombardeiam países independentes e soberanos. No Verão passado coube ao Sudão e Afeganistão. Em Dezembro (e prosseguindo nestes mesmos dias), ao Iraque. Agora, a vítima é a Jugoslávia. Em todos os casos, tratou-se de agressões, que violam frontalmente o direito internacional. Agressões decididas pelos EUA. Que se arrogam o direito de bombardearem o que querem, quando querem, como querem.

Num liceu dos EUA, adolescentes da autodenominada Mafia das Gabardinas massacraram os seus colegas, num banho de sangue que se saldou em 15 mortos e numerosos feridos. É a oitava vez em dois anos que escolas norte-americanas são palco de massacres com armas de fogo, perpetradas por adolescentes. Os EUA são um país onde se podem comprar armas de fogo como se compram máquinas de café. Onde se vendem 12 milhões de armas por ano. Onde a violência é parte integrante da sociedade, da História, da programação televisiva. Mas o Presidente Clinton não achou nada melhor para dizer, em tão funesta ocasião, do que “temos de ensinar as nossas crianças a exprimir a sua raiva por palavras, e não pelas armas” (!!!). Lição difícil, perante o exemplo dado pelos seus governantes.

Enquanto os filhos massacravam em Denver para comemorar o aniversário de Hitler, os pais massacravam nos Balcãs para comemorar o aniversário da NATO. No dia inaugural das comemorações dos 50 anos da Mafia das Gabardinas do grande capital global - também conhecida por NATO - o massacre foi nos estúdios da TV sérvia. “Inteiramente justificado” foi como o cada vez mais incrível Primeiro-Ministro britânico Blair comentou a destruição dessas instalações televisivas, nas quais morreram pelo menos 10 pessoas: “fazia parte da máquina de propaganda”. E se fizesse? A propaganda é um crime gravíssimo, punível com a pena de morte? Morte da senhora da maquilhagem, do operador de som ou do porteiro de turno nas instalações televisivas?

Crime gravíssimo da TV jugoslava é outro. Quem mostrou ao mundo que a NATO mentiu quando afirmou ter Rugova sido morto, mostrando esse dirigente dos albaneses do Kosovo vivo e a pedir o fim dos bombardeamentos NATO? Que uma ponte de Novi Sad com transeuntes foi atingida pelos mísseis da NATO? Que a NATO alvejou por duas vezes um comboio em serviço normal de passageiros, matando uma dúzia de seus ocupantes? Que a NATO bombardeou repetidamente uma coluna de refugiados albaneses, matando várias dezenas de entre eles (certamente para melhor os proteger...)? Que a NATO massacrava uma dezena de refugiados sérvios no Kosovo, fugidos da limpeza étnica de que haviam sido vítimas na Croácia? Que a NATO bombardeou repetidamente o grande complexo industrial da Zastava, onde centenas de operários haviam estado voluntariamente para servir de escudos humanos? Quem mostrou ao mundo a catástrofe ecológica provocada pelos amigos do MNE alemão, Joska Fischer (“Verde” por fora, mas com camisa negra por dentro), ao destruírem fábricas de produtos químicos e petrolíferos? Foram as imagens da TV jugoslava que não deixaram estes crimes ficar encobertos. Querem silenciar a TV jugoslava porque ela fura a máquina de propaganda da NATO. Mostrando repetidamente que a NATO mente. Mente descaradamente. A NATO quer destruir toda a economia e sociedade jugoslava, fazendo a Jugoslávia “regressar à Idade da Pedra”, como dizia um famoso militar norte-americano no tempo da guerra do Vietname. Mas quer fazê-lo às escondidas. Longe dos holofotes. É por isto que a senhora da maquilhagem da televisão sérvia foi condenada à morte pelos “cristianíssimos” srs. Blair, Clinton e... Guterres.

■ Jorge Cadima



Foto: Sérgio Morais

Habibie admite polícias da ONU no território de Timor-Leste

Josuf Habibie, actual presidente do regime ditatorial indonésio, anunciou que o referende em Timor-Leste sobre a autonomia do território se realizaria em Julho/Agosto próximo, ao mesmo tempo que admitia a presença de uma força policial da ONU a deslocar já no próximo mês de Maio e que poderá integrar elementos dos EUA, Japão, Austrália, Alemanha e Filipinas. Entretanto, prosseguem os massacres no território executados pelas milí-

cias integracionistas armadas e promovidas pelos militares indonésios que ocupam Timor-Leste, enquanto, em sede da ONU, o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, insiste num discurso ambíguo sobre um acordo político a assinar com Portugal, inventando sucessivos pretextos para o adiar. Quanto aos EUA e à Comunidade Europeia, continuam igualmente num discurso ambíguo sobre a censura ao regime indonésio e à urgente imposição de sanções que, de uma vez por todas, obriguem a ditadura indonésia a pôr cobro ao massacre continuado da população timorense e ao clima de terror generalizado que instalaram no território através das pretensas «milícias» pró-integracionistas.



Julgamento de neonazis na Alemanha por agressões e assassinio em portugueses

Vários neonazis alemães vão responder em tribunal, a partir desta semana, em Leipzig, pela brutal agressão a um grupo de operários portugueses no Verão passado, em Markleeberg. Os arguidos, todos muito jovens, são acusados de ofensas

corporais e um deles, o que ainda se encontra detido, será acusado de tentativa de homicídio, ou mesmo de homicídio, se for possível provar que a morte da principal vítima, Nuno João Lourenço Fontinha, foi consequência directa da agressão. Na noite de

4 de Julho de 1998, em Markleeberg, Nuno Fontinha foi brutalmente espancado com uma barra de ferro, correntes de aço e a pontapé, por um numeroso grupo de "skinheads". Entretanto, segundo várias testemunhas, um grupo de polícias à paisana

entrou de rompante nas instalações onde estavam os operários portugueses, agredindo-os e algemando-os, até conseguir «esclarecer» a situação. Finalmente, Nuno Fontinha foi levado para o hospital de Borna, nos arredores de Leipzig, já na madrugada do

dia 5 de Julho. Os médicos diagnosticaram-lhe um traumatismo craniano e várias feridas na cabeça, operaram-no ao braço e deram-lhe alta passados 15 dias, apesar do boletim médico recomendar uma baixa de três ou quatro meses. Pouco depois morria.



Tabelas próprias para acidentes de viação

Actualmente, os sinistrados de viação são equiparados, para efeitos de indemnizações, a vítimas de acidentes de trabalho, em que é tida em conta apenas a incapacidade profissional e não a reparação integral dos danos.

Num colóquio sobre a «Avaliação do Dano Corporal em Vítimas de Acidentes de Viação: Perspectivas Actuais e Futuras», realizado em Coimbra, seguradoras, peritos médicos e magistrados manifestaram consenso quanto a importância da criação de uma tabela específica de indemnizações, nomeadamente porque «uma tabela na área do direito civil com os montantes indemnizatórios permitiria

mais acordos sem o recurso aos tribunais», como afirmou à Lusa, Duarte Nuno Vieira, director do Instituto de Medicina Legal de Coimbra. Além disso - e mais importante ainda -, a criação de padrões ou tabelas fixas com origem legislativa garantiria uma maior justiça, ao permitir «o tratamento igual para situações iguais», como assinalou a juíza de Direito Maria Amélia Ameixoeira.

Actualmente, os sinistrados de viação são equiparados, para efeitos de indemnizações, a vítimas de acidentes de trabalho, em que é tida em conta apenas a incapacidade profissional e não a reparação integral dos danos.

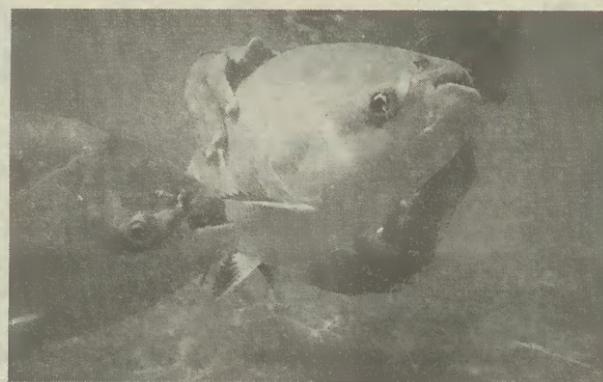


Utentes da Linha de Sintra protestam contra aumentos

A Comissão de Utentes da Linha de Sintra quer mais segurança nas estações dos caminhos-de-ferro e continua a protestar contra o aumento do preço dos passes para quem se quer deslocar ao Areeiro. Segundo afirmou à LUSA Rui Ramos, que integra a Comissão, nas estações de Agueiro e da Portela de Sintra, «a segurança

nas passagens inferiores não existe e têm-se verificado alguns assaltos» e «também nas passagens de nível não existe sinalização adequada e se houvesse vedação da linha evitavam-se algumas mortes, como já aconteceu entre a estação de Rio de Mouro e Mercês, onde as pessoas atravessam porque é o caminho mais perto para o centro

de saúde». Quanto ao aumento do preço dos passes, «os utentes queixam-se de pagar mais cerca de mil escudos por percorrem mais um quilómetro (de Entrecampos até ao Areeiro) para além do aumento normal no início do ano», tendo sido feita uma recolha de 1500 assinaturas para formalizar o protesto.

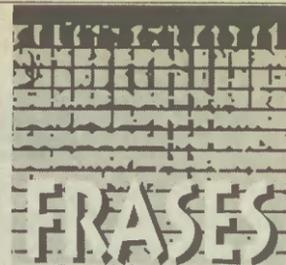


Biologia Marinha discutida nos Açores

A vida marinha nas costas dos Açores e as espécies piscícolas de fundo em mar aberto, como é o do arquipélago, vão estar em debate em Setembro próximo, num encontro que reúne em Ponta Delgada investigadores de países europeus. Organizado pela Universidade dos

Açores (UA), este 34.º Simpósio Europeu de Biologia Marinha tem três temas distintos: «Ecologia e Evolução nas Costas das Ilhas»; «O Oceano Aberto» e «O Oceano Profundo». Uma fonte da Agência Lusa que a opção por essas temáticas

encontra justificação no facto de as ilhas açorianas se assumirem como uma zona privilegiada para investigação e acompanhamento das comunidades biológicas das respectivas costas, além de que, a partir do arquipélago, tem-se, igualmente, acesso fácil ao oceano profundo.



“E agora o que é que vai fazer Guterres - vai continuar a telefonar a Clinton enquanto prosseguem os assassinatos em Timor? Ou vai confirmar com Clinton se é verdade que os americanos já no ano passado planeavam a invasão da Jugoslávia com 200 mil homens?”

(Carlos Carvalhas, LUSA, 25.4.99)

“Nunca pensámos que no vigésimo quinto aniversário do 25 de Abril fôssemos obrigados a gritar outra vez “25 de Abril sempre, guerra nunca mais””

(idem ibidem)

“Nós somos pela solidariedade com o povo de Timor-Leste e pela solidariedade com o povo de Kosovo. Não temos dois pesos e duas medidas. Uma coisa não depende da outra”

(António Guterres, idem)

“Não posso reconhecer autoridade política de fazer justiça a um país [os EUA] que criou o Augusto Pinochet e bombardeou o Panamá para defender os seus interesses no Canal”

(Luís Filipe Meneses, dirigente do PSD/Porto, idem)

“Pergunto se a Espanha estaria disposta a deixar bombardear Madrid por países terceiros na defesa da independência do povo basco (...) Por que não foi a senhora Thatcher bombardeada por reprimir os irlandeses?”

(idem ibidem)

“Como é que se pode aceitar de braços cruzados que se destrua um país europeu? Onde está o direito internacional? No caixote do lixo! E a ONU? É o descrédito, é tratada como um tapete, com o secretário-geral a fazer papel de criado”

(João Amaral, Jornal de Notícias, 24.4.99)

“Eis o que acontece [na agressão da NATO à Jugoslávia] quando uma geração de dirigentes europeus, sem nenhum pensamento estratégico próprio, se deixa conduzir como um bando de meninos vestidos de parvos por um parvo vestido de menino”

(Miguel Sousa Tavares, Público, 23.4.99)

“Os jornais da época, ligados ao regime, escreveram isso, mas a verdade é que apenas fui convidado para ser advogado da CUF em São Tomé. Eu aceitei porque estava lá sem poder fazer nada, porque o regime fascista não me deixava sequer ser professor”

(Mário Soares, LUSA, 24.4.99)

“[Mário Soares] vive num longo período de graça, de que a sua passagem pelo Parlamento Europeu fará parte. Esta glorificação morna é uma novidade em toda a História de Portugal. Veremos o que dela dirá a História de Portugal”

(João César das Neves, Diário de Notícias, 26.4.99)

TRABALHADORES



Os problemas do trabalho e as aspirações dos trabalhadores estiveram em força no desfile popular que, em Lisboa, assinalou no domingo os 25 anos do 25 de Abril

Comemorações em mais de 50 localidades Maio vai dar a resposta certa

A Comissão Executiva da CGTP-IN, reunida segunda-feira, acusou o Governo de dar cobertura ao comportamento afrontoso do patronato e expressou a confiança da central em que o 25.º Dia do Trabalhador comemorado em liberdade vai constituir a resposta que o pacote laboral merece.

O 1.º de Maio vai ser comemorado este ano em mais de meia centena de localidades, onde se incluem os principais centros urbanos. Em Lisboa, concluídas as obras que obrigaram a deslocar as comemorações para a Cidade Universitária, o desfile volta a partir do Martim Moniz, em direcção à Alameda Afonso Henriques.

O programa de iniciativas promovidas pelo movimento sindical unitário foi divulgado na conferência de imprensa em que José Ernesto Cartaxo, Ulisses Garrido e Graciete Cruz deram a conhecer aos jornalistas as principais conclusões da Executiva.

Na reunião de dia 26, os dirigentes da CGTP verificaram que há uma postura intransigente e de afrontamento dos trabalhadores, por parte do patronato, que se sente mais à vontade devido à cobertura do Governo, o que provoca o agrava-

Maio, numa iniciativa específica em preparação.

As comemorações populares dos 25 anos do 25 de Abril foram «espectaculares» e, a exemplo do que sucedeu em 1974, o 1.º de Maio irá consagrar o sucesso das bodas de prata da revolução.

Recordando que, «há 25 anos, Abril trouxe dignidade ao trabalho», José Ernesto Cartaxo notou que, actualmente, «essa dignidade está a ser posta em causa pelas políticas sucessivas de afrontamento aos trabalhadores». Aparentou com particular ênfase o pacote laboral, que «põe em causa o direito ao trabalho e à segurança no emprego, o direito a férias e a subsídio de férias, o direito a uma retribuição regular e justa, o trabalho nocturno». Nas comemorações do próximo domingo, a exigência de dignificação do trabalho vai ser, com este reforçado motivo, uma das principais bandeiras da CGTP.

Por todo o País

Em Lisboa, as comemorações do Dia do Trabalhador começam às 9 horas, no Estádio 1.º de Maio, de onde parte a 17.ª edição da corrida internacional. No Martim Moniz, a concentração está marcada para as 15 horas, partindo depois o desfile para a Alameda, onde tem lugar o comício sindical, com intervenção de Manuel Carvalho da Silva. A festa seguirá com o grupo musical «Ó da Gaita» e a banda e

orquestra da Sociedade Euterpe Alhandrense. À noite, na Videoteca Municipal (Largo do Calvário), é feita a primeira apresentação pública do documentário «25 anos do 1.º de Maio em Liberdade».

No Porto, as iniciativas decorrem na baixa. Às 10 horas parte a corrida, da Praça Humberto Delgado, onde decorre uma manhã infantil. Pelas 15 horas, realiza-se o comício. Há ainda um desfile pelas ruas da baixa e um espectáculo com os «Navegante».

Na página 33, publicamos a lista das comemorações, divulgada pela CGTP, em mais de 50 localidades de todo o País.



mento dos conflitos, como está a suceder nas pescas e no grupo Gás de Portugal. «O Governo tem responsabilidades nesta radicalização das posições patronais», salientou José Ernesto Cartaxo.

Foi «com preocupação» que a Comissão Executiva analisou as pressões que continuam a ser feitas sobre o emprego, designadamente no sentido da sua eliminação ou precarização. Para a Inter, esta é uma linha de actuação que terá graves consequências na sociedade e, em particular, na estabilidade da Segurança Social – tanto mais grave, quanto esta já vive sob um intenso ataque. Este tema deverá ser tratado pela CGTP logo depois do 1.º de



A melhoria dos serviços públicos foi profundamente abordada pelo Fórum

Fórum alerta Privatizações precarizam trabalho

No sentido de alertar para a situação resultante das políticas privatizadoras que têm atingido os serviços públicos, o PCP levou a cabo, no dia 20 de Abril, um conjunto de acções, dentre as quais se destaca o fórum sobre defesa e melhoria dos serviços públicos que se realizou, no Hotel Continental, em Lisboa, com a participação de Carlos Carvalhas.

A privatização em serviços públicos fundamentais, como transportes, telecomunicações, correios, electricidade, gás e água tem levado a aumentos escandalosos dos preços, à diminuição da qualidade dos serviços prestados, a crescentes desigualdades no seu acesso e à eliminação de postos de trabalho e direitos dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, através do crescente controlo das empresas prestadoras destes serviços, os grupos económicos e financeiros arrecadam milhões de contos de luro.

O Fórum - que contou ainda com a participação de Francisco Lopes, Rosa Abaias e Jerónimo de Sousa, dirigentes nacionais do Partido, Dias Coelho e José Caetano, respectivamente da Direcção da Organização de Lisboa e de Setúbal, os deputados Rodeia Machado (Assembleia da República) e Sérgio Ribeiro (Parlamento Europeu), diversas associações e comissões de utentes e representantes de sindicatos e de trabalhadores de autarquias - denunciou o facto de estes processos de privatização se subordinarem exclusivamente a uma lógica do lucro.

É assim que as facturas a pagar pelos serviços prestados incluem não só o investimento para a sua manutenção e desenvolvimento mas também uma elevada taxa para garantir os lucros dessas empresas.

Francisco Lopes lembra que foi a colocação em primeiro lugar dos interesses das populações e a adopção de uma lógica de serviço público que permitiu, a seguir ao 25 de Abril, levar estes serviços essenciais a todos os pontos do país. Serviços a que, pela sua importância, impõe-se agora garantir a qualidade e o desenvolvimento em condições de igualdade e de preços acessíveis.

Não é, porém, o que está a acontecer. As privatizações prosseguem e «os problemas tendem a agravar-se e a estender-se a novas áreas e serviços, afec-

tando o país e prejudicando os interesses das populações».

Por isso, o dirigente comunista considera necessário um outro caminho, que passa pelo restabelecimento da lógica do interesse público, pela luta quotidiana em sua defesa, pelo prosseguimento da importante intervenção do PCP na Assembleia da República, no Parlamento Europeu e na acção directa de contacto com a população e os utentes.

Atender a especificidades

Sérgio Ribeiro, por seu turno, demonstrou que «a construção europeia é compatível com o serviço público». E, afirmando que não pode existir uma noção de serviço público europeu, «já que há que atender às especificidades de cada Estado-membro», exemplificou com a aviação civil que no Luxemburgo e na Alemanha não podem ser serviço público, no primeiro caso pela sua pequena dimensão, no segundo por este país estar bem servido de transportes, mas que, em Portugal, tem de o ser, nomeadamente para acorrer ao caso específico dos Açores e da Madeira.

Já para Carlos Carvalhas, cuja intervenção encerrou os trabalhos, a lógica neoliberal implica precisamente «a socialização dos custos e a privatização dos lucros» e é, por isso que a privatização dos serviços públicos é sempre antecedida de um discurso «que tenta fazer passar a mensagem que o serviço público é caro e ineficaz». A lógica é, todavia, sempre a da «maximização do lucro», acabando-se muitas vezes com serviços não lucrativos mas necessários e cuja extinção «piora o atendimento das populações».

Por norma, «a privatização encarece o serviço», dá prioridade «ao aliciamento do consumo das classes médias e alta» e «precariza o trabalho», sublinhou o secretário-geral do PCP, alertando, por fim, para o facto de «as transnacionais, principais beneficiárias das políticas de privatização, terem 70 por cento do comércio internacional e darem apenas três por cento do volume de emprego».

va dos jornais junto dos companheiros menos letrados. Mais tarde, ingressou na CIMA, em Alhandra, tendo pertencido, após o 25 de Abril, à Comissão de Trabalhadores. Foi o primeiro presidente da Casa do Povo de Vila Franca de Xira, quando da sua fundação em 1945, dinamizando os serviços sociais prestados aos trabalhadores agrícolas. Posteriormente, assumiu funções como presidente da Assembleia Geral até à recente cedência das instalações desta instituição à Câmara Municipal. Foi membro da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP.

Margarida Gralheiro

Com 67 anos de idade, foi a enterrar, no dia 27 de Abril, a camarada Margarida Gralheiro. Activa militante do Partido, foi membro da Comissão Concelhia de São Pedro do Sul e várias vezes candidata autárquica.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

25 de Abril em Lisboa

Jantar reúne 2000 pessoas

Em Lisboa, a Direcção da Organização Regional do PCP, comemorou os 25 anos do 25 de Abril, na sexta-feira passada, na Gare Marítima de Santa Apolónia, com um jantar-volante que juntou cerca de 2000 pessoas, entre as quais se contavam o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU às eleições para o Parlamento Europeu.

Era, porém, muito alargado o leque de participantes nesta comemoração. De facto, para além de muitas centenas de militantes e simpatizantes comunistas, o jantar teve a adesão de largas dezenas de personalidades (militares, intelectuais, autarcas e sindicalistas) de várias sensibilidades políticas e democratas dos mais diversos sectores profissionais. Alguns «capitães de Abril», impossibilitados de comparecer, justificaram a sua ausência e fizeram chegar à iniciativa as suas saudações.

Um pavilhão já completamente restaurado recebeu os convivas, a quem foram servidos, antes do jantar, alguns aperitivos na esplanada, de onde ao longo da muralha se podia vislumbrar toda a beleza do rio e da margem sul e cuja decoração se subordinava ao actual momento político.

Inicialmente previsto para cerca de 800 pessoas, o jantar teve uma adesão de tal maneira grande que se tornou difícil encontrar um local para a sua realização. Aliás, essa adesão massiva foi uma das razões por que, aqui ou ali, surgiram falhas no fornecimento de comida que, contudo, estiveram longe de ensombrar o clima de confraternização e espírito de Abril que nessa noite se viveu.

Quase no fim do jantar, que decorreu sempre num ambiente de alegria e confiança - ou não estivessem lá tantos jovens! -, Linda Silva subiu ao palco e recitou um poema, dando imediatamente lugar ao momento político.

O primeiro orador, António Andrez, membro da Comissão Política e responsável pela organização de Lisboa, numa curta intervenção sobre a efeméride, deu um particular destaque às 249 inscrições no PCP, verificadas desde o princípio do ano no distrito.

Ilda Figueiredo proferiu, depois, uma saudação a que se seguiu a intervenção de Carlos Carvalhas (extractos em separado) abordando as principais questões nacionais e internacionais que marcam o actual momento político.

E foi com o espectáculo

guitarra, João Courinha no sax e João Bengala na viola - que terminou o jantar promovido pela ORL de comemoração do 25.º aniversário do 25 de Abril.

Passava, porém, já da meia-noite quando as pessoas começaram a abandonar o local... onde entretanto tinham sido retidas pela actuação da Tuna de Agronomia de Lisboa.

«Guitarra Portuguesa... Carlos Paredes» - com interpretações de Lufsa Amaro na

Carlos Carvalhas

No jantar realizado em Lisboa, Carlos Carvalhas, considerando que «mais do que uma discussão sobre o passado, o 25 de Abril é sobretudo uma afirmação do presente e uma referência essencial na luta para um futuro melhor, por um Portugal mais justo e mais fraterno», denunciou a desresponsabilização do Estado em áreas fundamentais como a saúde, o ensino e a habitação.

(...)

Ao comemorarmos hoje o 25.º aniversário do 25 de Abril, data maior da nossa história, em que alguns a pretexto do apaziguamento na sociedade o procuram deturpar ou tornar anódino como se ele não tivesse sido contra ninguém, as nossas primeiras palavras de homenagem vão para os corajosos capitães de Abril que naquela inesquecível madrugada, abriram decisivamente o caminho da liberdade e da democracia e que merecidamente ganharam um lugar no coração dos portugueses e das portuguesas.

Passados 25 anos queremos renovar também, neste jantar, a nossa homenagem e profunda gratidão a todos os patriotas, a todos os democratas e antifascistas, a todos os homens e mulheres que ao longo de décadas de um combate incerto e difícil empenharam as suas forças e energias, muitos sacrificando até as suas próprias vidas para que fosse posto fim a um ciclo negro e repressivo da nossa história.

(...)

Timor e a hipocrisia internacional

Tragédias e sofrimentos que neste 25.º aniversário atingem também os povos de Angola e Timor.

Timor é uma causa que sempre foi considerada nacional. Mas também por isso, não podemos deixar de sublinhar que o governo português que pede agora tudo à ONU, acerca de Timor objectivamente deu o seu apoio, na agressão à Jugoslávia, à marginalização da ONU e do direito internacional. E este apoio objectivo do Governo português à marginalização da ONU no caso da Jugoslávia, legitima as posições de dois pesos e duas medidas, que agora tanto «choca» o Primeiro-Ministro, e enfraquece a causa de Timor.

De facto como é que se compreende que o Governo português tenha envolvido Portugal numa agressão a um país soberano a pretexto da defesa do povo albanês do Kosovo que tem sido usado como carne para canhão e nunca tenha dito, por exemplo, uma palavra sequer em defesa do povo Kurdo massacrado pelo governo turco?

O Primeiro-Ministro só agora é que reparou na prática de dois pesos e duas medidas em relação a Timor. Nunca tinha dado conta da mesma postura em relação aos Angolanos ou em relação aos Palestínios... Deve ter andado noutro planeta. As resoluções da ONU em relação ao povo martirizado de Angola nunca foram cumpridas, nem a UNITA tem cumprido os acordos livremente celebrados.

E sobre tudo isto é feita vista grossa. É uma tremenda hipocrisia. O mesmo se passa em relação às resoluções da ONU em relação a Timor com a cumplicidade farsaica da chamada «comunidade internacional». Ali Alatas disse, há dois dias, que uma força de manutenção de paz em Timor, nem pensar. Só observadores para a consulta eleitoral. E agora o que é que faz Guterres - vai continuar a telefonar a Clinton enquanto pros-



Alegria e confiança foram tónica do jantar em Lisboa

Política neoliberal é contra ideais de Abril

seguem os assassinos em Timor? Vai confirmar com o Clinton, se é verdade, que os americanos já no ano passado planeavam a invasão "humanitária" da Jugoslávia com 200 mil homens, como revela a imprensa internacional esta semana?

Nós reafirmamos que a posição que prestigiaria Portugal, e valorizaria a causa da paz e a causa de Timor era não a submissão aos EUA, mas a defesa na cena internacional do fim dos bombardeamentos à Jugoslávia, com a imediata retoma de negociações que assegurassem o retorno pacífico da população albanesa ao Kosovo, com a sua autonomia e com respeito pelas minorias nacionais e a soberania e integridade territorial da Jugoslávia.

Portugal poderia ter tido inclusivamente, um papel mediador importante conjuntamente com outros países. E esta posição de "mediador" se tivesse um papel independente, deixando de ser um beligerante defendendo o fim dos bombardeamentos e a imediata negociação política e continuada eventualmente, por uma Conferência sobre os Balcãs, com o objectivo da estabilização e pacificação de toda a região é que servia a causa da paz, da Europa e de Timor.

O governo não deve nenhuma vinculação à NATO, na agressão a um país soberano à margem do direito internacional. O Governo deve-a sim ao povo português, à causa da paz, aos ideais do 25 de Abril, pelo que devia por fim ao envolvimento de Portugal nesta inqualificável agressão, que está a agravar todos os problemas.

E não se diga que a solução negociada ou que a vida em comum entre diversas etnias é impossível.

A convivência pacífica, os casamentos mistos, a cooperação multi-étnica, não são uma abstracção idealista, existiram na Jugoslávia com toda a sua complexidade. O croata Tito costumava dizer, para mostrar o mosaico das diferenças que a Jugoslávia não era nada menos do que isto: duas escritas (latina e cirílica), três religiões (católica romana, ortodoxa e muçulmana), cinco línguas (esloveno, servo-croata, macedónio, húngaro, albanês) e seis repúblicas às quais se juntaram em 1974 os territórios autónomos do Kosovo e de Voivodina. E foi o seu desmembramento impulsionado, nomeadamente pela Alemanha, que soprou e impulsionou os conflitos étnicos e nacionalistas.

Os bombardeamentos estão a destruir um país soberano, a atíçar ódios e fracturas étnicas, religiosas e políticas em toda a região.

A agressão à Jugoslávia agravou todos os problemas e não atingiu os objectivos que proclamava querer resolver, inclusivamente o êxodo dos albaneses do Kosovo que se multiplicou.

Atingiu eventualmente aqueles objectivos que o império americano não explicitou publicamente: o reforço da hegemonia americana, nomeadamente sobre a Europa; a satisfação dos apetites lucrativos dos complexos militares industriais americanos; o afundamento e o desprestígio actual do "Euro" como moeda de reserva; a subordinação da União Europeia ao eixo Washington/Londres, o cerco militar à Rússia.

Esta guerra contra a Jugoslávia é uma vergonha e uma derrota para a Europa. Mas é também uma vergonha para o Governo português e uma ofensa à Revolução de Abril. O Governo português em vez de um posição autónoma continua a envolver ainda mais o país enviando mais homens e agora material de guerra, a pretexto de ajuda humanitária, quando o que se impõe é o regresso imediato das nossas Forças Armadas, cessando a colaboração e a cumplicidade nesta agressão inqualificável.

A exigência da paz nos Balcãs é uma exigência que se inscreve, no espírito, nos objectivos e nos ideais e esperanças de Abril.

Por isso, neste 25.º aniversário da Revolução que nos trouxe a paz,

homens, mulheres e jovens têm gritado na rua "25 de Abril sempre, guerra nunca mais!".

(...)

Continuar o combate pelos ideais e esperança de Abril

A Revolução foi sonho e esperança, foi festa e liberdade, em que se inscrevem as grandes transformações políticas, económicas, sociais e culturais, foi a institucionalização do poder local democrático e a consagração de importantes direitos dos trabalhadores e dos cidadãos.

Foi a submissão do poder económico ao poder político e foi a reforma agrária nos campos do Alentejo e do Ribatejo com a dignificação dos que inspiraram o romance "Levantado do Chão".

Reforma tão sentida que hoje é também defendida pela igreja e mesmo por aqueles que a ajudaram a destruir, como o Partido Socialista, que agora até promete para o século XXI, uma reforma agrária para o Alentejo...

Mas, mais do que uma discussão sobre o passado, o 25 de Abril é sobretudo uma afirmação do presente e uma referência essencial na luta para um futuro melhor, por um Portugal mais justo e mais fraterno.

Por isso, comemorar Abril nos dias de hoje é continuar o combate à desresponsabilização do Estado em áreas fundamentais como a saúde, o ensino e a habitação, é combater a reconstrução das oligarquias financeiras, as exclusões sociais e a pobreza, é garantir às mulheres uma efectiva participação em igualdade e à juventude um emprego e uma escola de qualidade e democrática, é apoiar os deficientes e melhorar a vida dos reformados, pensionistas e idosos.

Creio camaradas, que foi justo termos exigido o cumprimento da segunda fase do aumento extraordinário dos pensionistas e reformados e termos defendido que esta deveria ter concretização no 25 de Abril e abrangendo um universo bem mais extenso do que o anterior. O governo resolveu anunciar em Abril o que já tinha anunciado o ano passado, isto é, fazer o aumento em Junho, mês de eleições para o Parlamento Europeu. Havia dinheiro para o fazer agora no 25 de Abril, e para abrange um número bem maior de reformados e pensionistas. O universo dos abrangidos é extremamente reduzido, pois as pensões mais baixas não foram contempladas.

Nós não desistiremos desta batalha e no próximo Orçamento levantaremos com determinação esta bandeira e com a força que os eleitores, nomeadamente os reformados nos conferirem.

É que ao comemorarmos os 25 anos do 25 de Abril não comemoramos somente a liberdade reconquistada, mas também a conquista dos direitos sociais, a conquista do direito ao trabalho, à segurança no emprego, a horários e salários mais justos e mais dignos, a mais tempo de férias e subsídio de férias, à segurança social, ao direito à contratação, à liberdade sindical, ao direito de manifestação, de reunião e de greve.

Hoje quando vemos a política de concentração de riqueza, a acentuação das desigualdades, os ataques à segurança social, o aumento da idade da reforma das mulheres de 62 para 65 anos, os privilégios con-

(...)

Nódoas de Abril

As comemorações do 25 de Abril não foram festejadas da mesma forma calorosa em todos os pontos do país.

Em Oeiras, por exemplo, a Câmara Municipal, demonstrando mais uma vez «a forma centralizada como o PSD administra o município», optou por realizar praticamente todas as iniciativas dentro de auditórios, retirando às comemorações o carácter popular que caracterizou a Revolução.

As seis Juntas de Freguesia de maioria PSD - «seguramente por orientação partidária» - decidiram mesmo não realizar nem apoiar qualquer iniciativa, com o argumento de que se associavam às comemorações municipais.

A Comissão Concelhia de Oeiras do PCP, denunciando o facto, diz que este se torna tanto mais grave quanto se sabe que a Câmara recusou apoiar iniciativas com origem no movimento popular, como foi o caso da Comissão de Cidadãos e

Instituições da freguesia de Algés, a quem foram recusados os apoios essenciais para realizar um interessante programa de comemorações com crianças dos infantários e jovens.

Na Marinha Grande, por sua vez, o Executivo do PS proibiu o PCP de colocar uma coroa de flores no interior dos cemitérios de «homenagem a todos os comunistas e outros democratas, já falecidos, que em vida souberam honrar os valores da democracia».

Contudo, a Marinha Grande foi e é «uma terra de gente lutadora que contribuiu para que fosse possível o 25 de Abril», diz a Comissão Concelhia do PCP, repudiando a «posição de desprezo pelos resistentes já falecidos» assumida pelo Executivo do PS. Por isso, a proibição de pouco serviu, já que os comunistas da Marinha Grande mantiveram a iniciativa e deslocaram-se, no passado domingo, ao exterior dos cemitérios, onde depositaram as coroas de flores.

cedidos aos grandes senhores do dinheiro e a apresentação na Assembleia da República de um pacote legislativo de autêntica regressão social, sobre o trabalho a tempo parcial, a alteração à lei das férias, o conceito de retribuição e dos contratos a prazo, temos que afirmar que esta política neoliberal é, não só contra os trabalhadores e a «arraia miúda», como o é também contra o projecto e os ideais de Abril.

Comemorar Abril nos dias de hoje é também, não esquecer a moralidade da justiça, os crimes de colarinho branco, e combater aqueles que querem arrastar para as calendas gregas, casos como os da JAE, Universidade Moderna e a EXPO'98, que só desprestigiam a democracia e as instituições. Quem não deve não teme. Se nos casos da JAE e da Moderna se fala em financiamento de Partidos, então que se investigue com celeridade tudo e até ao fim. O 25 de Abril e a dignidade da vida política assim o exigem.

Um novo rumo para a construção europeia

Comemorar Abril nos dias de hoje, é não esquecer também, a luta dos povos oprimidos e a luta dos povos irmãos das ex-colónias, é manifestar a nossa solidariedade activa com o povo de Angola e de Timor, que vivem horas muito difíceis e lutar por um Portugal de progresso e justiça num a Europa de paz e cooperação.

E, numa época em que milhares de famílias ficam à margem do crescimento económico e em que a maioria dos nossos pescadores e agricultores são votados ao abandono é ainda nos valores de Abril que se pode encontrar um renovado impulso na luta por uma viragem à esquerda e por um novo rumo na construção europeia. Novo rumo cujos principais traços se encontram no "Apelo Comum" dirigido aos povos europeus e assinado por partidos comunistas, ecologistas, socialistas de esquerda e progressistas e na Declaração Programática que aprovámos no Encontro Nacional.

(...)

Não celebramos o 25 de Abril como um acto de conformismo ou de lamentações sobre o que foi destruído e sobre as promessas não cumpridas. Celebramo-lo com o espírito inconformista, de luta e de responsabilidade, dos que não viram as costas às dificuldades e dos que se distinguem pelas medidas, propostas e projectos, pela sua coerência e por honrarem os seus compromissos.

Vinte e cinco anos depois, os portugueses não perderam a sua capacidade de indignação, de revolta e a sua vontade de transformação social.

O 25.º aniversário do 25 de Abril comemora-se nas instituições, na Assembleia da República, nas Forças Armadas, mas é nas comemorações populares que ele ganha o mais emotivo, o mais caloroso e o mais tocante significado. Os ideais da Revolução dos Cravos, da revolução da Grândola Vila Morena, encontram-se ancorados nos corações de muitos portugueses e portuguesas de diversas gerações, que lutam e aspiram por uma sociedade mais justa, mais fraterna e solidária onde o livre desenvolvimento de cada um seja a condição do livre desenvolvimento de todos.

(...)



ÉVORA**Atitude insólita**

Profissionais da comunicação social regional subscreveram um documento de resposta à conferência de imprensa, de 12 de Abril, da Direcção Regional do Alentejo do PCP, que então considerou a «cobertura sistemática da intervenção política dos membros do governo em sucessivas deslocações à região e a ausência de cobertura das iniciativas dos partidos da oposição» como «uma flagrante violação do pluralismo e isenção», favorecendo «abertamente o partido do governo» e «não assegurando o direito de resposta da oposição».

Este «insólito» abaixo-assinado, diz a DRA, só pode pois resultar de um equívoco, já que o texto divulgado apenas responsabiliza o Governo e a Direcção de Informação da RTP em Lisboa e nunca a delegação da RTP-Évora, a cujo coordenador, aliás, teve em Março a oportunidade de expressar o apreço e respeito que nutre pelos trabalhadores dessa delegação.

SUÍÇA**Eleições em debate**

O Secretariado da organização do PCP na Suíça reuniu no dia 18 de Abril, no sentido de começar a preparar as tarefas relacionadas com as campanhas eleitorais deste ano.

Deste país, têm chegado, entretanto, ecos de algum descontentamento que reina pelo facto de os estrangeiros estarem a ser excluídos das eleições para os parlamentos de vários cantões suíços, o que tem motivado, aliás, o envio de cartas de protesto às autoridades locais.

MOITA**Luta na Norporte**

A situação da Norporte está a agravar-se. A paralisação quase total da produção por falta de encomendas, o não cumprimento das obrigações sociais para com os trabalhadores, a falta de investimento e de organização na empresa e a ameaça constante de não pagamento atempado dos salários suscitam, pois, dúvidas quanto às intenções dos donos e administração da Norporte. A Comissão Concelhia do PCP, a quem cabe a denúncia, considera, porém, que a política de destruição do sector têxtil e de ataque aos direitos dos trabalhadores por parte do Governo não pode passar-se na Norporte. Assim, solidária com os trabalhadores, diz que só com a sua unidade defendem os postos de trabalho, os salários e a viabilização da empresa.

BOM SUCESSO**Novo posto dos CTT**

Uma delegação do Comité Local do Bom Sucesso/Arcena do PCP entregou, no passado dia 13, à administração dos CTT um abaixo-assinado com 3500 assinaturas, reivindicando um posto dos CTT para a zona.

Na reunião, os CTT assumiram o compromisso de começar desde logo a procurar um espaço, prometendo que até Julho de 1999 o processo estaria pronto para aprovação e, até finais de 1999, o novo posto dos CTT estaria a funcionar no Bom-Sucesso/Arcena, em local acessível às duas localidades.

VIDIGUEIRA**Reúne nova Concelhia**

A nova Comissão Concelhia da Vidigueira reuniu no dia 13 de Abril para distribuir tarefas e constituir grupos de trabalho, de forma a «continuar junto das populações», envolvendo-as na discussão dos problemas e ajudando a resolvê-los junto das entidades competentes. As comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, a agressão da NATO à Jugoslávia e as eleições para o Parlamento Europeu foram outros assuntos debatidos pela nova concelhia que, lembrando o descontentamento gerado pela política do Governo entre vários sectores de actividade, exige uma mudança na construção europeia, só possível com o reforço da votação na CDU.

CANIDELO**Surge novo Boletim**

A Organização de Canidelo/Gaia do PCP começou, a partir do mês de Abril, a editar uma folha informativa – Boletim Canidelo –, em formato A5, com a qual pretende melhorar a sua ligação aos militantes.

O primeiro número, já a circular na organização, tem como tema principal as comemorações do 25 de Abril e informações diversas, a maioria das quais sobre reuniões a realizar ou já realizadas e medidas entretanto decididas.

ÉVORA**Intensa actividade**

Por sua vez, a Direcção da Organização Regional de Évora fez o balanço da intensa actividade por que o Partido se tem caracterizado no distrito, no quadro de um novo impulso da sua actividade, nomeadamente através da realização de dezenas de assembleias, criação ou revitalização de comissões de trabalho e recrutamento de novos militantes, sobretudo de jovens.

A DOREV calendarizou ainda todo um conjunto de iniciativas visando as batalhas eleitorais que se avizinham e exortou à ampla participação de militantes e simpatizantes nestas batalhas.

5.ª Assembleia de Torres Vedras**Reforçar intervenção do Partido**

Com a presença de Rosa Rabiais, membro do Secretariado do Comité Central, realizou-se no Sábado passado, no Auditório Municipal, a 5.ª Assembleia de Organização do Concelho de Torres Vedras do PCP.

Ao longo dos trabalhos, os participantes discutiram problemas e propostas sobre a organização do Partido, o movimento sindical na zona e a intervenção do Partido nas empresas, a luta dos trabalhadores, os problemas dos jovens no concelho - a quem a Câmara, de maioria PS, não dá o necessário apoio -, o trabalho do vereador do PCP na Câmara, o trabalho dos eleitos CDU na Assembleia Municipal e a situação internacional, designadamente a guerra na Jugoslávia.

Um debate vivo e interessado, após o qual os mais de 50 delegados a Assembleia aprovaram por unanimidade a Resolução Política e a Carta Reivindicativa dos Comunistas do Concelho de Torres Vedras.

Entre os objectivos definidos

para o trabalho de direcção, a Assembleia aprovou nomeadamente a reactivação de várias Comissões de Freguesia, da Comissão de Reformados e da célula dos trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados.

A constituição de um organismo do Partido para o trabalho das autarquias e de uma comissão para as questões de organização, foram outras medidas apontadas, para além do acompanhamento e apoio ao trabalho da juventude.

Como linhas prioritárias de intervenção, a Resolução Política definiu a necessidade do reforço do trabalho colectivo e de uma maior responsabilização individual, a definição de metas de recrutamento, a criação de núcleos de contacto com cama-

radas desligados, a divulgação constante das propostas e acção do PCP, a valorização do papel do «Avante!» e do «Militante» e a intensificação do trabalho de informação e propaganda.

Porém, a dinamização dos movimentos associativos, a mobilização das populações em torno dos problemas locais, a luta contra o Pacote Laboral e a intervenção nos próximos actos eleitorais são outras das muitas linhas de acção também aprovadas pelos delegados à Assembleia.

A Carta Reivindicativa, por sua vez, aponta uma série de medidas com vista à melhoria das condições de vida e de trabalho das populações, à estabilidade do emprego e à dignificação do trabalho.

A criação de Parques Industriais - com vista à fixação de unidades industriais e criação de postos de trabalho - e de pólos de ensino tecnológico e universitário; a melhoria da rede viária

e das acessibilidades; a construção de um novo Centro de Saúde em Torres Vedras; a expansão da rede pública de educação pré-escolar, universal e gratuita e a construção de espaços polidesportivos e culturais; a criação de zonas verdes nos centros de concentração urbana e o alargamento do saneamento básico a todo o concelho; o apoio aos agricultores, designadamente na comercialização dos produtos agrícolas e através de uma campanha de dignificação do vinho de qualidade, são, assim, algumas das exigências apresentadas pelo PCP em Torres Vedras.

Durante os trabalhos, os delegados aprovaram ainda um protesto contra a guerra na Jugoslávia, a enviar ao Presidente da República, à Assembleia da República e ao Governo.

Por fim, a Assembleia elegeu por unanimidade a nova Comissão Concelhia, que integra 14 membros, com uma média etária de 49 anos.

7.ª Assembleia de Famalicão

Com o objectivo de fazer o balanço de actividade dos últimos dois anos, discutir e aprovar as linhas de orientação e acção política futuras, reuniu, no passado sábado, na Junta de Freguesia de Riba d' Ave, a 7.ª Assembleia de Organização Concelhia de Vila Nova de Famalicão do PCP.

As comemorações, este ano, dos 25 anos do 25 de Abril e do 1.º de Maio e a realização de eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República foram algumas das questões sobre as quais a Assembleia mais profundamente se debruçou, por exigirem da organização do Partido «entusiasmo e confiança».

No que respeita à agressão «terrorista» perpetrada pela NATO contra a Jugoslávia, a Assembleia considera caber «aos comunistas e demais democratas amantes da paz» a tarefa de a repudiar e exigir a retirada de Portugal do cenário da guerra.

O apoio constante e activo do PCP à luta dos trabalhadores e às justas reivindicações das camadas mais desfavorecidas da população torna legítimo, por outro lado, pedir aos trabalhadores e às populações - os mais beneficiados com a voz activa dos comunistas nas instituições - que, através da sua confiança e do seu voto, reforcem o peso eleitoral da CDU.

No plano social, o PCP exige do Governo um verdadeiro combate ao desemprego e à precariedade de trabalho, de molde a pôr fim ao desespero das famílias de milhares de trabalhadores que, por força de «uma qualquer remodelação, reestruturação ou falência» nas empresas são de um dia para o outro despojados do seu emprego. E, denunciando compromissos do Governo com o patronato para retirar direitos aos trabalhadores, apoia a juventude na sua luta pelo direito ao trabalho com dignidade e estabilidade.

O reforço da organização do Partido, designadamente atra-

vés de um maior recrutamento e do estreitamento da ligação do Partido aos militantes, o incentivo à intervenção dos comunistas nas organizações de classe, nas autarquias, nas associações culturais, recreativas e desportivas, foram algumas preocupações e sugestões manifestadas pelos delegados e que levaram à aprovação de cinco linhas prioritárias de orientação ao nível do trabalho de direcção.

Por fim, a Assembleia elegeu a nova Comissão Concelhia, composta por 22 camaradas, que dirigirá a acção do Partido no concelho, nos próximos dois anos.

Maternidade de Ovar**Não ao encerramento**

Depois de repetidas vezes ter negado o encerramento da Maternidade do Hospital de Ovar, o presidente da Câmara veio agora declarar a concretização desse projecto que alegadamente «representa um perigo para a saúde pública», contradizendo afirmações do próprio Director hospitalar e contra a vontade da população vareira, expressa há um ano num abaixo-assinado que recolheu mais de três mil assinaturas.

A Comissão Concelhia de Ovar afirma que esta «verdadeira amputação» do Hospital insere-se na política neoliberal seguida pelo PSD e agora pelo PS que pretende «aliar uma estratégia de

desinvestimento no Sistema Nacional de Saúde, com uma escandalosa subserviência face aos interesses privados que gravitam à volta da saúde». Aliás, a opção de concentrar serviços em mega-hospitais apenas implicará «maiores dificuldades, sobretudo para aqueles que não possuem meios próprios de transporte».

O PCP - partido que, contra os que apostam na privatização, se tem batido pela defesa e melhoramento do SNS -, demarca-se ainda das manobras demagógicas do PSD, ao convocar os outros partidos políticos para uma reunião de trabalho sobre a maternidade de Ovar.

É que, lembram os comunis-

tas - na recente discussão sobre o problema das listas de espera, de que resultou a aprovação de uma proposta do PCP visando o integral aproveitamento da capacidade instalada na rede de serviços de saúde, o PSD limitou-se a propôr a possibilidade de os utentes recorrerem a serviços privados participados pelo Estado.

Por seu lado, o PCP tem apresentado inúmeras propostas no sentido da defesa dos interesses das populações, como seja, entre outras, o fim da promiscuidade que existe entre público e privado em grande parte dos estabelecidos públicos, a introdução de genéricos ou a redução de gastos

excessivos em medicamentos (casos havendo em que a cedência gratuita de medicamentos aos utentes dos Centros de Saúde fica mais barata ao Estado do que a actual comparticipação).

Por isso, os comunistas não reconhecem ao PS e ao PSD qualquer legitimidade para se autoproclamarem defensores do SNS - já que são os «únicos e verdadeiros responsáveis» pela situação a que se chegou, que leva a que os portugueses sejam os que, na Europa, mais pagam para a saúde e, provavelmente, piores serviços têm - e exortam os cidadãos de Ovar a manifestarem o seu repúdio pelo encerramento da maternidade.

Bruxelas interferiu na Autoeuropa

Segundo apurou o jornal «Público», a Comissão Europeia anulou em 1993 as cláusulas do contrato entre o Estado português e a Autoeuropa relativas às metas de incorporação nacional nos produtos da fábrica de Palmela da Ford/Volkswagen.

A Comissão Europeia, intervenção que foi mantida em segredo ao longo destes anos, considerou que as cláusulas que estabeleciam objectivos de incorporação nacional violavam a legislação comunitária sobre concorrência.

Deste modo, obrigou a que fossem anuladas as referências à prioridade às empresas nacionais, bem como as metas expressas de incorporação de 40 por cento no arranque e 45 por cento três anos, que foram substituídas por uma redacção menos vinculativa.

Designação «Porto»

O deputado Honório Novo questionou a utilização da designação «Port» em vinhos produzidos nos Estados Unidos, considerando que se trata uma forma daquele país contornar o acordo com Portugal, datado de 1910, e que proíbe o uso do termo «Porto».

Numa pergunta dirigida à Comissão Europeia, o deputado comunista recorda ainda que o acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual (ADPIC) relacionados com o comércio prevê a possibilidade da continuação da indicação geográfica relativamente a vinhos que não tenham sido originários do local geográficos, desde que tais indicações tenham sido utilizadas de boa-fé, ou durante pelo menos dez anos antes de 15 de Abril de 1994.

Em resposta, o comissário Franz Fichler reconhece a situação e refere a «vontade da Comissão de negociar com os Estados Unidos um acordo bilateral destinado a aumentar o nível de protecção das indicações geográficas e das denominações de origem dos vinhos e, em particular, a terminar com qualquer utilização genérica ou semigenérica das indicações comunitárias».

Encontro CDU/França

No próximo domingo, a CDU/França realiza em Paris um encontro de militantes e activistas que marca o arranque da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu. A iniciativa conta com a presença da cabeça de lista da Coligação, Ilda Figueiredo, que fará a intervenção de abertura, de Fátima Garcia, que falará sobre questões da emigração, José Roussado, coordenador do Secretariado do PCP da Região de Paris, e António Murteira, da Comissão Eleitoral da CDU/França, que encerrará o encontro. No final, realiza-se um conferência de imprensa que divulgará as conclusões do encontro.

Madeira Esquerda Unitária debate ultraperiféricas

As regiões ultraperiféricas da União Europeia estiveram no centro do debate ontem realizado, durante o segundo e último dia de trabalhos da reunião do Grupo Confederação da Esquerda Unitária, realizada na cidade do Funchal.

Açores Exigir a coesão

A lista da CDU ao Parlamento Europeu foi apresentada nos Açores, na passada terça-feira, numa conferência de imprensa em que estiveram José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores, Paulo Valadão, deputado regional, e Mário Abrantes, membro do secretariado do Partido no arquipélago.

Na declaração apresentada por Decq Mota, a CDU compromete-se a defender medidas concretas que dêem conteúdo concreto ao estatuto de ultraperiféricas, o qual foi reconhecido pelo Tratado de Amesterdão.

Recordando a actividade empenhada dos deputados do PCP no PE, Decq Mota chamou a atenção para o encontro da Confederação Esquerda Unitária que ontem terminou na Madeira com um debate sobre as regiões distantes da União, e anunciou a realização no próximo dia 15 de Maio, em Ponta Delgada, de uma iniciativa da CDU sobre as ultraperiféricas. Neste encontro serão aprovadas propostas de medidas internas nos Açores para adequar a região ao estatuto previsto no último tratado da União Europeia.

A CDU considera que são necessárias medidas permanentes que tenham em conta a distância e os custos que resulta da insularidade e permitam a afirmação efectiva do princípio da coesão económica e social dos Açores, onde o PIB *per capita* continua a ser metade da média europeia.

Após a conclusão do encontro, os deputados previam divulgar uma declaração conjunta sobre o tema, que é fruto da reflexão entre os partidos dos países com este tipo de regiões, designadamente Portugal, Espanha e França.

O documento, que contatos poder divulgar na próxima edição, constitui um compromisso político para a próxima legislatura do Parlamento Europeu e pretende dar conteúdo político à especificidade do estatuto destas regiões recentemente consagrado no Tratado de União Europeia.



O Funchal acolheu os deputados do Parlamento Europeu

No programa de ontem estava ainda prevista uma visita dos deputados a várias localidades da ilha, como o Paul do Mar e Arco da Calheta, para contactar com a realidade socioeconómica da região, com pescadores, agricultores e seus representantes, aproveitando para avaliar as consequências das recentes intempéries.

Refira-se que os trabalhos iniciaram-se na terça-feira com

uma intervenção do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, sessão em que esteve igualmente presente Ilda Figueiredo, primeira candidata da CDU ao Parlamento Europeu. Entre os convidados, estiveram dirigentes da CDU/Açores e Esquerda Unida das Canárias. No mesmo dia realizou-se ainda um debate sobre as principais questões da agenda 2000.

Algarve Diversificar a base económica

Na passada semana, a CDU promoveu em Faro uma conferência de imprensa sobre as próximas eleições para o Parlamento Europeu, em que estiveram presentes Mário Sousa, candidato na lista da Coligação, e Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política e responsável pelo DORAL do PCP.

Na sua declaração, Mário Sousa passou em revista a presente legislatura, considerando que se caracterizou por «uma total ineficácia no que respeita à construção de infra-estruturas indispensáveis ao desenvolvimento regional».

O candidato responsabilizou não só ao PS como também ao PSD por não terem sido feitos os investimentos previstos no âmbito do 2.º Quadro Comunitário de Apoio num montante de cerca de 100 milhões de contos.

Mário Sousa defendeu a transferência para a Administração Regional de todos os fundos a aplicar no Algarve, considerando indispensável que na aplicação do 3.º Quadro Comunitário de Apoio sejam efectuados fortes investimentos públicos para resolver rapidamente as actuais carências.

Contudo, segundo frisou, o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social para o pe-

ríodo 2000 a 2006 afirma que a região deve apostar na sua vocação turística e de local de atracção de residentes estrangeiros, relegando para segundo plano a possibilidade de diversificação da estrutura produtiva.

Mário Sousa vê esta opção como «a capitulação face a imposições estrangeiras» e a consagração de um modelo económico que já hoje revela evidentes «fragilidades, dependências e vulnerabilidades». Em contrapartida, a criação de uma base económica diversificada, incentivando a agricultura, pescas e a indústria transformadora, é a única forma de capaz de corrigir assimetrias, assegurar emprego e a melhoria das condições de vida da população.

Salientando a importância para o nosso país das decisões tomadas nas instituições europeias, Mário Sousa afirmou que importa votar em quem no Parlamento Europeu defenda intransigentemente os interesses nacionais e lute por um novo caminho para a União Europeia, referindo em particular o trabalho dos três deputados do PCP no PE, que foram responsáveis por cerca de um terço das intervenções feitas pelos 25 deputados portugueses.

UE corta petróleo à Jugoslávia

O embargo às exportações petrolíferas da UE para a Jugoslávia entrará em vigor até ao final desta semana, segundo uma decisão tomada na segunda-feira pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze, reunidos no Luxemburgo.

Na reunião foi ainda decidido lançar, a 27 de Maio, em Bona, uma Conferência sobre a Europa do Sudeste onde se pretende celebrar um Pacto de Estabilidade visando a integração, a prazo, dos países balcânicos nas estruturas euro-atlânticas.

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE decidiram também aumentar as sanções existentes contra o governo de Belgrado. As novas medidas propostas incluem a não concessão de vistos ao presidente Slobodan Milosevic, aos seus familiares e a todos os apoiantes do regime jugoslavo.

Incluem ainda o congelamento de créditos bancários privados, assim como novas proibições de investimentos do sector privado da UE e de exportações de equipamentos, tais como material de reparação de estruturas destruídas pelos bombardeamentos da NATO. As entidades desportivas dos Estados membros da União é pedido que excluam as equipas e seleções jugoslavas de todos os eventos desportivos internacionais, e às companhias aéreas pede-se que respeitem a proibição de voos para a Jugoslávia já anteriormente decretada.

Megafusão nas telecomunicações

Os responsáveis da Telecom Italia e alemã Deutsche Telekom anunciaram na semana passada a fusão entre as duas empresas, um negócio envolve um montante de cerca de 16 mil milhões de contos, ou seja o equivalente ao produto interno bruto de Portugal. Esta é a maior fusão na história do sector e irá conduzir ao aparecimento do maior operador mundial de telecomunicações em termos de capitalização na bolsa e em número de linhas servidas. Pelo volume de negócios o novo gigante ocupará o segundo lugar mundial, logo a seguir ao operador japonês NTT. Com cerca de 72 milhões de linhas de acesso, 33 milhões de assinantes em telefones portáteis e um quinto das comunicações a nível europeu, a nova empresa estará operacional no último trimestre deste ano, tendo as administrações dos dois grupos começado já a elaborar programas de redução de efectivos. Para trás fica assim a Olivetti que tinha feito uma proposta de aquisição de acções que acabou por ser suplantada pelo Telecom alemã, que fica agora com 56 por cento do capital, ficando os restantes 44 por cento nas mãos do operador italiano.

Visita da CDU Despoluição do Ave deve ter incentivos

Ilda Figueiredo e Sérgio Ribeiro estiveram na passada semana no Vale do Ave para contactar com os problemas da população local. A visita iniciou-se em Vizela, junto do rio com o mesmo nome, com a presença de residentes, onde foi constatada a forte poluição e sublinhada a necessidade de estender a este afluente do Ave do Sistema de Despoluição do AVE (SIDAVE).

A cabeça de lista da CDU e o eurodeputado comunista visitaram depois duas empresas do sector têxtil onde ouviram várias preocupações sobre o financiamento do SIDAVE, sobre os encargos que sistema irá representar, criando situações de desigualdade entre as empresas aderentes e não aderentes ao sistema.

No encontro confirmaram-se as preocupações existentes no sector têxtil quanto às consequências da crescente abertura dos mercados europeus à importação de têxteis de países terceiros, sem a respectiva reciprocidade.

Depois de um almoço com eleitos das freguesias de maioria CDU do Vale do Ave, e os dois vereadores eleitos na Câmara de Guimarães, realizou-se uma visita à ETAR de Serzedelo, onde se efectuou

um encontro com o administrador do SIDAVE que prestou informações sobre o funcionamento e andamento das restantes instalações do Sistema.

À noite decorreu um jantar com sindicalistas e um debate no Centro de Trabalho de Guimarães sobre ambiente e desenvolvimento do Vale do Ave.

Na conferência dada a meio da tarde, Ilda Figueiredo fez questão de salientar a discriminação que o distrito de Braga foi vítima na elaboração do PIDDAC, onde tem das mais baixas capitações com particular incidência no Vale do Ave. A candidata denunciou o eleitoralismo da ministra do Ambiente e do Governo que têm feito inaugurações para as quais pouco têm contribuído financeiramente e defendeu a criação de condições que facilitem e incentivem a adesão de industriais ao SIDAVE, designadamente através de reduções à colecta dos respectivos encargos. Ilda Figueiredo falou ainda sobre o património de trabalho dos deputados comunistas no Parlamento Europeu, nomeadamente na defesa dos têxteis portugueses, em que se destacou o relatório sobre a competitividade deste sector, cujo relator foi Sérgio Ribeiro.

Animação nocturna no Porto

Os deputados municipais da CDU do Porto, apresentaram segunda-feira, em conferência de imprensa, um conjunto de propostas para conciliar a animação nocturna na cidade com o direito ao descanso da população. As propostas e recomendações, que surgiram após reuniões com o Governo Civil, juntas de freguesia, proprietários de estabelecimentos comerciais e contactos directos com os moradores afectados, visam «regulamentar a actividade nocturna e fazer conciliar os direitos ao descanso, ao divertimento e ao desenvolvimento da actividade comercial». Os deputados municipais da CDU responsabilizaram a autarquia portuense e o governo pelos problemas de excesso de ruído, falta de estacionamento e excesso de arrumadores, insegurança, destruição do património colectivo e falta de instalações sanitárias na via pública.

Esta situação resulta, denuncia a CDU, da «falta de estratégia da autarquia em termos da animação nocturna da cidade, da inexistente fiscalização dos estabelecimentos, da incapacidade de adopção de medidas por parte da polícia, da desadequação da legislação e da marginalização das juntas de freguesia no processo de licenciamento». Os eleitos da CDU decidiram, para minimizar as queixas dos moradores, recomendar à Câmara Municipal do Porto «a definição de uma estratégia de animação nocturna da cidade, de uma política de fiscalização para garantir o cumprimento da legislação, de um plano integrado de policiamento e da solicitação de um parecer prévio as juntas de freguesia». Ao governo foi recomendada a preparação de legislação adequada para impedir a dispersão de competências, «que só beneficiam os prevaricadores e incentivam a prevaricação».

Transportes em Matosinhos

A Juventude Comunista de Matosinhos acusou a autarquia de incapacidade para resolver as carências da população na área dos transportes colectivos, onde circulam «autocarros velhos, desenterrados em países da Europa central». Os jovens comunistas de Matosinhos criticam a prática de concessões privadas em algumas carreiras, acusando a transportadora Resende de utilizar nos percursos que lhe foram atribuídos «autocarros velhos, desenterrados em países da Europa central, que colocam em risco a segurança pública». «A compra da empresa "A. Maia" pela Resende veio agravar ainda mais o défice de qualidade e a falta de oferta nas freguesias do Norte do concelho», considera a JCP.

A JCP lamenta ainda que «uma obra da importância do metropolitano não tenha previsto o rebaixamento da linha dentro da vila da Senhora da Hora», que consideram uma reivindicação de anos das populações locais.

APD defende serviços de saúde gratuitos

A falta de qualidade e eficácia do Serviço Nacional de Saúde foi denunciada, no Dia Mundial da Saúde, pela Associação Portuguesa de Deficientes-APD que considera que, nessa área, pouco ou nada se evoluiu. Em causa estão, antes do mais, os grandes problemas de acesso às ajudas técnicas, a medicamentos essenciais e as barreiras arquitectónicas, que se mantêm, nos centros de saúde.

A APD lembra que, tendo em conta os baixos rendimentos da maioria das pessoas com deficiência, os elevados custos das ajudas técnicas e o facto de estarem sujeitas a pagamento de IVA, muitas pessoas ficam privadas de materiais de compensação imprescindíveis. Acresce que a Tabela Nacional de Incapacidades retirou a muitas pessoas com deficiência benefícios que detinham há longos anos. Problemas a que se somam, em particular, a inexistência de centros de reabilitação e de hemodíalise, entre outros. Neste quadro, a Associação Portuguesa de Deficientes continua a exigir o Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito e a adopção e implementação das Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades das Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas.

«Os Verdes» propõem medidas para meio prisional

O Grupo Parlamentar de «Os Verdes» apresentou na mesa da Assembleia da República um Projecto de Lei que adopta medidas de combate à propagação de doenças infecto-contagiosas em meio prisional. Face a uma situação em que 11 por cento dos reclusos estão infectados, «Os Verdes» propõem que todos os estabelecimentos prisionais ofereçam periodicamente a possibilidade de realização de testes de rastreio, a garantia do carácter voluntário do teste ao HIV, garantia do princípio de confidencialidade e de que «o recluso infectado tenha acesso a todas as formas de tratamento que a comunidade em geral tem», adopção de medidas de prevenção, garantia de não discriminação do recluso infectado.

Forum em Coimbra

A CDU/Coimbra está a preparar a iniciativa «Construir soluções à Esquerda», um Forum distrital de debate que tem como objectivo «trazer para o centro do debate e actividade política os reais problemas dos cidadãos, a reflexão e a procura de soluções adequadas e mobilizadoras». Entre os temas propostos, «que se articulam no plano regional e nacional», estão. «O Estado com funções sociais e serviços públicos de qualidade», «Uma economia produtiva ao serviço das pessoas», «Emprego com direitos, trabalho e realização pessoal» e «Democracia participada, cultura e cidadania».

Dia Mundial da Terra

Com o apoio da Câmara Municipal, a Coordenação Concelhia de Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar do Barreiro realizou, no passado dia 22, o colóquio «Que futuro ambiental para o Barreiro». Uma iniciativa que se inseriu nas comemorações do Dia Mundial da Terra e que foi antecedida da execução de uma pintura mural, protagonizada por alunos de escolas e por artistas do concelho, e subordinada ao tema «Salvemos a Terra».

«Sim à Paz, não à NATO» Um movimento que se amplia

Amanhã, em Sacavém, no Largo 5 de Outubro, vai realizar-se uma vigília pela paz. Mais uma iniciativa contra a guerra desencadeada pela Nato no centro da Europa, organizada pelas delegações sindicais do Concelho de Loures - CGTP-IN e várias associações locais, e que se insere no fluxo de manifestações e tomadas de posição pelo fim da guerra e por uma solução política para a crise.

Uma vigília-manifestação contra a intervenção militar da NATO no Kosovo, organizada pela JCP/Algarve, juntou em Faro algumas dezenas de pessoas, entre as quais o montenegrino Djucik, ex-jogador de futebol do Farense.

Empunhando faixas onde apelavam à «Paz para o Kosovo» e algumas bandeiras da

Jugoslávia, os manifestantes exigiram a retirada de Portugal da força militar da NATO e defenderam a extinção da Aliança Atlântica.

«Sim à paz, não à NATO», «Portugal fora da guerra» e «Os fogos não se apagam com gasolina/Cooperação entre os povos do mundo», foram algumas das palavras de ordem proferidas pelos manifestantes.

Durante a vigília uma delegação de manifestantes entregou ao governador civil de Faro uma carta em que é exigida o fim da participação portuguesa na força militar da NATO, o fim da agressão militar e a extinção da Aliança Atlântica.

Dia 22, numa concentração realizada em Aveiro, os partici-

incondicional das operações militares contra a Jugoslávia, o empenhamento da comunidade internacional na busca de uma solução política e a retirada imediata de Portugal das operações da Nato.

Dia 30, a Assembleia de Párcos da Cidade do Porto vai efectuar uma «Caminhada pela Paz», contra a «guerra e opressão» nos Balcãs, Timor-Leste e Angola.

A manifestação, denominada «Silêncio e Luz», para a qual foram convocados todos os habitantes da cidade do Porto «que acreditam na paz», tem como intuito apelar para a «fraternidade multicultural e religiosa».

A iniciativa conta também com a adesão do Conselho Nacional Eclesiástico da região do Porto, da

Pastoral Universitária e dos Cursos da Cristandade.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, reafirmou a sua condenação do ataque militar da NATO à Jugoslávia, denunciando que este ataque, «ao contrário dos objectivos anunciados, só agravou os problemas humanos, étnicos, sociais e políticos naquela região da Europa».

Em Guimarães, a CDU apresentou uma Moção, reprovada na Assembleia Municipal pelos votos contra da maioria absoluta PS, em que se apela «a todas as partes envolvidas para que, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, seja encontrada uma solução pacífica para esta guerra».



Manifestação do 25 de Abril, em Lisboa. A exigência de paz está sempre presente

Um marco histórico para a agricultura familiar

«O 25 de Abril foi um marco histórico para a agricultura portuguesa e, em particular, para a agricultura familiar e para os povos dos baldios», afirma a Confederação Nacional da Agricultura - CNA, num apelo dirigido a todos os agricultores para a sua participação nas comemorações do aniversário da revolução.

Uma participação tanto mais necessária quanto se avizinham dias difíceis, com a Reforma da PAC, aceite pelo governo português, o alargamento da União Europeia a Leste, as negociações da Organização Mundial do Comércio, «em suma, com a globalização do mercado agro-alimentar».

O documento da CNA dá particular realce às - muitas - transformações positivas que o 25 de Abril, trouxe à agricultura, uma política que viria a ser invertida a partir de 96.

Da nova política agrícola implementada pela revolução, a Confederação destaca diversas mudanças e iniciativas transformadoras.

Antes do mais, a devolução dos baldios aos povos serranos, a transformação em cooperativas dos antigos Grémios da Lavoura, «organizações corporativas, controladas por grandes proprietários, em muitos casos absentis-

tas», o desaparecimento da Junta de Colonização Interna, «instituição essencial de uma política agrícola ao serviço dos grandes proprietários».

Com o 25 de Abril veio «o aumento do trabalho e da produção agrícola do país, em particular pelo bom aproveitamento de terras abandonadas ou mal aproveitadas por grandes proprietários absentistas», sublinha a CNA.

Veio ainda um Lei do Arrendamento Rural justa, que «obrigava à celebração do contrato por

escrito e fixava tabelas de valores máximos de rendas, abrangendo também os seareiros de campanha». Simultaneamente foi reforçada a segurança dos rendeiros, «pela fixação de prazos mínimos de arrendamento que garantissem a sua estabilidade e da sua família».

A Confederação lembra, por outro lado, a transformação de estruturas estatais como a Federação Nacional dos Produtores de Trigo, Juntas do Vinho, Fruta e Produtos Pecuários, antes dirigidas em função dos interesses dos

«grandes proprietários ligados à ditadura», e que «passaram a funcionar em moldes radicalmente diferentes na intervenção e regulamentação dos preços agrícolas, ao serviço da pequena e média lavoura e do próprio consumidor».

Um quadro de mudanças, em grande medida fruto das «novas e boas leis publicadas e as políticas agrícolas correctas realizadas pelos Governos Provisórios», que levou ao desenvolvimento do livre associativismo dos agricultores e à criação da CNA.

Professores em vigília pelo ensino nocturno

Os professores do ensino recorrente concentram-se, terça-feira à tarde, junto ao Ministério da Educação, em Lisboa, para protestar contra o encerramento deste tipo de ensino em mais de 100 escolas públicas.

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) acusa o Ministério da Educação de pôr em causa o direito a um sistema de ensino nocturno adaptado às reais necessidades da população.

Segundo dados do SPGL, ao longo dos últimos anos, o Ministério insistiu num único modelo organizado por unidades capitalizáveis, que o sindicato classificou como «inadaptado à população que o procurava, aumentando drasticamente os níveis de aban-

dono e insucesso que um relatório do ME, de Outubro de 1998, veio confirmar».

Reportando-se ao estudo, o sindicato aponta para uma percentagem de 70 a 80 por cento de reprovagens no 1.º ciclo, 50 por cento no 2.º ciclo, entre 54 e 96 por cento no 3.º ciclo e 99 por cento no secundário.

O SPGL sublinha ainda o facto de os níveis de escolaridade da população portuguesa serem muito baixos, situando-se na cauda dos países da União Europeia.

Setenta por cento da população tem menos de seis anos de escolaridade e só 24 por cento conclui o ensino secundário, um valor que, em média, atinge os 58 por cento na União Europeia.



25 de Abril

Um mar de gente nas comemorações do Porto. A exigência de paz esteve presente em toda a manifestação

Milhares de iniciativas

Milhares de iniciativas por todo o país marcaram os 25 anos do 25 de Abril. Com manifestações de rua. Mas também colóquios e exposições, iniciativas desportivas e culturais. Com festa e um sem-número de convívios, que juntaram também muita gente entre os comes-e-bebes e o debate de ideias.

Aqui se dá testemunho, em poucas linhas e algumas imagens, de algumas das muitas realizações que aconteceram. Uma breve amostragem do muito que, necessariamente, ficará de fora.

Jantar-convívio em Braga

Quase três centenas de pessoas participaram no jantar-convívio organizado pela CDU, em Braga, na noite de dia 23. Uma iniciativa que contou com a participação do almirante Rosa Coutinho.

Durante o jantar, que decorreu com grande animação, intervieram António Lopes, da Comissão Política do PCP, e Carlos Silva, candidato da CDU ao Parlamento Europeu, que lançaram um apelo à participação de todos nas próximas campanhas eleitorais.

Rosa Coutinho fez a última intervenção, em que caracterizou alguns aspectos do regime fascista, referindo-se, em particular, à falta de liberdade e ao medo que tal situação então gerava. O orador realçou as transformações que ocorreram no país com a revolução, os retrocessos entretanto verificados, e alertou para a necessidade de defender a liberdade que, «tal como uma flor», precisa ser permanentemente cuidada, para não morrer.

Corrida da Liberdade

Mais de três mil atletas de todas as idades participaram, domingo passado, na Corrida da Liberdade, organizada no âmbito das comemorações dos 25 anos do 25 de Abril.

As partidas foram marcadas para cinco dos pontos mais significativos das operações militares desencadeadas na madrugada do dia 25 de Abril de 1974 para o derrube do fascismo: Regimento de Engenharia de Lisboa, na Pontinha, que foi

quartel-general do Movimento das Forças Armadas (MFA), Largo do Carmo, Praça Marquês de Pombal, Rua Alexandre Herculano e Rua Sampaio e Pina.

A «Corrida da Liberdade», promovida pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), no âmbito do programa «25 Cravos para os 25 anos do 25 de Abril», tem a colaboração da Associação 25 de Abril e da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.

Estafeta da Liberdade

A «Estafeta da Liberdade» - uma iniciativa da Câmara de Santarém a que logo aderiu a Câmara de Lisboa e outras autarquias - envolveu jovens dos concelhos de Santarém, Cartaxo, Azambuja/Alenquer, Carregado e Lisboa.

Dia 24, os jovens realizaram percursos nas ruas dos respectivos municípios, reunindo-se em Lisboa, na Praça do Comércio, de onde partiram em direcção ao Largo do Carmo.

Durante o percurso, foi feita a passagem simbólica dos testemunhos (cravos vermelhos) dos jovens vindos dos outros concelhos aos participantes de Lisboa.

Guarda Desenhos de Cunhal em exposição

Desenhos de Álvaro Cunhal, feitos na prisão, e fotos do antes e pós-25 de Abril de 1974 estão expostos no Centro de Juventude da Guarda do Instituto Português da Juventude (IPJ).

A mostra é organizada por um grupo de jovens desta cidade com o objectivo de assinalar o 25.º aniversário do 25 de Abril.

Almada Monumento à liberdade

Um monumento à liberdade - uma escultura em aço com sete metros de altura, da autoria de Jorge Vieira - foi inaugurado domingo, em Almada.

Da autoria de Jorge Vieira, que faleceu em Dezembro do

ano passado, a escultura começou a ser trabalhada em Outubro de 1998 e são as várias fases de concepção da obra, desde os primeiros esboços até à montagem, que vão ser ilustradas num livro a publicar brevemente.

A maquete da obra pode também ser vista até ao final do mês de Maio, na Casa da Cerca - Centro de Arte Contemporânea, conjuntamente com os cerca de cem desenhos inéditos e quatro esculturas, que marcam o percurso artístico de Jorge Vieira desde os anos 50 até à actualidade.

Imigrantes

Os promotores da Comissão Nacional para a Legalização de Imigrantes (CNLI) exigiram, no desfile comemorativo do 25 de Abril, no Porto, «documentos para todos os imigrantes».

Segundo a CNLI, cerca de 4000 pessoas «estão impedidas de realizar uma plena integração na sociedade portuguesa».

A Comissão defende a necessidade de se encontrar uma solução que permita resolver os casos que estão em fase de instrução ou de recurso, no âmbito da Lei 17/96, que definiu o segundo processo de legalização extraordinária de imigrantes.

Com esse objectivo, os promotores da CNLI pretendem encontrar-se com os órgãos de soberania, os grupos parlamentares, as embaixadas dos países de onde são oriundos os imigrantes que pretendem legalizar-se e os sindicatos.

A queima da «velha senhora»

Retirando do património popular português a «Queima da velha» - que, juntamente com a «Queima do Judas», entre outros, celebrava o fim do Inverno - a CDU de Espinho resolveu adaptar a simbologia deste ritual ao 25 de Abril, aproveitando a expressão «Velha senhora», com que as pessoas se referiam ao regime fascista.

Assim, às 24 horas do dia 24 de Abril, a «Velha senhora» foi imolada pelo fogo na Praia da Baía, em Espinho, dando pretexto a um agradável convívio animado com canções de Abril.

Ainda no quadro do 25.º aniversário da revolução, a CDU

local visitou a Escola Secundária Manuel Laranjeira, em sessão pedagógica sobre a data e organizou um almoço. Durante a tarde de 25, a JCP promoveu a animação das ruas de Espinho.

Memórias da resistência

«Memórias do tempo da resistência» foi tema de um debate, realizado no passado dia 22, no Funchal.

Uma iniciativa da CDU/Madeira, que contou com a participação de António Canelas, resistente antifascista que, antes do 25 de Abril, realizou, na Madeira, trabalho de organização e resistência contra o regime.

Esta iniciativa insere-se nas comemorações dos 25 anos da revolução e integra-se num ciclo de conferências sobre Abril.

Emigrantes saúdam Abril

A Associação do Reencontro dos Emigrantes (ARE), em saudação a todos os que lutaram contra o fascismo e, em particular, aos capitães de Abril, denuncia, quer a situação que se vive no país, reproduzindo condições de pobreza e desertificação do interior que empurram as populações para a emigração, quer a marginalização dos emigrantes.

A ARE sublinha a «ostensiva marginalização dos portugueses que vivem e trabalham em 117 dos 192 países existentes no mundo e a ocultação deliberada da sua contribuição para o bem-estar dos que aí vivem». E lembra que «em 1998 as remessas dos emigrantes totalizaram cerca de 599 milhões de contos, mais do que o tão propagandeado saldo das transferências com a União Europeia, que ficou em 566 milhões de contos».

Da resistência à liberdade

A CDU realizou, na noite de terça-feira passada, na sede da coligação em Lagos, um colóquio sobre o tema «Da resistência à liberdade», que contou com a participação de Margarida Tengarrinha e José Veloso.

Este colóquio insere-se num conjunto de iniciativas comemorativas dos 25 anos do 25 de Abril e decorre em simultâneo com a exposição «Que Viva Abril».

Comemorações no Faial

A CDU da Ilha do Faial, nos Açores, promoveu, na noite de 24 de Abril, um jantar-convívio alusivo à data.

Domingo, dia 25, no Clube Naval da Horta, houve uma Festa da Juventude com música ao vivo.

Encontro em Setúbal

O compromisso de lançar as bases do Centro de Estudos Bocageanos de Setúbal, foi assumido pela Comissão Promotora do Encontro de Democratas, o tradicional jantar-convívio do 25 de Abril que, na noite de 24 reuniu em Setúbal, num restaurante da cidade, trezentas pessoas.

Um projecto que congrega professores, alunos, livreiros e várias individualidades da área da cultura da cidade e concelho de Setúbal.

O encontro foi marcado por intervenções de denúncia das tentativas de branqueamento do fascismo e de repúdio pela intervenção da NATO na Jugoslávia.

Um rio de gente na Baixa do Porto

Rios de gente desaguarão no local habitual, a Baixa do Porto, para festejar 25 anos da Revolução de Abril. Na véspera, partindo do Coliseu onde se realizara um espectáculo, em desfile com a Banda Marcial da Foz à frente, tocando as músicas que marcaram aquela data, descendo até à Baixa onde já muitos se encontravam para fazer a passagem do Ano da Liberdade.

No dia 25, em cerimónia junto ao edifício da ex-PIDE, muita gente homenageou os resistentes antifascistas, aqueles que árdua e heroicamente, com longos anos de prisão, clandestinidade e sacrifício da própria vida, lutaram para que houvesse Abril.

Maria José Ribeiro, em nome da URAP, saudou as iniciativas que finalmente, ao fim destes 25 anos, estão em curso para perpetuar, na cidade e naquele local em concreto, a memória da resistência antifascista - o monumento a Virgínia Moura, da iniciativa de um grupo de mulheres, a evocação de uma lutadora inextinguível que o Povo do Porto sempre acarinhou, e um outro memorial que o autor, o escultor José Rodrigues, apresentou e para o qual foi aberta subscrição pública.

«Da PIDE até à Liberdade» foi o mote e o percurso de um grande desfile cívico onde se incorporaram muitos dos que no 25 de Abril de 74 ainda eram jovens e os jovens de hoje que, em palavras de ordem, na irreverência mas também na convicção, continuam a luta pelos ideais que marcaram a Revolução dos Cravos. Bandeiras do PCP, palavras de ordem contra a guerra, pela paz, a solidariedade com Timor, pontuaram o desfile.

As comemorações do 25 de Abril, que no Porto foram promovidas por uma Comissão onde participou a AVA, Federação das Colectividades do Porto, a USP, a Câmara Municipal e várias outras associações, e que comportaram também exposições fotográficas, debates e outros eventos, ficaram também assinaladas com iniciativas muito diversificadas por todo o distrito.



Imagens de Braga (em cima) e Estarreja





VII Legislatura

Deputados comunistas prestam contas

Leis da República

com origem em projectos de lei do PCP

Lei n.º 33/96

Lei de Bases do Desenvolvimento Florestal

Esta Lei estabelece os princípios, objectivos, medidas e meios para o ordenamento florestal do País, designadamente:

1.º - A elaboração de Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) como instrumentos de organização dos espaços florestais em cada região e de ordenamento florestal das explorações;

2.º - Medidas com vista à reestruturação fundiária das explorações florestais, com o estabelecimento de limites máximos da área florestal na posse de uma única entidade, bem como à ampliação do património florestal público;

3.º - Apoio aos montados de sobre e azinho que deverão ser objecto de um plano específico de conservação e desenvolvimento;

4.º - Apoio a todas as formas de associativismo e, em particular, às assembleias de compartes e à elaboração de planos integrados de utilização dos baldios;

5.º - Medidas orgânicas e de política silvícola com vista à prevenção e combate aos fogos florestais e à rearborização de áreas percorridas por incêndios de grandes dimensões;

6.º - Criação do Conselho Consultivo Florestal;

7.º - Constituição de um fundo financeiro destinado a apoiar as medidas de fomento florestal, a financiar projectos de rearborização de áreas afectadas por incêndios florestais, a financiar acções de investigação e a instituir um sistema bonificado de crédito florestal;

8.º - Criação de um sistema de incentivos fiscais com vista a estimular o associativismo e a apoiar o autofinanciamento no domínio da prevenção activa dos incêndios;

9.º - Instituição de um sistema obrigatório de seguros florestais;

10.º - Definição de 14 acções com carácter prioritário, designadamente, prevenção, vigilância e apoio aos combates florestais; reforço e expansão do corpo de sapedores florestais e do corpo de guardas e mestres florestais; fomento e apoio das organizações dos produtores florestais; promoção de acções de sensibilização dos cidadãos, em particular da juventude, para a importância e salvaguarda dos recursos florestais.

Lei n.º 11/97

Observatório dos Mercados Agrícolas

Estrutura a funcionar na dependência do Ministério da Agricultura tem como objectivo analisar a situação dos mercados, fazer um balanço periódico das importações e propor medidas com vista à defesa e promoção da produção nacional.

O Observatório é constituído por um representante de cada uma das confederações agrícolas e dos jovens agricultores; um representante de cada uma das confederações sindicais; um representante das associações de defesa dos consumidores; um representante de cada uma das Ordens dos Médicos, dos Médicos Veterinários, da secção Agronómica da Ordem dos Engenheiros bem como um representante dos seguintes Ministérios: Agricultura, Saúde e Ambiente e ainda três personalidades de reconhecido mérito.

O Observatório apresenta anualmente, até 31 de Janeiro, à Assembleia da República e ao Governo, um relatório sobre a situação dos mercados agrícolas e das importações agro-alimentares.

Suspenda-se a privatização

O Grupo Parlamentar do PCP desafiou o Governo a suspender o processo de privatização da TAP e a abrir um processo de reflexão, envolvendo os trabalhadores, sobre o futuro da transportadora aérea nacional. Reiterada por Lino de Carvalho, esta proposta do PCP ganhou novo sentido face aos recentes desenvolvimentos que tiveram a sua expressão no acordo de empresa com os pilotos aprovado por uma comissão arbitral. Estava-se num debate de urgência suscitado pelo PSD sobre a TAP e a posição da bancada comunista voltou a ser sustentada na necessidade de assegurar o futuro da nossa transportadora aérea de bandeira, enquanto empresa estratégica nacional, bem como os direitos de todos os seus trabalhadores.

Depois do acordo feito com a Swissair, já anteriormente denunciado pela bancada comunista pelo seu carácter fortemente danoso para a TAP, vieram agora juntar-se quer o caso do estranho acordo com os pilotos, quer o processo de avaliação da empresa, qualquer deles a carcer de clarificação.

Foi aliás esse o motivo que levou Lino de Carvalho a classificar o comportamento do Governo de irresponsável e a inquirir o ministro João Cravinho sobre um conjunto de questões concretas, cujas respostas, bem se pode dizer, longe de trazerem luz ou aquietarem preocupações, vieram avivar incertezas e apreensões.

Confirmado foi, concretamente, tal como há quatro semanas em audição realizada pela Comissão parlamentar de Economia por iniciativa do PCP, que «nem tudo são rosas» e muito menos a TAP «voa rumo ao céu azul», como o Governo já então quis fazer crer, mas que, ao contrário, como referiu o deputado comunista, não faltam exemplos e sinais que apontam para o desastre.

Lino de Carvalho quis saber, por exemplo, quem fala verda-

Para evitar o desastre na TAP

de assim e que ele próprio dera conhecimento à tutela do «conteúdo da arbitragem».

«Afinal quem fala verdade? O ministro João Cravinho? Se assim é, por que é que não demite o presidente da TAP?», perguntou o parlamentar do PCP.

Não esclarecida ficou também a questão de saber se o ministro tinha dado conhecimento ao Conselho de Ministros de todas as consequências que decorrem da decisão arbitral, nomeadamente quanto ao facto de no dia imediatamente a seguir ter sido anunciada a venda de 20 por cento do capital da TAP ao grupo Swissair por um valor incrivelmente baixo.

Como por explicar ficaram as razões que levaram a que depois de ter sido avaliada em 108 milhões de contos, o valor da TAP tenha descido para um preço-base de 60 milhões, ou seja, como inquiriu Lino de Car-

valho, «por que é que a administração da TAP, com o acordo do Governo, foi pedindo sucessivas avaliações e optou pelo valor mais baixo». «Dizem os estrategos da privatização que o cenário evoluiu para um «ciclo de baixa». Então, se isso é verdade, por que é que, como manda o bom senso e qualquer decisão racional, não se adiou o processo e se esperou por um novo «ciclo de alta»?», interrogou o deputado comunista.

Verberada pela bancada comunista foi ainda a atitude demissionista evidenciada pelo Governo em todo o processo negocial com os pilotos - lavou as mãos como Pilatos ao apadrinhar a criação de uma comissão arbitral, acusou Lino de Carvalho -, comportamento que contrasta com a determinação que normalmente revela «quando se trata de resolver *dossiers* que interessam aos grupos económicos».



Os mais recentes desenvolvimentos do caso TAP foram marcados por estranhos acordos que carecem de clarificação

Violação de normas laborais Sanções mais pesadas contra infractores

tificam alterações em sede de discussão na especialidade.

Só com tais alterações, como explicou o deputado comunista Alexandrino Saldanha, será possível «dar coerência aos regimes sancionatórios», contrariando a actual impunidade de que gozam os infractores pelo incumprimento de normas jurídico-laborais.

Daí que uma das principais críticas ao modelo desenhado pelo Governo nos quatro diplomas tenha a ver com o que Alexandrino Saldanha considerou ser a «sobrevalorização do ilícito de mera ordenação social». Embora tenha reconhecido algum avanço na resposta, ainda que «atrasada e tímida», à necessidade de actualizar as coimas, o deputado do PCP chamou a atenção para o facto de o

Governo na relação do «ilícito criminal de justiça» com o «ilícito de mera ordenação social» ter optado por uma preponderância desta última.

Significa isto que o Governo não atendeu às preocupações dos que defendem, como o PCP, a «neocriminalização de condutas que violam direitos fundamentais dos trabalhadores».

Lembrado por Alexandrino Saldanha foi o exemplo já dado aquando da discussão do projecto do PCP de condutas como as relativas ao «incumprimento de normas de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, causadoras de mortes e de graves sequelas físicas e psíquicas nos trabalhadores».

Tais condutas violadoras de direitos dos trabalhadores - como atentados dolosos à esta-

bilidade no emprego (incluindo a contratação a termo), o tráfico ilegal de mão-de-obra, ou a violação das medidas de higiene e segurança no trabalho - são hoje alvo de neocriminalização na legislação de outros países, como sucede em Espanha, o que não pode deixar de constituir-se num efeito dissuasor junto dos infractores.

Verberado pelo Grupo comunista foi ainda o facto de o Governo não ter consagrado a legitimidade das associações sindicais se poderem constituir como assistentes no respectivo processo, sendo igualmente criticada, noutra plano, a periodicidade estabelecida para actualização das coimas, a qual, no entender de Alexandrino Saldanha, deveria ser anual e não de três em três anos como propõe o Governo.

Nos 25 anos da Revolução

Prosseguir os caminhos de Abril

«Valeu a pena a luta pela liberdade e pelas liberdades. Mesmo quando muitas das esperanças de Abril estão por cumprir.» As palavras são do deputado comunista Lino de Carvalho e sintetizam aquele que foi, porventura, o sentido mais marcante da sua intervenção na sessão solene com que a Assembleia da República comemorou o 25.º aniversário da Revolução do 25 de Abril.

O acto foi presidido por Jorge Sampaio, que interveio no final, deixando expressas algumas das «preocupações» que, do ponto de vista do Chefe do Estado, sobressaem do actual momento político, quer nacional quer internacionalmente. À sessão, onde intervieram representantes de todas as bancadas parlamentares, bem como Almeida Santos, presidente da Assembleia da República, assistiram altas figuras da hierarquia do Estado.

Destaque ainda, entre os muitos convidados que assistiram à sessão das galerias, para a presença de vários militares de Abril. O Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, em visita ao nosso país, acompanhou igualmente os trabalhos.

Todos aqueles que pelas mais variadas maneiras «construíram as estradas que fizeram a liberdade» mereceram uma referência especial na intervenção de Lino de Carvalho. Foi «com a sua luta, o seu sacrifício e o sacrifício dos seus familiares, por vezes a morte, na prisão, na clandestinidade ou no exílio», recordou, citando o poeta, que se construíram «as portas que Abril abriu».

Mas trazer à nossa memória e prestar homenagem a todos esses «militantes da liberdade» ganha um significado e importância ainda maior quando se assiste, como sucede nos dias que correm, a tentativas de branquear o passado e os seus responsáveis.

Ora foi «contra esse branqueamento» que Lino de Carvalho se insurgiu, em nome da «formação cívica das gerações posteriores, e para que não volte», fazendo notar que nunca

é de mais «reafirmar sempre sempre que o fascismo existiu em Portugal» e que o nosso país «foi palco de perseguições, de prisões por delito de opinião, de torturas, de censura, de guerra colonial, de proibições muitas».

Uma convicção profunda deixada por Lino de Carvalho no seu discurso foi ainda a de que «valeu a pena a luta pela liberdade», mesmo quando, passados 25 anos, lembrou, «o emprego com direitos não é um direito efectivo de todos», «a pobreza e a marginalidade alastram», «mais de 70 por cento dos reformados vivem com pensões inferiores a 32.800\$00», «as mulheres e os jovens continuam a ser discriminados», ou se acentua a «injusta distribuição da riqueza».

Uma atenção particular na intervenção do deputado do PCP mereceu, por fim, o actual quadro internacional, caracterizado, segundo as suas palavras, «por factos dolorosos da maior gravidade», de que são testemunhos, exemplificou, a «brutal e irresponsável guerra de agressão aos EUA, da União Europeia e da NATO contra a Jugoslávia»; a «continuação da guerra em Angola, movida por Savimbi, em violação das resoluções da ONU»; «a violência, os massacres, a brutalidade da Indonésia contra o povo de Timor-Leste».

Manifestando a firma oposição da sua bancada contra a guerra de agressão à Jugoslávia, Lino de Carvalho apelou à cessação do envolvimento português no conflito, reclamando, simultaneamente, uma intervenção do Governo no quadro da ONU, com vista a encontrar uma solução política para o problema do Kosovo.



Na memória do povo estará para sempre inscrita uma dívida de gratidão para com os militares que derrubaram a ditadura fascista

Fazer justiça aos militares de Abril

As injustiças na carreira profissional de que foram vítimas muitos militares que intervieram no 25 de Abril vai, finalmente, ser reparada. Com a aprovação do projecto de lei conjunto subscrito pelo PCP e pelo PS que aprova medidas no sentido da revisão da situação dos militares que participaram no processo de transição da ditadura para a democracia, e que por esse motivo viram a sua carreira prejudicada ou dela foram afastados, a Assembleia da República, ainda que tardiamente, veio dar expressão a um acto da mais elementar justiça.

Do alcance e significado do diploma, que acolheu o voto favorável de todas as bancadas, à excepção do CDS/PP que se absteve, falou o deputado comunista João Amaral para salientar que o objectivo visado com esta iniciativa – a «questão central», como lhe chamou – «não é o de conceder privilégios, sejam eles quais forem, mas, sim, o de fazer justiça, repondo a situação àqueles que não ficaram em casa a ver os acontecimentos passarem, àqueles que correram os riscos da sua própria carreira – e muitos foram eles – para que em Portugal se instalasse a liberdade e a democracia».

Para João Amaral, aliás, tudo aquilo que o País deve aos militares de Abril «é muito mais e não se paga com qualquer projecto de lei». «É muito mais do que a reparação da carreira», fez notar, para concluir que o que está em causa – e isso não tem preço – «é a eterna dívida de gratidão por eles terem tido a coragem, naquela madrugada de 25 de Abril, de sair à rua, de derrubar a ditadura e de abrir os caminhos da liberdade e da democracia».

Associativismo juvenil



Garantir aos jovens com idade inferior aos 18 anos o livre exercício do direito de associação,

tal é, em síntese, o objectivo preconizado pela bancada comunista em projecto de lei por si entregue na passada semana no Parlamento. Visada é ainda a instituição de regras que simpliquem o processo de constituição das associações, obviando morosidades indesejáveis e burocracias que, em muito casos, têm sido um obstáculo intransponível para muitas associações juvenis.

Reconhecendo a extrema importância assumida pelo movimento associativo no nosso país, com razões acrescidas no caso do associativismo juvenil, o Grupo Parlamentar do PCP entende que não faz sentido manter o que considera ser a «injustificada limitação do direito de associação» aos jovens menores de 18 anos, que, na prática «constitui um obstáculo real à sua participação de pleno direito nas associações juvenis» e, nessa medida, à sua intervenção na sociedade.

Cinema e audiovisual

A deputada comunista



Lúisa Mesquita acusou o ministro da Cultura de menosprezar por completo as opiniões dos

representantes dos sectores do cinema, do audiovisual e do **multimedia**, considerando-o possuído por uma «azáfama de produção legislativa contranatura». Estava-se no debate sobre o diploma que regula a intervenção do Estado naquelas áreas, suscitado sob a forma de apreciação parlamentar (ratificação) pela bancada do PCP.

Trata-se de um decreto-lei que, na opinião de Lúisa Mesquita, não esconde a «aposta de silenciamento e abandono dos nossos criadores», nele perpassando contradições várias que o tornam num instrumento inútil para o desenvolvimento e defesa das actividades cinematográfica, audiovisual e **multimedia** nacionais.

O texto sofre ainda, no entender da parlamentar do PCP, de uma completa ausência de coerência interna, sendo ainda evidente a inexistência de qualquer «linha conceptual estruturante». O mesmo já não se pode dizer quanto às suas «contradições» ou quanto aos «enxertos realizados ao sabor das imposições mercantilistas da arte», estes sim, salientou, traços vincadamente marcantes no articulado do diploma.

No Instituto Superior de Tecnologias da Saúde Alunos são vítimas da política educativa

O Governo tem a obrigação de encontrar uma solução para o problema criado com a decisão por si tomada de encerrar o Instituto Superior de Tecnologias da Saúde. A exigência foi expressa na passada semana pelo deputado comunista Bernardino Soares, que entende não ser admissível que os cerca de 600 alunos daquele estabelecimento de ensino privado sejam agora transformados no «bode expiatório de um negócio que durante anos à custa deles foi feito e que o Governo permitiu».

Em causa está, recorde-se, o encerramento da escola por decisão do Ministério da Educação, o que tem vindo a provocar

uma situação dramática aos seus alunos. Para a quase totalidade deles é o futuro que está para já comprometido, bem como o investimento feito nos respectivos cursos, em muitos casos com enormes sacrifícios próprios e das suas famílias.

O problema não está na legitimidade da decisão ou das razões que a motivaram – «não oferece qualquer contestação», sublinhou a propósito Bernardino Soares –, mas sim na desresponsabilização de que o Governo dá hoje mostras em relação à situação criada, bem como na ausência de medidas adequadas que respondam ao problema dos estudantes.

É que, como observou o deputado do PCP na intervenção que proferiu no período antes da ordem do dia na sessão plenária realizada faz hoje oito dias, a verdade é que durante todos os anos em que o ISTS esteve a funcionar sem reconhecimento legal, inscrevendo centenas de alunos, o Ministério da Educação não soube ou não quis precaver a situação.

Não pode o Governo, por conseguinte, como frisou Bernardino Soares, «dizer que não tem nada a ver com o problema dos estudantes», quando é sabido que foi ele que, por um lado, «não quis evitar logo na origem que esta situação se criasse» e,

por outro, não se lhe conhecem idênticas atitudes em relação a escolas em situações semelhantes.

Mais: é a política de *numerus clausus* seguida pelo Ministério da Educação, frustrando as expectativas dos jovens em aceder ao ensino superior público, que na prática os empurrou para a inscrição em cursos privados na área das tecnologias da saúde, uma área em que ainda por cima são fortemente carenciados os nossos hospitais e centros de saúde.

Para Bernardino Soares resulta claro, pois, que os estudantes estão a ser vítimas da política educativa que tem pautado a

acção do Governo, «privilegiando o negócio do ensino superior privado e a exploração de alunos que se vêem obrigados a frequentá-lo».

Daí a exigência feita pela bancada comunista ao Governo no sentido de que sejam adoptadas medidas que garantam uma solução do problema, como por exemplo a integração destes alunos noutras escolas, sob pena de, não o fazendo, estar a deixar «intocados os lucros que as instituições ilegais embolsaram» e estar a «condenar as vítimas em vez dos culpados» numa «culpabilidade evidente com os interesses instalados no ensino privado».

Agente secreto acusado da morte de Rabin

Um agente secreto dos Serviços de Segurança israelita foi acusado no domingo por um tribunal de Jerusalém de estar indirectamente implicado no assassinato do antigo primeiro-ministro Itzhak Rabin, perpetrado em 4 de Novembro de 1995. Avishai Raviv não informou os seus superiores sobre as intenções do assassino de Rabin, um militante de extrema-direita que vigiava há oito anos e que lhe tinha confessado o seu plano para que o Governo não pusesse em prática os Acordos de Oslo, assinados com os palestinianos.

Militares brasileiros traficam droga

Dias depois da detenção de um tenente-coronel da aviação brasileira quando tentava transportar num avião militar 33 quilos de cocaína pura para Espanha, o Governo admitiu na sexta-feira a possibilidade de haver outros militares envolvidos numa rede de transporte de droga da América Latina para a Europa utilizando a Força Aérea. Segundo o ministro da Aeronáutica, essa organização começou a ser investigada em Outubro. «Provavelmente, devido à gravidade do crime, o oficial detido perderá o seu cargo e os seus direitos militares e será entregue à justiça civil. Esta é uma medida extrema, uma expulsão, mas por uma causa justa», afirmou.

Atentados racistas em Londres

Um novo atentado bombista teve lugar no sábado passado, em Londres, num bairro de imigrantes do Bangladesh, Paquistão e outros países asiáticos, ferindo sete pessoas e provocando graves danos materiais em prédios e lojas. Uma semana depois da explosão de uma bomba na zona de Brixton, este atentado vem levantar fortes suspeitas sobre movimentações de grupos racistas. Ambos os ataques foram reivindicados por quatro organizações de extrema-direita, entre eles os neonazis do «Combat 18». Recentemente, alguns deputados e lordes judeus, negros e asiáticos receberam cartas ameaçadoras do grupo Lobos Brancos, exigindo a sua saída do país até ao fim do ano. «Pretendem provocar uma guerra racial», disse a deputada do Labor, Oona King.

Nicarágua

Estudantes contestam Governo

As ruas de Manágua transformaram-se num campo de batalha que opôs estudantes e as forças de segurança, na sequência da morte de um universitário pela polícia, na semana passada. Na base dos protestos está a exigência dos estudantes de que seis por cento do Orçamento de Estado seja destinado ao Ensino Superior, como está consagrado pela Constituição.

Roberto González, um estudante de Direito de 24 anos, foi morto por uma brigada antidistúrbio durante a ocupação do Banco Central da Nicarágua que 80 universitários protagonizaram na tarde de dia 20, integrados numa onda de protestos alargada a toda a cidade. «Foi uma bala de borracha que o matou. A polícia continuará a usá-las para não ter de recorrer às de verdade», disse o chefe da Polícia.

As honras fúnebres de González transformaram-se em

manifestações contra o Governo conservador de Arnoldo Alemán. Nas principais ruas de Manágua ergueram-se barricadas e centenas de pessoas cercaram a igreja da Colónia Centro-americana, no bairro onde vivia o estudante.

Quando a notícia da morte de Roberto González se espalhou, a sede do Partido Liberal Constitucionalista (no poder) foi atacada por estudantes e populares dos bairros próximos como forma de protesto. Duas camionetas foram

destruídas e registaram-se diversos danos materiais. Dentro do edifício, duas pessoas responderam aos ataques com uma pistola e uma espingarda de assalto AK 47.

Os manifestantes dirigiram-se depois ao Commissariado Central da Polícia, atacando o edifício. As forças de segurança responderam com rajadas para o ar de fogo real. No total, contam-se 12 feridos e 77 detidos.

Na quinta-feira, o funeral de González juntou cerca de 15 mil pessoas num desfile que começou na Universidade Nacional Autónoma de Manágua e terminou no cemitério. Durante o percurso, registaram-se algumas provocações, nomeadamente quando um homem não identificado que mostrava na mão uma pistola começou a insultar os estudantes que passavam. Estes não responde-

ram, tendo denunciado a presença de agentes da polícia à paisana na marcha.

No dia seguinte, o Conselho Nacional das Universidades e as organizações estudantis apelaram ao Governo para que inicie negociações sobre os seis por cento do Orçamento de Estado que reivindicam e que consideram «irrenunciáveis».

Como resposta, o Governo diz que «não só já concedeu seis por cento, como acrescentou 13 milhões de dólares à quantidade que a Constituição adjudica às universidades».

Entretanto, um grupo de destacados sandinistas retirados do Ministério do Interior e do Exército emitiram um comunicado, ameaçando o presidente de «passar à acção em caso de o Governo não cessar as suas constantes violações do Estado de Direito».

Uruguai

Amnistia à ditadura posta em causa

Dez anos depois de decidir em referendo anistiar todos aqueles que estiveram envolvidos na ditadura, o Uruguai discute hoje se essa foi a melhor decisão.

Em Abril de 1989, a Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado foi aprovada numa consulta popular com 55 por cento de votos a favor e 42 por cento contra. Como consequência, nenhum responsável pelos assassinatos, torturas e desaparecimentos ocorridas entre Junho de 1973 e Março de 1985, ou seja, durante os 12 anos de ditadura, foram punidos.

Esta será uma forma de garantir a estabilidade do país, como defende entre outros o Presidente Julio María Sanguinetti, que fala do referendo como uma saída «original e civilizada» da ditadura, que afastou as «imensas paixões» que poderia pôr em perigo a

democracia e a economia do país. «Podemos dedicar-nos a outras coisas. O balanço não pode ser mais que positivo», afirma Sanguinetti, citado pelo jornal espanhol *El País*.

Mas há quem tenha uma opinião diferente e refira que, sem que haja uma investigação sobre os crimes cometidos ou levado a cabo qualquer processo de justiça, a reconciliação nacional nunca será completa.

O *El País* cita María Conde-nanza, presa durante cinco anos por pertencer à organização da juventude do Partido Comunista. Para esta mulher de 50 anos, os militares «têm de dizer que nunca mais vão torturar, que nunca mais vão violar as instituições, que vão respeitar a democracia para o resto da sua vida». «Um arrependimento», pede Matilde Rodríguez, presidente em 1989 da Comissão Nacional Pró-Referendo.

O país com mais presos políticos

De acordo com um estudo da responsabilidade da associação humanitária Serviço de Paz e Justiça (SERPAJ), o Uruguai é o país que teve o maior número de presos políticos em relação à sua população: 31 em cada 10 mil habitantes.

Os crimes cometidos são tão graves como os do Chile ou da Argentina, nações que hoje voltam a discutir o que fazer com os militares envolvidos no regime. A única diferença é o número dos casos de atrocidades, visto o Uruguai ser um país com poucos habitantes. A população atinge apenas os três milhões de pessoas.

Durante a ditadura, a tortura transformou-se num «acto absolutamente generalizado, algo normal de que só se livravam uns poucos casos excepcionais», sublinha o SERPAJ. «Com um inimigo interno vale tudo», diz María Conde-

nanza, detida em 1975 com o marido e um amigo.

«Depois de te deterem, com os olhos vendados, deixavam-te de pé durante dias. Logo vinham os interrogatórios e no interrogatório vinha a tortura. Uma vez por dia permitiam ir à casa de banho. As mulheres tinham a menstruação e não nos davam nada», conta María.

«Sentias o ódio. Porque há coisas que só com uma grande carga de ódio é que as podes fazer. Porque a uma pessoa absolutamente inerte, deitada num colchão ou no chão, às vezes despida, atada, vendada, à qual se tortura... tem de haver uma grande carga emocional da parte do torturador para poder fazer isso», diz.

María lança um apelo: «Que o juiz Baltazar Garzón (que pediu a extradição para Espanha do antigo ditador chileno Augusto Pinochet), o qual respeito e admiro tanto, possa ajudar o nosso povo para que em algum momento se possa fazer alguma forma de justiça.»

Venezuela

A caminho da Constituinte

Os venezuelanos foram domingo às urnas para responder, em referendo, a duas questões que podem mudar significativamente a vida política do país. «Concorda com a convocação de uma Assembleia Constituinte com o objectivo de transformar o Estado e criar um Novo Ordenamento Jurídico que permita o funcionamento de uma democracia social e participativa?», a primeira pergunta, recolheu 87,95 por cento de votos a favor e 7,9 por cento de votos contra. A segunda, respeitante à aprovação das normas de convocação da Assembleia, contou com 81,62 por cento de votos 'sim' e 14,9 por cento de votos 'não'.

Se os resultados do referendo agradaram ao governo do presidente Hugo Chávez, o mesmo não se pode dizer da participação eleitoral: votaram 3.421.776 eleito-

res, ou seja, 39,1 por cento do eleitorado. Os 60,9 por cento de abstenção não invalidam o resultado da consulta, dado ter sido previamente aprovado que o referendo teria um carácter deliberativo desde que o número de votos a favor fosse simplesmente superior ao dos votos contra.

Segundo Hugo Chávez, no domingo foi lançada a primeira pedra para a implementação de «uma verdadeira democracia» e a substituição da velha ordem «corrupta» e «decrépita».

De acordo com o aprovado em referendo, a Assembleia Constituinte terá apenas uma câmara, composta por 131 membros eleitos nominalmente por voto directo, que disporá de seis meses para elaborar a nova Constituição, cuja promulgação está agendada para 5 de Janeiro do ano 2000.

Congresso aprova Lei Habilitante

Entretanto, o presidente Hugo Chávez conseguiu o mandato para legislar por decreto em matérias económicas e sociais, dispendo de 7,7 mil milhões de dólares do Orçamento de Estado para projectos especiais.

Os poderes especiais do presidente foram aprovados pelo Congresso no dia 23, tendo sido votado conjuntamente pelo Parlamento e Senado, após grande polémica. O projecto, conhecido como «Lei Habilitante», é considerado pela oposição como «um cheque em branco» ao presidente em questões fundamentais; por seu lado, Chávez defende que a possibilidade de governar por decreto é a forma mais expedita de fazer face à crise económica que o país

atravessa, pelo que chegou a ameaçar decretar um «estado de emergência económica» e dissolver o Congresso e o Supremo Tribunal se a lei não fosse aprovada. O Congresso acabou por aprovar, por maioria simples, cerca de 90 por cento do pacote de leis e projectos apresentados pelo executivo, aceitando discutir posteriormente a reforma da lei dos hidrocarbonetos.

Com a nova legislação, Chávez propõe-se levar a cabo algumas das suas promessas eleitorais, designadamente o aumento de 20 por cento dos salários da função pública e o alargamento da base dos beneficiários da segurança social. O pacote legislativo visa ainda levar a cabo uma reforma da administração pública para reduzir a burocracia, para além de uma reforma do imposto sobre os rendimentos.

O braço

A intensificação das grandes manifestações contra a guerra na Jugoslávia, em cidades como Dresden, Erfut ou Frankfurt, com muitos milhares de participantes respondendo aos apelos de organizações sindicais, religiosas e pacifistas, testemunham uma crescente oposição da população alemã à opção bélica da NATO e da social-democracia.

As vigílias em cerca de duas centenas de cidades, ou o comboio da paz que levou de Dresden a Belgrado cento e cinquenta mães de soldados da Bundeswehr para se manifestarem ao lado do povo sérvio contra as bombas «humanitárias», são apenas algumas das iniciativas com que o movimento da paz e sindical estão a preparar o 1.º de Maio.

Simultaneamente, têm-se realizado também as maiores manifestações da história do sindicato dos bancários em luta contra a exigência do patronato de eliminar o sábado como dia de descanso. Como se vê, apesar do Deutsche

Delegação

Com o objectivo de colher directamente informação e expressar solidariedade com o povo jugoslavo face à criminosa guerra de que está a ser vítima, deslocou-se à Jugoslávia, entre 16 e 20 de Abril, uma delegação do Partido Comunista Português integrada por Albano Nunes, membro do Secretariado e responsável da Secção Internacional, e António Filipe, membro do Comité Central e deputado à Assembleia da República.

Durante esta visita, que corresponde também a um convite do Partido Socialista Sérvio (PSS), a delegação do PCP encontrou-se com responsáveis do PSS, da Esquerda Jugoslava, altos dirigentes da República da Sérvia e da República Federativa da Jugoslávia, e realizou visitas a Belgrado e Kragujevac. A visita teve uma ampla cobertura da TV e de outros órgãos de

■ Rui Paz

NATO

armado das multinacionais

Bank e outros potentados económicos terem confessado pela primeira vez, no início deste ano, a obtenção de lucros fabulosos com a construção de Auschwitz e a produção de Zyclon B, a atracção e nostalgia do capitalismo alemão pelo trabalho escravo mantêm-se inalteráveis.

Num programa televisivo intitulado "A Marcha para Leste", transmitido a horas mortas pela ARD para não perturbar demasiado a propaganda do militarismo filantrópico, a NATO é desmascarada através dos depoimentos dos seus próprios generais como o braço armado das multinacionais do petróleo, ao reconhecerem que depois do fim da guerra fria «a principal função da Aliança será a de assegurar o controlo das matérias-primas e a protecção das suas vias de transporte marítimas e terrestres».

Guerra até ao fim

Um tal general Engelbert esclarecia que «a guerra tem de ir até ao fim, senão a NATO perde a credibilidade» junto das regiões de influência muçulmana e dos magnates da rota do petróleo e dos oleodutos que – da Turquia ao Cáucaso e ao mar Cáspio, sem esquecer a Arábia Saudita e o Koweit – asseguram os interesses das multinacionais do ouro negro aos quais a Aliança «garantiu protecção militar».

Se o neoliberalismo, particularmente nos Estados Uni-

dos e na União Europeia, tem conduzido nos últimos anos uma intensa guerra contra os interesses sociais e do trabalho, e se «as multinacionais reduziram a quase nada o que ainda restava do ideal democrático», por que é que a NATO *out-of-area* haveria de prosseguir exactamente o contrário do credo até agora professado pelos governos dos países membros da Aliança?

No momento em que os americanos silenciam à bomba a televisão de Belgrado para que o povo sérvio não veja os resultados da destruição "humanitária", a Alemanha impõe uma

censura quase total às numerosas acções e grandiosas manifestações contra a guerra. Simultaneamente, perante o crescente desejo de paz da população alemã, aumenta o coro dos que lamentam que a existência de alguns direitos democráticos esteja a criar "dificuldades" à intensificação do carácter mortífero das operações militares, nomeadamente à invasão terrestre do Kosovo. Políticos do partido liberal, o tal que se intitula o partido dos que ganham bem, reclamam, à semelhança do que acontece nos Estados Unidos, a total profissionalização e consequente

mercenarização das Forças Armadas em nome da eficiência operacional, receando que uma mais estreita ligação entre os militares e o povo constitua um obstáculo à imposição dos seus interesses imperialistas.

O 1.º de Maio de 1999, apesar de todos os esforços contrários da social-democracia governante, será uma grande jornada de desmascaramento do militarismo como um dos mais perigosos instrumentos do capital financeiro e das multinacionais para destruir a paz e liquidar os direitos democráticos dos trabalhadores e dos povos.

Granadas radioactivas contra o Kosovo

A decisão já confirmada pelos estrategos militares da NATO de utilizarem granadas de urânio enriquecido 238 contaminará totalmente o Kosovo, tornando-o por largos anos inabitável por sérvios e albaneses.

A revelação acaba de ser feita pelo programa do primeiro canal da TV alemã, "Monitor", com o apoio do cientista americano membro da comissão do Pentágono encarregada de estudar os efeitos do emprego daquele tipo de munições na guerra do Golfo, professor Doug Rokke. Este cientista do Alabama, que participou durante anos em investigações no Iraque com outros colegas - tendo dois deles adoecido e falecido em consequência dos trabalhos -, calcula que cerca de 38.000 iraquianos já morreram vítimas das radiações provocadas por aquelas granadas. A mesma sorte tiveram já centenas de soldados americanos envolvidos nas operações no deserto com o aparecimento de tumores no

peito e anomalias respiratórias, entre outros sintomas. Um número extremamente elevado de crianças nascidas já depois da guerra no Sul do Iraque apresenta terríveis deformações e está doente com leucemia.

O emprego de urânio neste tipo de munições destina-se a permitir a perfuração de blindados e a sua destruição interior. Cerca de 3.000 granadas por minuto disparam os aviões A10 e os helicópteros "Apaches" já estacionados na Albânia. Onde estas granadas explodirem, as águas, o solo e o ar ficam contaminados por longos anos com partículas radioactivas. Num vídeo destinado ao treino de militares americanos, apresentado pelo "Monitor", pode ler-se que «na área de rebenfamento não se devem ingerir alimentos nem respirar sem máscara, e os resíduos só devem ser removidos com vestes especiais. Se não se respeitarem estas indicações corre-se perigo de vida».

Chipre
Partidos de Esquerda
contra agressão
da NATO

Por iniciativa do AKEL - Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre - realizou-se em Nicósia, em 21 e 22 de Abril, uma "reunião de partidos de esquerda da Europa sobre o problema jugoslavo" em que foi adoptada uma resolução condenando a guerra dos EUA/NATO contra a Jugoslávia e discutidas eventuais iniciativas comuns ou convergentes visando parar a agressão à Jugoslávia e alcançar uma solução política para o problema.

Nesta reunião, presidida pelo Secretário-Geral do AKEL, Demetris Cristofias, e em que participaram 16 partidos comunistas e outros partidos de esquerda da Europa Ocidental e Oriental, o PCP esteve representado por Albano Nunes, membro do Secretariado e responsável da Secção Internacional.

Na ocasião teve também lugar um comício em que, além dos dirigentes do AKEL, intervieram Gennadi Ziuganov, Presidente do Partido Comunista da Federação Russa, e Lothar Bisky, Presidente do Partido do Socialismo Democrático da Alemanha.

A resolução, que dada a sua importância a seguir se transcreve na íntegra, foi aprovada por unanimidade apesar da «avaliação diferente» que os seus subscritores fazem «das políticas seguidas pelo governo jugoslavo no Kosovo».

Resolução

A reunião de Partidos de Esquerda Europeus, na sequência de uma construtiva troca de opiniões e reflexões, acordou a seguinte resolução:

1. Condena veementemente o ataque dos EUA e da NATO e bombardeamento da Jugoslávia e exige seu cessar imediato. O bombardeamento viola flagrantemente o Direito Internacional e a Carta da ONU, dinamitando os seus alicerces.

2. Expressa a plena solidariedade e apoio ao povo jugoslavo sujeito a tão dura prova. Expressa a sua preocupação sobre o destino do povo jugoslavo no momento actual e no futuro.

3. Exige o fim imediato do bombardeamento e das hostilidades da NATO no Kosovo. Apoiar o reatar de um diálogo político sob os auspícios das Nações Unidas e com a participação da Rússia, com o objectivo de conduzir à solução pacífica do problema de Kosovo. A solução deve assegurar o estabelecimento do direito à autonomia do Kosovo, e proteger os direitos humanos e políticos de seus habitantes. Ao mesmo tempo, no entanto, deve reconhecer e assegurar a soberania, a integridade territorial e as fronteiras da República Federal da Jugoslávia.

4. Condena as intenções dos EUA e da NATO de utilizar forças terrestres na RFJ. Tal acção irá desestabilizar ainda mais a situação nos Balcãs. Criará perigos para um conflito mais amplo com consequências incalculáveis para a Humanidade e não contribuirá para conseguir uma solução.

5. Expressa preocupação pelo constante crescimento do número de refugiados e as suas terríveis condições de vida. Insiste na garantia do direito ao regresso de todos os refugiados e na criação de pré-condições que lhes permitam o regresso às suas casas em segurança.

6. Apela aos países para onde os refugiados se dirigem para que respeitem a Quarta Convenção de Genebra sobre Refugiados, para acolhê-los e criar condições para uma vida temporária confortável. Ao mesmo tempo, apela a todos os países que contribuam com ajuda humanitária, providenciando alívio aos refugiados.

7. Rejeita as propostas para que sejam tropas da NATO a garantia da solução. A solução deve ser garantida pelas Nações Unidas.

8. Expressa a preocupação de que a NATO, no quadro da chamada nova ordem, esteja a promover o seu papel como polícia do mundo com uma acção dirigida contra os interesses dos povos. Os seus novos princípios, que se espera sejam adoptados durante a 50.ª sessão da NATO, conduzirão a uma maior substituição das Nações Unidas e ao uso aberto da força militar, sempre que considerarem que é isto que os interesses dos Estados Unidos e dos seus aliados exigem.

9. Concluiu tomar mais iniciativas concretas tendo em consideração propostas submetidas por vários partidos presentes neste encontro, tais como Marchas de Paz e escudos humanos e outras formas de mobilização da opinião pública.

10. A Resolução foi adoptada unanimemente embora os partidos tivessem uma avaliação diferente das políticas seguidas pelo governo jugoslavo no Kosovo.

do PCP na Jugoslávia

comunicação social jugoslava. Albano Nunes e António Filipe encontraram-se nomeadamente com Goran Percevic, do Comité Executivo e Responsável Internacional do PSS, Aleksandar Rastovic, do Comité Executivo e Presidente da Juventude Socialista da Sérvia, Uros Suvarkovic e outros responsáveis do PSS; com Liubisa Ristic, Presidente da Esquerda Jugoslava e Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento Jugoslavo; com Vladimir Stambuk, vice-presidente do Parlamento Sérvio, e com Zivadin Jovanovic, ministro dos Negócios Estrangeiros da Jugoslávia.

A delegação visitou a cidade de Kragujevac, belíssima cidade de perto de 200.000 habitantes, um berço do movimento operário e comunista sérvio, cruelmente atingida pela agressão imperialista. É aqui que se situa o complexo Zastava, completa e minuciosamente destruído por bombardeamentos

de mísseis que provocaram uma centena de feridos, 40.000 desempregados, a ruína de uma cidade cuja intensa vida económica, social e cultural girava em torno deste complexo industrial. Aqui a delegação encontrou-se com Slobodan R. Toniorc, ministro do governo jugoslavo sem pasta, Miroslav N. Klacar, secretário do PSS da cidade e outros dirigentes. Teve ainda oportunidade de visitar o magnífico memorial sob a forma de um extenso prado ajardinado, onde estão sepultados os restos mortais de cerca de 10.000 sérvios assassinados pelos nazis em 194, em retaliação à acção dos "partisans".

Esta visita permitiu confirmar a justeza da firme posição do PCP contra a agressão da NATO à Jugoslávia e contra a participação de Portugal numa guerra que semeia a destruição e a morte entre a população jugoslava e ameaça tornar-se uma tragédia para os povos dos Balcãs e da Europa.



António Filipe e Albano Nunes no destruído complexo de Zastava, em Kragujevac, acompanhados pelo ministro sem pasta do governo jugoslavo, Slobodan Toniorc, e pelo secretário do PSS da cidade, Miroslav Klacar

Aqui sinto-me em casa e apaixonome. Pelo país, pelas pessoas, pela maneira de estar de um povo orgulhoso da sua história, das suas tradições, da sua cultura.

Caminho pelas ruas e deixo-me cativar pelas livrarias, pelos jardins, pelas praças, por prédios antigos, pelos mercados cheios de gente e de barulho, pela pacatez das margens do rio, pelo silêncio das igrejas.

Nada é demasiado novo e muita coisa reflecte o desgaste de anos de bloqueio económico, mas há uma dignidade que impressiona o visitante, qual mensagem subliminar a dizer «resistimos». Conheço gente igual a nós apesar de todas as diferenças, descubro as delícias da gastronomia, fico enternecida com a oferta dos ovos de Páscoa que levarei para Portugal com cuidados de porcelana, discuto pela noite dentro a loucura do mundo, saúdo ao futuro por que todos lutamos com vinho do Kosovo.

Após um mês de bombardeamentos, no Kosovo já não há vinhas nem camponeses para as tratar, as pontes sobre os rios estão a ser destruídas, a escassez alimentar poderá ser em breve uma realidade, as escolas fecharam, milhares de postos de trabalho estão perdidos, a destruição alastra por todo o país, a morte está na rua.

A Sérvia está a ser arrasada. A Jugoslávia está a ser destruída. E, no entanto, resiste.

Ser solidário com este povo é a nossa maneira de resistirmos e de lutarmos. Pela paz.



O alvo



Os bombardeamentos da NATO não respeitaram mortos nem feridos. O devastado cemitério de Pristina e os danos no Hospital Militar de Belgrado - onde a esmagadora maioria dos doentes é civil - foram classificados pela Aliança como "danos colaterais". É uma nova designação para a morte de quem não tem qualquer respeito pela vida. O Hospital, que é também um importante centro de pesquisa, ficou mais pobre com a destruição de parte das suas instalações e perda de medicamentos; doentes morreram e outros viram o seu estado agravar-se. No cemitério, nem os mortos descansam em paz. As bombas "humanitárias" que atingiram estes dois locais, a exemplo das milhares de outras lançadas contra o território da Sérvia, em nada contribuíram para a resolução dos problemas no Kosovo, mas são um testemunho elucidativo da pax americana que se quer impor na Europa

Os bombardeamentos da NATO não respeitaram mortos nem feridos. O devastado cemitério de Pristina e os danos no Hospital Militar de Belgrado - onde a esmagadora maioria dos doentes é civil - foram classificados pela Aliança como "danos colaterais". É uma nova designação para a morte de quem não tem qualquer respeito pela vida. O Hospital, que é também um importante centro de pesquisa, ficou mais pobre com a destruição de parte das suas instalações e perda de medicamentos; doentes morreram e outros viram o seu estado agravar-se. No cemitério, nem os mortos descansam em paz. As bombas "humanitárias" que atingiram estes dois locais, a exemplo das milhares de outras lançadas contra o território da Sérvia, em nada contribuíram para a resolução dos problemas no Kosovo, mas são um testemunho elucidativo da pax americana que se quer impor na Europa





25 de Abril – 25 anos depois Saudade ou projecto?

25 anos passaram sobre a madrugada libertadora do 25 de Abril, porta rasgada pelos capitães do Movimento das Forças Armadas, por onde irrompeu o Povo que se lhes aliou, num exaltante processo revolucionário. Dessas jornadas que transformaram profundamente o País resta hoje pouco mais do que as liberdades democráticas e direitos constantemente ameaçados pelos que mais tarde haveriam de tomar as rédeas do poder e impor uma política de direita, destruidora das conquistas fundamentais dos trabalhadores e do povo. Resta, porém, uma memória muito viva em todos os que, vindos da resistência ao fascismo ou aderindo a Abril nas primeiras horas, participaram nessas conquistas e na sua defesa. E, já hoje, essa memória revive em muitos dos que, vindos depois, partilham os valores de Abril. Dessa memória se guarda certamente a saudade. Mais do que isso, certamente - continua vivo o projecto.

O «Avante!», a partir de hoje e nos próximos números, indagando junto de personalidades políticas, militares de Abril, sindicalistas, intelectuais, publica os seus depoimentos que confirmam uma esperança: Abril é uma saudade e é também um projecto por cumprir. Para cumprir.



25 de Abril – Saudade

Vítor Dias*

Talvez outra coisa

A resposta "politicamente correcta" talvez pudesse ser algo do género "mas qual saudade, qual carapuça, projecto, muito projecto!". E, no entanto, atrevo-me a pensar que ora aqui está um dos muitos casos em que a escolha de um só termo deixa muito de fora e em que a realidade tem mais densidade do que a semântica.

É que, sobre a "saudade", apetece dizer que também ela não deslustra humanamente ninguém e, mais do que isso, se se aproximar do que poderíamos chamar a memória emocionada do que vivemos, aprendemos, construímos e crescemos com a revolução democrática, então é mesmo

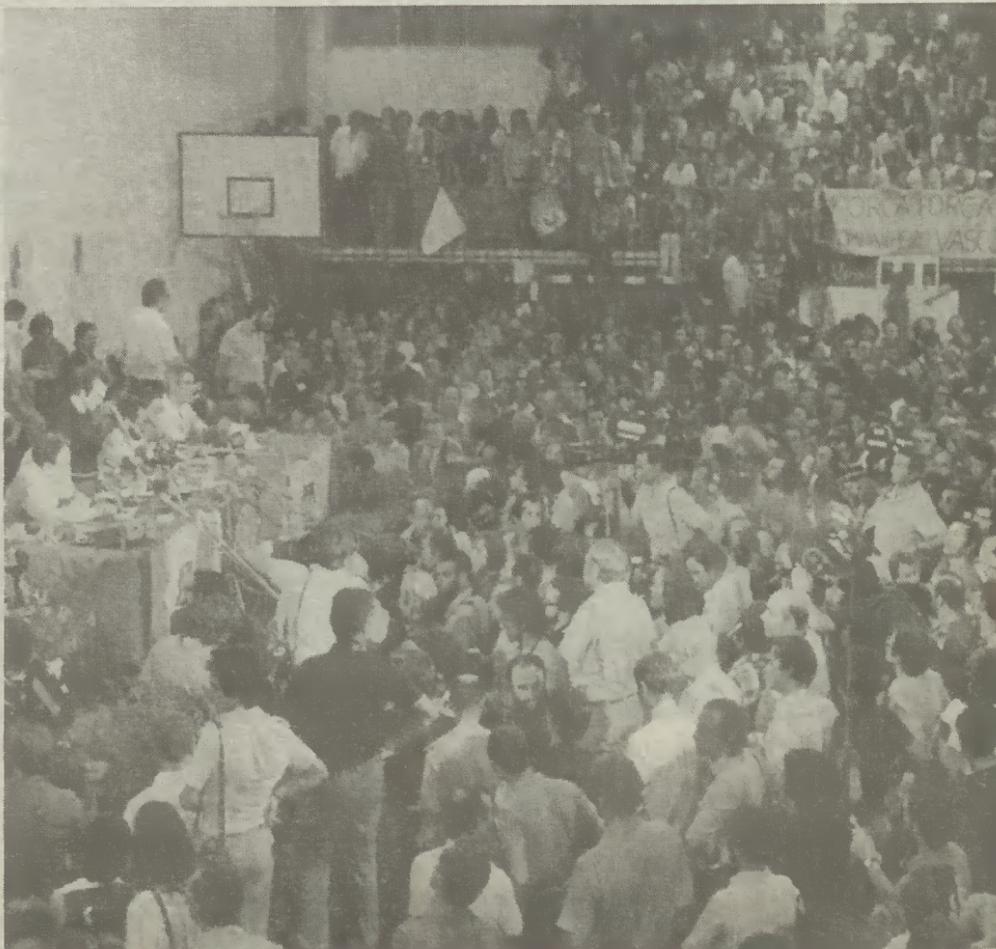
um valioso património individual e colectivo, essencial para hoje e amanhã.

É que, sobre o "projecto", tememos que a expressão indicie ou que está tudo por fazer ou que se trata de, pura e simplesmente, o retomar na sua configuração histórica original. Ora, o Programa do Partido caracteriza a revolução de Abril como "uma revolução inacabada" mas não adianta a ideia de que a grande tarefa próxima seria acabá-la. Antes formula o projecto de uma "democracia avançada no limiar do século XXI", em que entram como referências e valores essenciais todo o património global de Abril - seja na

parte viva, seja na parte ameaçada, seja na parte perdida. O que nos conduz não a uma ideia de retomada ou recuperação de um projecto historicamente datado, mas de uma nova e adaptada apropriação e recriação dos seus grandes valores, causas e objectivos, à altura dos desafios do tempo que vivemos.

E, para este exigente empreendimento, é indispensável reter uma lição maior de Abril: a lição do valor imenso, contra alegadas inevitabilidades e impossibilidades, da confiança dos trabalhadores e dos cidadãos na eficácia da sua vontade e da sua luta.

* Membro da Comissão Política do PCP



Força, companheiro Vasco! O grande apoio popular à Revolução e às suas conquistas

Vasco Gonçalves*

Conquistas de Abril permanecem um guia

O governo fascista-colonialista foi derrubado pelo Movimento das Forças Armadas mas, no próprio dia 25 de Abril de 1974, houve um espontâneo e vigoroso levantamento popular e nacional, em que se destacaram a classe operária, e os trabalhadores em geral, alguns estratos da pequena e da média burguesia urbanas, suas organizações sociais e políticas.

As massas populares, arruinadas pela vontade de trans-

formarem as suas condições de vida, agora, que se podiam exprimir em liberdade, ao exigirem um empenhamento político e social mais alargado e profundo do que o inicialmente previsto pelo MFA, imprimiram uma dimensão revolucionária ao golpe militar.

E ao dar resposta às solicitações quotidianas, persistentes e legítimas, e ao sentir, ao pulsar do povo, que o MFA converge com as aspirações popula-

res e surgem a aliança Povo-MFA e as conquistas democráticas de Abril.

Elas abriram perspectivas de progresso económico, de equidade, de justiça social, de uma política de desenvolvimento auto-centrado e independente, a caminho de um socialismo de características basicamente nacionais, no contexto mundial da época.

Mas estas conquistas têm sido, em particular no domínio económico e

social, destruídas na sua maior parte ou seriamente comprometidas pela política de direita e contra-revolucionária dos sucessivos governos constitucionais.

Contudo, 25 anos passados, o momento não é de saudade pelo que se conquistou e pelo que se tem perdido. Sem dúvida que será para sempre grata para nós, a memória, a evocação que, pode dizer-se, nos acompanha no dia-a-dia da nossa vida, daqueles momentos em que se via um povo política e socialmente empenhado, feliz nas ruas e nos campos do latifúndio, forjando com o MFA o seu próprio destino.

Mas o decorrer da vida da nossa sociedade vem mostrando, cada vez mais, que a política de dominação do poder económico sobre o poder político, a globalização neoliberal e, agora, a intervenção militar de Portugal na guerra injusta que os EUA e G7, a NATO, fazem contra a Jugoslávia e, ao fim



e ao cabo, contra a Europa, só poderão ser revertidas a favor das mais largas camadas da nossa população, trilhando os caminhos que as portas de Abril abriram.

Por estas razões, não é com saudade mas com Abril no coração e consciente da justeza das suas conquistas, que estas continuam hoje, passados 25 anos, a ser um guia do projecto alternativo para o futuro de Portugal, nas condições concretas e objectivas da nossa situação e tendo em vista a luta por uma Europa dos povos, de Estados solidários e independentes e não dominada pelos EUA, seus aliados do G7 (EUA, Canadá, Japão, França, Alemanha, Itália e Inglaterra) e pelo grande capital transnacional.

* General. Foi Primeiro-Ministro do II ao V Governos Provisórios. Destacado dirigente do Movimento das Forças Armadas.



Cartazes inundam o País. Primeira colagem da 1ª campanha eleitoral do PCP

Blasco Hugo Fernandes*

Unidade Democrática

Não se exclui naturalmente alguma saudade. Da grande alegria e da unidade democrática dos portugueses que encheram as avenidas, as ruas e os caminhos de Portugal. Apoiando, reivindicando e contribuindo para transformar a acção militar de derrubamento da ditadura numa revolução. Para instaurar e aprofundar

a democracia, usando as liberdades fundamentais conquistadas e devolvidas ao povo português pelos «Capitães de Abril».

Mas acima de tudo é um projecto para a permanente, progressiva e progressista transformação da sociedade, tornando-a mais justa, mais solidária e mais fraterna. **Projecto** com o

ponto de partida do Programa do MFA, que desde logo definiu como objectivo o lançamento das bases de uma nova política económica e social, ao serviço particularmente das camadas mais desfavorecidas e em defesa dos interesses das classes trabalhadoras. **Projecto** no essencial consagrado na «Constituição de

Abril» - a Constituição da República Portuguesa - apesar dos retrocessos que o seu texto original sofreu ao longo das diversas revisões. **Projecto**, enfim, cuja concretização, a partir da agora e no futuro imediato, se desenrola no quadro da quarta revisão constitucional (1997), que dá guarida à introdução de

constantes aperfeiçoamentos, ao combate contra as injustiças e as exclusões sociais, à aplicação de medidas e a alterações estruturais indispensáveis ao progresso social e, por último, à configuração de políticas e de projectos alternativos para a sociedade portuguesa. Num processo tanto quanto pos-



sível inserido, e por isso reflexo, do movimento social, pela consciência da importância da sua participação nas decisões que dizem respeito ao presente e futuro do país. Tendo em conta que somos parte integrante da União

Europeia e que, por essa razão, o projecto não pode deixar de incluir o esforço pela construção de uma Europa (comunitária) de coesão económica e social, de cooperação e co-desenvolvimento.

* Engenheiro Agrónomo. Presidente da «Intervenção Democrática»

ou projecto?

Manuel Carvalho da Silva*

Projecto do futuro

Saudade não, razão de comemoração sim, projecto sempre.

Saudade não, porque o passado está presente.

Razão de comemoração porque, sendo memória de muitos anseios reprimidos, de muitos desejos gorados, de muitas canções cadadas, de muitas palavras não ditas, das prisões e torturas, é, sobretudo, memória das cumplências amigas, das solidariedades expressas, das acções conjuntas que desaguaram no abraço fraterno de um

povo que se reencontrou consigo e com a sua história, com a liberdade e com a dignidade, produzindo profundas mudanças políticas, económicas, sociais e culturais na nossa sociedade.

Mas é, sobretudo, projecto sempre renovado de um futuro mais justo, alicerçado nas esperanças daquelas lutas, nos sonhos das madrugadas sem sono.

Projecto sempre renovado de valorização do trabalho e dos trabalhadores e das suas organizações de classe - os

sindicatos - enquanto forma contrapoder, veículos de instabilização das consciências e promotores da participação dos trabalhadores, a todos os níveis, e da sua transformação em sujeitos da própria acção na construção de uma sociedade melhor.

Projecto sempre renovado de fazer mais e melhor, na incansável tarefa de dar combate aos novos e velhos problemas: a injusta distribuição da riqueza, os baixos salários, o desemprego e a precarização laboral, os desumanos horários

de trabalho, as pensões de miséria, os salários em atraso, o trabalho infantil.

Projecto sempre renovado para fortalecer a solidariedade entre os «incluídos» e os «excluídos» do sistema, entre os trabalhadores do activo e os reformados, entre os que têm trabalho certo e os precários, entre os jovens e os velhos, entre os empregados e os desempregados, entre os homens e as mulheres.

Projecto sempre renovado com a esperança, confiança e determinação da nossa luta por um



mundo melhor, assente nos valores e princípios do 25 de Abril e na utopia, sempre necessária, do fim da exploração do homem pelo homem.

Projecto de um homem novo, de um tempo novo, de um mundo novo. 25 de Abril, projecto do futuro.

* Coordenador da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional



Ensaiadas as armas, os militares ajudam à construção de um país novo

João Torres*

Continuar a luta!

Foram tempos de grande participação. A revolução estava aí e era necessário alterar tudo. E já! Depois da mordada de tantos anos não havia facilidades para nada nem para ninguém. O tempo não contava. As decisões eram tomadas em reuniões intermináveis! Alegria, entusiasmo e

calor humano estavam presentes nas intervenções, nas manifestações, em tudo quanto se fazia em cada canto ou na rua deste país! Era preciso garantir transformações que acabassem com a velha ordem. O futuro estava já ali, ao virar da esquina, e era preciso estar presente. E estávamos.

Pode haver saudades desse tempo em que dum só golpe se queria construir uma sociedade de novo tipo, com novos alicerces, que a todos, sobretudo aos trabalhadores e aos mais desfavorecidos, trouxesse a felicidade a que se tem direito.

A divisão da riqueza que este povo produz retrocedeu para níveis anteriores a Abril de 74; apareceram novos grupos económicos e os velhos, sustentáculos do fascismo, reconstituíram-se graças à política privatizadora dos diversos governos de direita em que o PS se inclui; a globalização e a integração europeia, a par do enfeudamento ao grande capital nacional e transnacional, têm sido

pretextos para a tentativa de o Estado alienar as funções sociais que a Revolução de Abril lhe atribuiu; a Segurança Social, conquista histórica dos mais desfavorecidos e dos trabalhadores, que é universal, solidária e redistributiva, querem transformar na esmola dos pobreziños, sujeita à gula dos novos/velhos vampiros da banca e das seguradoras; com os «numeros clausus» e os estabelecimentos privados querem que o ensino volte a ser exclusivo das elites; na saúde, há já muito que vendem a tese de «quem quer saúde, que a pague!».

O mundo do trabalho reflecte o tipo de sociedade para que nos querem empurrar. Não há democracia nas empresas; não há liberdade sindical; há pressões, perseguições e discriminações; os ritmos de trabalho são aceleradíssimos porque a competitividade assim manda; a globalização da economia e a deslocalização das empresas são ameaças permanentes; e o desem-

prego também; os direitos não contam porque o emprego já é um privilégio que é preciso preservar; os salários são miseráveis em muitos sectores de actividade; as novas tecnologias têm servido exclusivamente ao grande capital para aumentar os lucros e o exército de mão-de-obra disponível.

25 anos depois da Revolução dos Cravos, o governo do PS desferiu um violento ataque aos trabalhadores com o Pacote Laboral de que destacamos pela negativa a intenção de reduzir o direito a férias, de reduzir salários com alterações dos conceitos de remuneração e de trabalho nocturno e de «repartir» o emprego através da introdução do trabalho a tempo parcial! Tudo isto à mistura com benefícios e mais benefícios para os patrões e uma intencional descapitalização da Segurança Social!

A maioria dos nossos reformados vivem situações de verdadeira pobreza, tal o nível das suas pensões de reforma; o desemprego é tratado por alguns



como um fenómeno inevitável, mas conduz a sociedade portuguesa para a exclusão social crescente acompanhada de níveis de insegurança alarmantes; a toxicodpendência e a prostituição, normalmente associadas ao tráfico de drogas, são chagas que não podem ser iludidas.

Com este cenário é preciso concretizar o projecto do 25 de Abril! Não foi para isto que a Revolução se fez!

Há que continuar a luta para transformar este país. É preciso prosseguir Abril, pôr fim à exploração do homem pelo homem, assumir a democracia e a liberdade participadas. É preciso garantir e alargar direitos.

O socialismo não é uma miragem. É preciso acreditar que é possível.

* Coordenador da União dos Sindicatos do Porto e membro da Comissão Executiva da CGTP-IR



Unidade dos trabalhadores faz avançar a Revolução

Alfredo Flores*

Um projecto que não pode morrer

Quando naquela manhã de Abril, à porta da Gulbenkian, ouvi o polícia, que durante a noite tinha feito um «gratificado» na vigilância da sede daquela instituição, vociferar contra as movimentações militares desencadeadas nessa madrugada dizendo que isto devia ser alguma «revolução que se resolvia com o chanfallo», não podia suspeitar, sequer, das muitas e muitas portas que a partir de aí se haviam de abrir e das profundas transformações operadas em todos os sectores da vida portuguesa.

Como músico, não posso deixar de recordar, com saudade, o frenesim revolucionário que animava a vida musical portuguesa. O momento em que os músicos das orquestras sinfónicas avançaram para as fábricas e para as colectividades de cultura e recreio tocando para trabalhadores que até então nunca tinham tido qualquer contacto, ao vivo, com esta importan-

te área da cultura, mostrando aos operários e demais trabalhadores que as músicas ali tocadas, fossem elas de Mozart, Beethoven, Lopes-Graça, Jorge Peixinho, etc., eram fruto do trabalho e do talento da sua laia, de gente oriunda das classes sociais laboriosas, que soube, por experiência vivida, o que era a miséria, de gente vítima dos mesmos exploradores que usurpavam a riqueza criada nos campos, nas fábricas, nas oficinas ou nas fainas da pesca.

Como associativista, guardo na memória a autêntica explosão de colectividades que então se criaram e que foram engrossar o número daquelas que, durante a noite fascista, constituíram autênticas trincheiras de resistência, onde as manifestações de cultura popular eram, quase sempre, apresentadas com uma guarda de honra da Pide.



Espaço de liberdade, de cultura, de resistência; escola de democracia responsável pela formação de inúmeros quadros que foram desempenhar funções de grande responsabilidade nos sindicatos, nas autarquias, no poder central; parceiro activo e entusiasta nas acções de dinamização cultural levadas a cabo pela 5.ª Divisão do MFA, o Movimento Associativo de Raiz Popular contribuiu de forma significativa para a Aliança Povo/MFA.

Portanto, tenho saudades dos tempos em que ser português era motivo de orgulho redobrado. Como projecto norteado pelos valores humanistas que dignificam a condição humana, ele não pode morrer.

* Músico. Presidente da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio



A ciência não há-de atraí-los tantas memórias que, durante o desfile de domingo, navegaram do Marquês de Pombal até à beira Tejo, num mar de gente como há muitos anos não se via na Avenida da Liberdade. As memórias confessavam e a ciência, certamente, se encarregará de confirmar e detalhar: a festa dos 25 anos foi grandiosa, enorme, cheia e longa, foi a maior comemoração da revolução em todo o tempo em que comemorar começou a significar também resistir. Mas estas memórias, com muitas festas de Abril já vividas, têm a sua margem de erro: é que, apesar de serem memórias, navegam com rumo ao futuro.

25 anos de Abril em Lisboa

Não passava muito das marcadas 15.30, quando o chaimite carregado de jovens e crianças atravessou a Rua Alexandre Herculano, avenida abaixo, dando o sinal de partida para o desfile popular que, em Lisboa, constituiu o ponto mais alto das comemorações dos 25 anos da Revolução de Abril. Atrás do blindado - este ano, verdadeiro, com matrícula MX e fumegando como se já tivesse 25 anos em 1974 -, tocava a fanfara da Filarmónica Verdi, seguida a uma vintena de passos por umas dezenas de crianças da associação Pioneiros de Portugal, cantando «Parabéns a você» ao 25 de Abril. Num quadrado de faixas vermelhas, vinham então os membros da comissão promotora das comemorações populares - dirigentes e representantes de associações e colectividades, partidos políticos, estruturas sindicais - e diversas outras personalidades que subscreveram o apelo à participação no desfile.

Atrás vinha uma multidão, que antes tínhamos visitado, nas artérias que confluem para a Praça Marquês de Pombal, ainda na azáfama de preparar faixas e estandartes. Mas à frente também já estava uma avenida cheia de povo, passeando a alegria de encontrar amigos e camaradas, ou aguardando na beirada do passeio a passagem do desfile, para aplaudir e saudar as figuras mais conhecidas, as palavras de ordem mais certas, os ranchos folclóricos, os grupos de manifestantes mais queridos. Só lá para as seis e meia é que chegariam ao Terreiro do Paço os últimos carros alegóricos, acompanhados por umas centenas de moradores do concelho do Seixal. Entre eles e o chaimite que encabeçava o desfile passaram milhares de jovens e idosos, homens e mulheres, netos e avós, rostos conhecidos do público e íntimos anónimos que Abril vem juntando. Chegaram à avenida vindos de Alfama ou da Apeleação, de Almada, de Odivelas, de Carnide, da Graça ou da Charneca, da Brandoa, da Buraca, de Rio de Mouro, Oeiras ou Cascais... Nas faixas e nas palavras de ordem transportavam aspirações e exigências que continuam a ser de Abril, da democracia, da paz, da solidariedade, do trabalho, da dignidade, da justiça, da liberdade, do futuro em construção. Para além dos cravos omnipresentes, o vermelho surgia nas camisolas, nas calças e nos casacos, pisando bem tratar-se ali da festa da revolução; e reinava nas bandeiras, apenas vermelhas ou com símbolos do PCP, da JCP; o rosto de Che Guevara aparecia até nas t-shirts da JS/Lisboa, levadas por uma dezena de rapazes e raparigas. Também pelo exotismo, mas ainda mais pelo ruído dos motores, sobressaía logo atrás, um grupo de motards.

Vivamente aplaudidos, muitas dezenas de timorenses levaram para o desfile capacetes azuis (daqueles que a ONU devia usar para sustentar a besta indonésia). O protesto contra as bombas da Nato na Jugoslávia esteve presente em todo o desfile e a exigência de paz foi das palavras de ordem mais repetidas neste 25 de Abril, em que participaram delegações da Galiza e do País Basco.

A pensar noutra grande festa, já no próximo sábado, estavam os milhares de sindicalistas e trabalhadores de dezenas de empresas, sectores e estruturas gritaram no 25 de Abril que não estão dispostos a ceder importantes direitos conquistados antes e depois da revolução de 1974 e que, com o pacote laboral do Governo PS, estão gravemente ameaçados. Na festa maior de Abril, ficou o apelo forte às lutas de Maio que agora se seguem.



Pela Avenida da Liberdade, já cheia de gente, rompeu o chaimite, seguido de uma multidão a desfilarem por Abril até ao Terreiro do Paço

A festa maior

Texto Domingos Mealha

Fotos Artur Manuel, Jorge Caria e Sérgio Morais



O secretário-geral do PCP juntou-se aos capitães da revolução, na frente de um desfile onde os comunistas tiveram forte presença



Do País Basco a Cuba, de Timor-Leste à Galiza, com acento tónico na Jugoslávia, os 25 anos de Abril foram comemorados com um abraço solidário e amigo aos povos que sofrem e lutam



O povo fez deste aniversário uma grande festa, com vida, com mensagens claras, com vontade e confiança na força colectiva que ergue o futuro



Das festas da madrugada, vieram para o Terreiro do Paço três letras juntas e muitos jovens sem sono, daqueles que querem mesmo mudar o mundo



25 de Abril – Saudade ou projecto?

Abílio Dias Fernandes*

Um projecto que ainda não se concretizou

25 anos depois da Revolução do 25 de Abril ter libertado Portugal de um regime obsoleto e opressivo e modificado profundamente as estruturas da nação portuguesa, impõe-se uma reflexão profunda sobre o que foi feito neste quarto de século mas, sobretudo, sobre o que ficou por fazer.

E quando se homenageia a coragem dos jovens capitães de Abril, não podemos também esquecer o papel preponderante do PCP que, informado do que se passava, foi capaz de mobilizar rapidamente a população, cujo apoio foi imprescindível ao mais rápido desenlace do movimento iniciado pelo MFA.

Paralelamente a estas homenagens, as comemorações deste quarto de século de liberdade deverão constituir uma oportunidade para reafirmar os ideais que, durante a longa ditadura salazarista, alimentaram a luta dos democratas e do povo português.

Com efeito, este 25.º aniversário corresponde ao ressurgimento de ameaças que têm que ser contidas a todo o custo: limitações dos direitos sociais conquistados, o acentuar de desigualdades, os recuos face a uma Europa que, cada vez mais, ameaça a nossa própria soberania, as operações de branqueamento de um ditador agora reconvertido em "antifascista", a desculpabilização crescente dos homens que, durante anos, torturaram – e mataram – quem se atrevesse a reclamar justiça.

Comemorar Abril é não deixar esquecer os milhares de mortos portugueses, africanos e timorenses e saudar o estabelecimento de um novo relacionamento com povos a quem nos ligam laços muito particulares e que se exprimem na mesma língua de Camões, Pessoa e Saramago.

A data que hoje celebramos marca o início de um processo onde muito ainda se encontra por cumprir.

O Portugal real ainda está demasiado longe do que pretendemos para ele: estão ganhas a liberdade, a conquista dos direitos cívicos, a dignificação das mulheres e dos idosos. Mas a solidariedade, a igualdade, a justiça ainda não se alargaram a todos os portugueses.

Mais do que nunca, há que lutar pelo aprofundamento da democracia, em todas as suas vertentes, pelo reforço do Poder Local, pela tolerância, pelo desenvolvimento.

O Alentejo continua esquecido, apesar de se ter transformado, neste momento, num lugar de passagem obrigatória de ministros e secretários de Estado, que visam ganhar votos com estas visitas-relâmpago, esquecendo que os alentejanos sempre souberam ser coerentes consigo próprios.

O 25 de Abril abriu as portas ao futuro e, para que ele se cumpra, há que ultrapassar os efeitos da aplicação, no nosso país, das doutrinas neoliberais que, com a sua reconhecida incapacidade de resolver os pro-

blemas sociais, ameaçam os direitos e conquistas em áreas tão importantes como a saúde, o ensino e a segurança social.

Para continuar Abril, há que lutar pela reposição dos valores de uma verdadeira política de esquerda. Se queremos continuar Abril, temos que dar esperança aos que a não têm, voz aos que estão silenciosos, e defender o fim da guerra, que ameaça de novo a Europa, lutando simultaneamente por uma solução pacífica para a questão de Timor.

*Presidente da Câmara Municipal de Évora



Luiz Francisco Rebelo*

Momento mágico

Eu direi: Saudade e projecto.

Saudade de um momento histórico a que apetece chamar mágico se não tivesse sido espantosamente real. De um tempo em que o sonho se tornou realidade e andava à solta pelas ruas de uma cidade (um país) enfim livres, fecundando o nosso quotidiano. Da esperança acendida nos nossos corações, transformada em mãos que construíam o futuro.

Saudade, sim. Mas não entendida como contemplação nostálgica do passado. Saudade como memória desse futuro antevisto, entrevisto, esboçado, adiado. Apenas adiado. Saudade portadora de um projecto incumprido, da esperança de o cumprir.

E, desta vez, na sua plenitude.

*Dramaturgo. Presidente da Sociedade Portuguesa de Autores



Carlos do Carmo*

Um fado por cantar

Embora fadista, a saudade não é o meu ponto forte.

25 de Abril de 1974, saudade? Só se for do futuro; porque nunca me recordo na minha existência de ter visto o meu Povo tão feliz. Acredito que um dia o voltará a ser.

25 de Abril de 1974, um projecto? Para aí já me inclino, pois não se sai de um atraso de décadas (sobretudo de mentalidades) e,

qual varinha mágica, aí tendes a pureza de Abril, toda concretizada como se Portugal fosse o único país no mundo...

A nossa Constituição de uma forma muito clara contempla cada cidadão nos seus direitos: à educação, à saúde, ao trabalho e à habitação – numa palavra – à dignidade. Vinte e cinco anos depois vivo com uma sensação que me in-



Portanto democratizámos.

Quanto ao desenvolvimento, tenho a sensação que a governação destes anos tem navegado à vista, em contraste com os grandes navegadores da nossa história.

A descolonização, que na minha

opinião foi, com todas as condicionantes e feridas que deixou, a possível na conjuntura universal da época, deixa-nos a todos tristes porque gostaríamos de ter visto os povos irmãos em paz e desenvolvimento. Mas África é outra história. É muito sofrimento, muita felicidade adiada (quem sabe, daqui a cinquenta anos) e muita incompreensão para uma civilização que, infelizmente, não tem recebido o devido respeito.

Espero um dia morrer com saudade de um bom projecto realizado. Que grande fado. Maior para ser cantado, esse!

* Cantor



Quem defende a Revolução está do lado do povo

César Príncipe*

Por uma "Vila Morena"

Digo-vos, camaradas, companheiros e amigos, que o 25 de Abril é o projecto da saudade. Da saudade porque há 25 anos estivemos mais perto do que nunca da transformação do ideal em real e da saudade porque desde tempos seculares e milenares que o Homem, que o melhor do Homem e os melhores da Humanidade têm lutado por mais justiça, por mais liberdade, por mais verdade. Digo-vos que o 25 de Abril perfeitamente 25 anos e que o PCP perfeitamente 78 anos. Digo-vos que estou no PCP porque é a força cívica que mais lealmente tem pugnado por um projecto democrático, projecto que não exclui nem dispensa a participação popular nem o alargamento da consciência às multidões. Digo-vos que comemorar o 25 de Abril é defender os seus valores estruturantes (constitucionais e sociais), é defender a voz oculta dos oprimidos e dos explorados. Digo-vos que ainda não se inventou na História outra saída senão o socialismo



para a libertação dos desfavorecidos. Digo-vos que o 25 de Abril como projecto é a razão maior de ser cidadão e portugueses, constantemente retomando as chaves que permitiram a introdução dos seus princípios nas muralhas dos novos bárbaros. O 25 de Abril, enquanto projecto, enquanto modelo de poder das maiorias (poder efectivo), mantém premente actualidade, já que a restauração do capitalismo, para além da repartição táctica de algumas esmolas, não conseguiu nem conseguirá instaurar uma comunidade fraterna e respeitadora do desenvolvimento integral.

Digo-vos que é mais do que urgente cerrar fileiras contra os cães de fila, que é mais do que imperioso denunciar todas as expressões de legitimação dos senhores da riqueza e da guerra. Digo-vos que apenas se assinalará correcta, condigna e convictamente o 25 de Abril sentindo saudade dos seus dias esplendidos de povo nas ruas e de militares armados de

para a libertação dos desfavorecidos. Digo-vos que o 25 de Abril como projecto é a razão maior de ser cidadão e portugueses, constantemente retomando as chaves que permitiram a introdução dos seus princípios nas muralhas dos novos bárbaros. O 25 de Abril, enquanto projecto, enquanto modelo de poder das maiorias (poder efectivo), mantém premente actualidade, já que a restauração do capitalismo, para além da repartição táctica de algumas esmolas, não conseguiu nem conseguirá instaurar uma comunidade fraterna e respeitadora do desenvolvimento integral.

Digo-vos que é mais do que urgente cerrar fileiras contra os cães de fila, que é mais do que imperioso denunciar todas as expressões de legitimação dos senhores da riqueza e da guerra. Digo-vos que apenas se assinalará correcta, condigna e convictamente o 25 de Abril sentindo saudade dos seus dias esplendidos de povo nas ruas e de militares armados de

(* Jornalista do "Jornal de Notícias")

Urbano Tavares Rodrigues*

Volta, 25 de Abril!

Se o 25 de Abril para mim é saudade? Decerto. A festa revolucionária, tão aberta, feliz e espontânea, tal como foi, não volta mais. Será diferente o triunfo do socialismo, quando se der, por entre os escombros do capitalismo global, talvez em horas muito amargas. E essa construção da democracia integral, sonho deste século não cumprido, provavelmente já não o viverei.

O 25 de Abril como projecto? Sim. Estão lá em germe todas as promessas que importa tornar em verdade prática: a da liberdade e a da fraternidade, a da efectiva, autêntica igualdade de direitos. A discussão na base, a vontade de cultura, primeiro degrau para a emancipação dos dominados, dos pobres, dos alienados, dos novos escravos que a neoliberalismo económi-

co está criando por toda a parte, ao mesmo tempo que multiplica riquezas nas mãos da hiperburguesia que controla a finança e os media. É essa pirâmide social que o 25 de Abril terá de abater quando voltar.

Esperemos que não volte demasiado tarde. Porque as fontes da vida, da verdadeira vida, estão a querer secar, no coração dos homens e nas veias da natureza - florestas, toa-

lhas de água, jazidas de petróleo... Falo do mundo, onde crescem o desemprego, a perda de regalias dos trabalhadores, e exclusão dos mais fracos e dos diferentes, paralelamente à agonia dos espaços verdes, à uniformização das culturas nacionais, rendidas à mediocridade de valores do império norte-americano.

Vem, 25 de Abril!, vem outra vez, sob outra forma, mas



ainda revolução sem sangue, chama acesa de dignidade, futuro em flor vermelha, tal como foste para nós e para quantos, da Europa e do Mundo, Abril conheceram.

*Escritor. Professor jubilado da Faculdade de Letras de Lisboa

Rui Godinho*

Abril não foi. Abril é!

Posta a questão: «25 de Abril, saudade ou projecto?», respondo desde já que saudade não, memória sim.

Há que ter a memória para, pedra a pedra, ir edificando o projecto do 25 de Abril, tanto o que cada um de nós tem dentro de si, como o que globalmente representa para o povo português.

No vai e vem da História, nos avanços e recuos dos muitos episódios do processo político, há aquisições que têm que ser

irreversíveis: a liberdade, a democracia, a cidadania. Mas, 25 anos passados, há ainda muito Abril por cumprir. É também por isso que é essencial ter memória e que ela não seja curta e, fundamentalmente, que não seja deturpada ou reescrita como alguns vão pretendendo fazer.

O 25 de Abril é, para mim, um projecto permanente, do dia a dia, um projecto em construção, desde aquela madrugada que

mudou a vida de todos nós.

Exige um contínuo esforço de cidadania, entendida como participação activa e informada das populações no presente e no futuro.

Implica, por isso, que se evolua de uma democracia representativa para uma democracia cada vez mais avançada, onde a intervenção dos cidadãos na resolução dos problemas locais, regionais e nacionais se faça de uma forma qualita-

tivamente mais elevada, não se conformando, por isso, com o nível de representação institucional.

Determina que, a par do aprofundamento democrático, da resolução das carências e das distorções do desenvolvimento e da descolonização que falta cumprir (Timor), se inscrevam nas batalhas diárias, a luta pela falta de emprego, pelo direito ao trabalho e pela justiça social, pela correcção das assimetrias

e desigualdades e o combate a todas as formas de exclusão.

Convoca-nos, a todos, para a rejeição da guerra e a construção da paz e para enfrentarmos os grandes desafios do futuro: a alternativa ao neoliberalismo e à globalização de vastadores do respeito pela condição humana, para a defesa do ambiente e o estabelecimento dos caminhos do desenvolvimento sustentável.

Abril é, portanto, um projecto quoti-



dianamente renovado, exigindo sempre novas respostas a velhos e novos problemas, quer local quer globalmente.

* Vereador do PCP e Presidente substituto da Câmara Municipal de Lisboa



A palavra é de todos. Sem censuras!

Oscar Mascarenhas*

O direito do 25 de Abril a autodeterminar-se

Digam-me cá: um filho – é uma saudade ou um projecto de futuro?

Claro que é uma saudade, a saudade que vimos nascer e crescer nas nossas mãos. Saudade do tempo em que o mundo tinha de se arrear, abrir alas, para deixar o nosso menino passar ganhando, amarinhando, sujando até – que logo se limparia. Mas isso é, essencialmente, saudade de tudo o que sonhá-

mos para ele. Tinha o horizonte do mundo completamente rasgado à sua frente. O seu projecto de futuro não tinha limites: no nosso sonho, para onde quer que apontasse, atingiria a felicidade e o sublime.

Depois, por condicionantes de fora e pelas suas próprias escolhas, pelo seu trabalho ou pela sua

preguiça, pelas bravuras ou pelos medos, pelas certezas que teve e pelas hesitações em que se enredou, enfim, pelo seu próprio carácter, o projecto de futuro foi fechando o ângulo à sua frente, reduziu-se. No fundo, apenas está mais bem focado no zóom, eliminou-se o esbatido do sonho para deixar ver melhor os contornos do possível.

Revoltamo-nos contra o filho que

tem à sua frente um leque de sonhos menor do que aquele que julgávamos ter-lhe proporcionado? Ná! Podemos rabujar e resmungar para dentro – mas que ele não oiça, para não se complexar... mas sacudimos logo a tristeza – e se o futuro é dele, só nos compete ajudá-lo, à distância.

E um dia reparamos que, afinal, o futuro não era só dele, era nosso também, que os passos



que ele foi dando no seu futuro, nos transformaram a nós. Nós, os criadores, transformados pela criança! Damos por nós orgulhosos do que ele faz e é capaz, mas sacudimos logo a tristeza – e se o futuro é dele, só nos compete ajudá-lo, à distância.

Revoltamo-nos contra o filho que

uma ajudazinha invisível acolá, assumindo-nos como heróis cada vez mais secretos do seu destino. Enquanto não renegar o essencial que lhe podemos exigir, o nosso filho merece tudo! Nunca deixamos de ser os militantes número um dos nossos filhos, por que será?

E se nos conformamos a aceitar que o nosso filho, a coisa mais feita das nossas próprias entranhas, se autodeterminasse, como não havíamos de o fazer a este nosso filho colectivo, fruto de muitos sonhos desencontrados, a que demos o nome de 25 de Abril?

Temos muitas saudades do que quisémos que fosse, que o mesmo é dizer apetece-nos saborear de novo os sonhos que sonhámos para ele. Mas estaremos lá, a pé firme, a seu lado, a ajudá-lo a dar o melhor rumo ao seu futuro. Rabujamos e resmungamos muita vez nestes últimos 25 anos, mas nem por um minuto perdemos a esperança nele, nem por um segundo o renegamos!

(* Redactor principal do "Diário de Notícias", Presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas

■ Carlos Nabais

A luta de um povo erguida em monumento

Os 25 anos do 25 de Abril foram assinalados no Couço com um monumento que gravou na forma e na pedra os passos mais representativos da luta ímpar de um povo que ao longo dos anos soube sempre o que quis e de que lado estava.

Na antiga Praça de Jorna, a multidão juntava-se aos poucos. Faltava pouco mais de meia hora para o meio-dia, a hora marcada para a inauguração. Recolhidas sob as franjas de sombra das árvores do pequeno jardim (que outrora deu assento a uma igreja, demolida no entusiasmo da revolução com a pitoresca ajuda de duas freiras), as pessoas aguardavam de cravo vermelho nas lapelas, trocando cumprimentos e conversas de ocasião.

Defronte, ao lado do monumento que atraía com regularidade a curiosidade de alguns, estava um palco munido de potentes colunas de som de onde saía a música de José Afonso, conferindo ao recinto um inegável tom de festa que a atitude calma dos presentes parecia contrariar.

Mas eis que se ouve um burburinho e as cabeças viram-se para um grupo de pessoas que caminhava em direcção ao monumento, enchendo toda a largura da rua. Entre elas, uma destacava-se em particular e foi ao seu encontro que vários homens e mulheres se dirigiram, dizendo entre si: «olha, ali está ele».

«Ele» era Álvaro Cunhal, o dirigente histórico do PCP, a quem muitos populares fizeram questão de cumprimentar com amplos sorrisos nas faces, sentidos abraços e lágrimas de comoção que brotam nos reencontros de camaradas de longa data.

De repente, a praça ficou cheia. A bandeira foi descerrada e os pombos foram largados enchendo por momentos o espaço com



A população não faltou à inauguração do monumento na antiga Praça de Jorna, onde, para além de Álvaro Cunhal, estiveram igualmente os eleitos autárquicos do concelho de Coruche e da freguesia do Couço, bem como o escultor António Trindade



Cinco espirais em pedra erguem-se do chão, onde formam uma base em estrela de cinco pontas, unindo-se a meio da escultura até ao topo. No interior, simbolizando a clandestinidade da luta contra o fascismo, estão inscrições das principais datas que fazem a história da resistência do povo do Couço

um bater de asas que depressa se dissolveu no céu. O monumento, ao povo do Couço e à sua luta, como referiu Diamantino Ramalho, presidente da Junta de Freguesia, estava inaugurado.

Álvaro Cunhal, chamado a intervir, fez questão de lembrar que a conquista da liberdade foi alguma coisa mais dos que do que a acção heroica dos capitães de Abril. Foi uma luta persistente de muitas gerações que em vários pontos do país se opuseram e resistiram ao o regime fascista e pugnaram pela liberdade e instauração de um regime democrático, disse, salientando em particular o exemplo do povo do Couço.

O dirigente comunista considerou ainda que esta «longa história precisa de ser bem contada» e criticou os que não só deturpam os acontecimentos subsequentes ao 25 de Abril, como tentam branquear a própria ditadura fascista. Álvaro Cunhal lembrou que não foram os generais que acabaram com a PIDE e libertaram os presos políticos, mas foi o povo juntamente com militares revolucionários que levou a cabo essas acções, desafiando as ordens dos generais da Junta de Salvação.

A propósito do processo revolucionário, no qual o povo português teve um papel decisivo, Álvaro Cunhal recordou a Constituição de 1976, aprovada pela esmagadora maioria dos 259 deputados das diferentes forças políticas, com excepção do CDS, sublinhando que, nesse texto, «está, artigo por artigo, o que foi a revolução de Abril».

O fim do domínio e da exploração dos trabalhadores pelo grande capital e dos grandes latifundiários, a construção do socialismo em Portugal, a nacionalização dos sectores-chave da economia, a realização de uma reforma agrária – são objectivos que foram inscritos na Constituição e que surgem igualmente em programas partidários nomeadamente do Partido Socialista e do PPD.

«Das duas uma, ou estavam convencidos e depois se arrependem ou já estavam a enganar o povo», observou Álvaro Cunhal, lembrando que esses partidos iniciaram logo a partir do primeiro

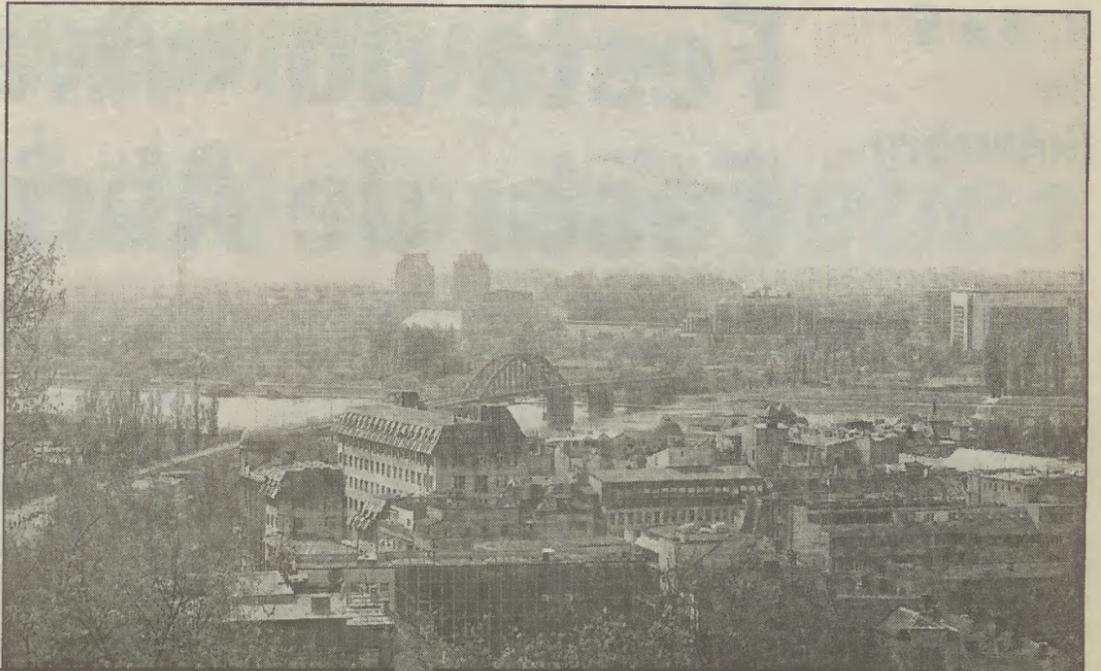
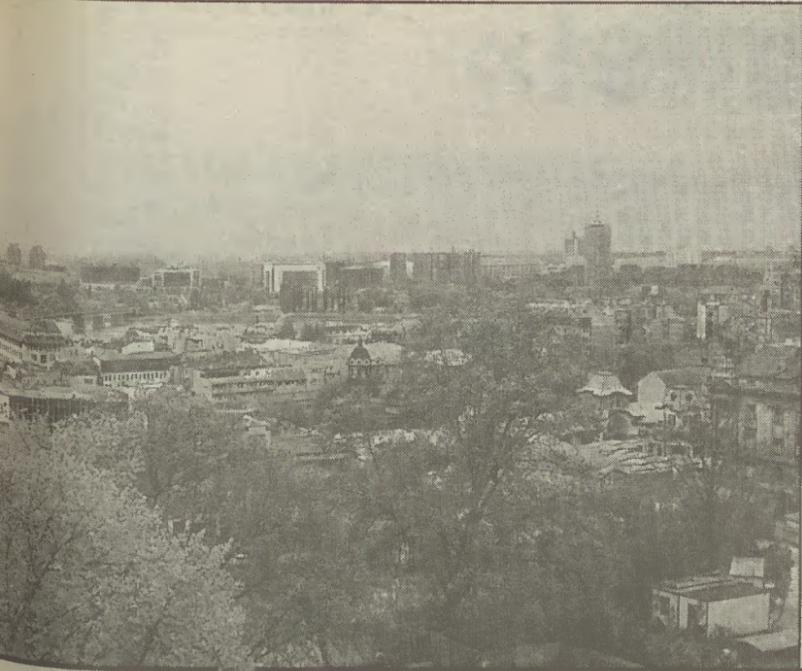
Governo Constitucional o processo contra-revolucionário que tem durado até hoje.

As últimas alterações à Constituição e os constantes ataques aos direitos laborais foram ainda alvo da crítica do dirigente comunista que considerou estarmos a caminhar para uma democracia degradada, em que dois partidos sem grandes diferenças entre si aplicam alternadamente a mesma política contrária aos interesses dos trabalhadores.

Álvaro Cunhal concluiu com uma referência à guerra contra o Kosovo, em que lamentavelmente Portugal se vê envolvido e contra a qual já antes se tinha pronunciado Rui Figueira, em nome dos jovens da freguesia.

«É uma guerra injusta de agressão contra um país soberano decidida pela NATO», disse o dirigente comunista, acrescentando que não se trata apenas de um conflito regional mas de um conluio das forças do grande capital para dominar todo o mundo e arrasar todos os que se lhe oponham.

EM FOCO



Somos nós

■ Anabela Fino
Enviada especial
em Belgrado

Os ataques sucedem-se diariamente e todos têm consciência de que o país se tornou num imenso alvo, mas os sérvios persistem em fazer uma vida normal no quotidiano dessa anormalidade terrível que é a guerra. Desiludidos com o Ocidente de que ostentam tantos símbolos na sua sociedade, os sérvios uniram-se para resistir aos que pretendem destruir a sua identidade e integridade territorial. As divergências e as críticas ao regime, bem reais, passaram a segundo plano. Por cada ponte destruída, por cada fábrica desfeita, por cada televisão silenciada à bomba, por cada compatriota morto, reforça-se a sua decisão de resistir, de (sobre)viver. Convictos de que a democracia não se constrói com bombas e de que os problemas internos do país não se resolvem criando catástrofes humanitárias, os sérvios dão ao mundo uma lição de dignidade



3, 4 e 5
de
Setembro

Festa do «Avante!» Festa de Abril

■ Virgílio Azevedo
Membro do Secretariado
do CC

AFESTA do «Avante!», festa da liberdade, da amizade, do convívio, da alegria, da juventude, da cultura, da solidariedade, da intervenção e da luta tem características ímpares na sociedade portuguesa. É a festa de Portugal de Abril, é a festa de todos os que lutam por um mundo melhor. No ano em que comemoramos os 25 anos do 25 de Abril, estamos a organizar uma 23.ª edição da Festa do «Avante!» digna deste aniversário.

Como sempre, os problemas do país e do mundo, as propostas do PCP e as lutas que se vêm travando e aquelas que se desenharam no futuro próximo, terão lugar privilegiado na maior realização política e cultural do nosso país. E as eleições para a Assembleia da República e o reforço do Partido e da CDU terão, como é natural no actual momento político, uma atenção destacada na organização das iniciativas da nossa Festa, em que Abril e os seus valores serão temas centrais.

A Festa está a preparar-se num momento de crescentes preocupações políticas, quer nacionais, quer internacionais, e vai realizar-se num momento de importantes lutas sociais e de batalhas eleitorais importantíssimas para o futuro imediato do nosso país.

O Governo prossegue a política de direita, contra os interesses dos trabalhadores e do povo português. Não resolve os problemas estruturais da economia nacional, insiste na ofensiva privatizadora e contra o sector público. Não resolve os problemas do desemprego, sobretudo o de longa duração, aumenta o trabalho precário e prossegue a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, com o pacote laboral, e a contenção salarial. Não resolve os problemas da justiça, do ensino, da saúde e da reforma fiscal. Prossegue, como já o PSD fazia, a política de clientelismo e a utilização e abuso do aparelho de Estado. Permite o alastramento dos fenómenos de corrupção. Empurra o País para a participação numa guerra de consequências imprevisíveis, que lança a destruição e a morte sobre os povos dos Balcãs.

Ao mesmo tempo, intensifica-se e aprofunda-se a luta contra esta política, como o demonstrou a manifestação de 25 de Março, as lutas de vários sectores e empresas, as comemorações do 25 de Abril e, certamente, as manifestações do 1.º de Maio virão confirmar a disposição dos trabalhadores em fazer face e contrariar a política de direita.

Alarga-se a consciência de que é preciso uma nova política, que resolva os problemas do país e melhore as condições de vida dos portugueses.

Nas próximas eleições para o Parlamento Europeu e Assembleia da República, o reforço da CDU em votos e em número de deputados eleitos, será um factor determinante para a construção de um política alternativa, uma política de esquerda.

As tarefas da Festa

Num ano de intenso trabalho político, é imprescindível que o Partido, a JCP, todas as organizações e todos os militantes encontrem a forma de, a par da resposta necessária aos problemas que decorrem da situação política, da intensificação da luta, das tarefas eleitorais, do reforço e do rejuvenescimento do Partido, do êxito da Campanha Nacional de Fundos, respondam às múltiplas tarefas da Festa do «Avante!»

O êxito da Festa depende em grande medida da inserção das tarefas da Festa no conjunto de actividades orgânicas do Partido e da JCP.

Discutindo, planificando e concebendo a presença na Festa.

Organizando as jornadas de trabalho para a construção.

Divulgando e promovendo a Festa.

Vendendo antecipadamente a EP.

Mobilizando o Partido, os simpatizantes e os amigos para uma grande participação na Festa.

Novidades

De ano para a ano, a Festa tem a capacidade de surpreender, e em 1999 assim será também. Estão a realizar-se obras que melhoram e embelezam o espaço da Festa, criando ao mesmo tempo melhores condições para a presença dos muitos milhares de visitantes que se aguardam.

As novas localizações das organizações do Partido, da Juventude Comunista Portuguesa, do Pavilhão Central, do Espaço Internacional - que este ano beneficiará toda a zona de sombras da entrada da Quinta da Princesa - e do Avanteatro para uma zona mais resguardada do som geral -, da Feira do Livro e do Disco, proporcionarão um melhor enquadramento às actividades e iniciativas que aí se desenvolvem.

Quanto ao Programa Cultural, será de qualidade, diversificado e inovador.

Os espectáculos do Palco 25 de Abril, do Auditório 1.º de Maio, dos palcos Arraial, Liberdade, Café Concerto de Lisboa, da JCP, e o palco de Setúbal serão espaços privilegiados que mostrarão o que melhor se faz na música.



O êxito da Festa do «Avante!» depende em grande medida da inserção das tarefas da Festa no conjunto de actividades orgânicas do Partido e da JCP.

A XI Bial da Festa, o Teatro, as exposições, a Feira do Livro e do Disco, o Desporto, o espaço internacional, as zonas dedicadas às organizações do Partido e da JCP, a animação de rua, a gastronomia e o artesanato são componentes indissociáveis da cultura, do convívio e da alegria que povoarão a Atalaia.

A abertura aos debates, o contacto dos candidatos da CDU à Assembleia da República com os visitantes da Festa, o comício de domingo à tarde vão ser momentos altos da intervenção política sobre os problemas do País, de divulgação das propostas do PCP e constituirão um grande arranque da Campanha Eleitoral da CDU.

Festa para todos

A Festa do «Avante!» é obra do colectivo partidário, de muitos amigos e simpatizantes. Construída com criatividade, dedicação, militância, mas também com alegria, a Festa, sendo do «Avante!», do Partido, da JCP é uma festa para o povo, é uma festa de todos. Estas qualidades são as chaves do êxito das sucessivas edições desta iniciativa ímpar no panorama político e cultural português.

Cada organização, cada militante pode e deve empenhar-se em dar a conhecer a Festa, em trazer mais e novos visitantes. Este espaço de convívio de liberdade, de juventude, é uma oportunidade de muitas dezenas de milhares de pessoas tomarem contacto com o Partido Comunista Português, com os seus ideais e com as suas propostas, com as suas lutas por uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais solidária, uma sociedade que prossiga os valores de Abril.



«Argumentário»

com base na aritmética

T R I B U N A



■ Sérgio Ribeiro

Na sequência da anterior colaboração, há observações sobre as listas de candidatos para o Parlamento Europeu que podem continuar a aproveitar uma certa visão aritmética da política. Não só a composição das listas revela maneiras diferentes de estar na política como também a comparação entre as suas ordenações podem ser usadas - por nós! - para provar o que deve ser a nossa mensagem política nas campanhas eleitorais: que somos diferentes a fazer política.

Já são conhecidas as listas dos partidos e coligações que se apresentam às eleições para o Parlamento Europeu. Como se chegou a elas é, nalguns casos, uma espécie de telenovela em sucessão de golpes e contragolpes encenados para aparecerem na hora televisiva mais nobre, criando "suspense" e demonstrando o pouco respeito que lhes merece a "opinião pública" que, por outro lado, adula subservientemente.

Bom, mas disso é melhor não falar. Até por uma questão de higiene mental.

São aquelas as listas e aqueles os candidatos. Mas... listas e candidatos a quê? A 25 lugares de deputados portugueses no Parlamento Europeu. E este é o facto e número que deve estar presente como pressuposto de toda a nossa campanha.

É vital (para a democracia e para o povo de onde saem os eleitores, os candidatos e os eleitos) impedir que se desvirtuem as escolhas dos eleitores. Estes são chamados a escolher, no caso da Assembleia da República, os seus representantes, deputados do seu círculo distrital, somando todos 230 e, no caso do Parlamento Europeu, os seus representantes, deputados portugueses de um círculo único nacional, num total de 25.

Tentemos explicar-nos melhor. Se, para a AR, a escolha não é entre candidatos a primeiro-ministro, para o PE não se trata de escolher entre os cabeças de lista. Isto é sabido de todos, ou de todos deveria ser sabido, mas é tão perverso o matraquear de que temos de escolher, para a AR, entre um António e aquele que vier a ser o "leader" do PSD, de que a eleição para o PE é para contribuir para que um português, o Mário claro, seja o seu (do PE)/nosso (dos portugueses) presidente, que - até, ou sobretudo, para nós próprios - é preciso repeti-lo para que não nos distraíamos e para impedir que outros se distraiam com as bem montadas manobras de diversão.

Algumas observações sobre esta eleição, listas e candidatos

Sejamos muito claros. E façamos por que chegue a mensagem, em toda a clareza, aos nossos concidadãos e co-eleitores. São os 25 deputados portugueses que vão estar no PE durante 5 anos a representar-nos que vão ser por nós eleitos. E que quer dizer isso de escolher quem nos vai representar? Quer dizer que os portugueses vão escolher deputados para, no PE, trabalharem em sua representação.

Não são nem 1, nem 2, nem 3, são 25! Não é o Mário, o José PP, a nossa Ilda, que estão em causa. Esses serão eleitos sem qualquer dúvida. Num caso para trabalhar, nos outros dois nem tanto, ou muito pouco, ou nada...

Mário Soares é, e só isso é, cabeça de lista do PS. Como o PS tem, agora, 10 deputados, a repetir-se partilha de mandatos resultante dos votos, será o primeiro seguido por 9 outros deputados da lista que encabeça.

Vai Mário Soares ser eleito - e vai, sem dúvida - para nos representar? Aí, já há dúvidas. E muitas. Mário Soares representa-se... Vai candidatar-se a presidente do PE se tiver hipóteses de ser eleito. E pequenas são as hipóteses de, no plenário do PE, vir a ter a maioria absoluta para presidente vir a ser. A ver iremos... Se não o for, qual a sequência? Penar, como aconteceu com Giscard d'Estaing, durante um mandato ou meio mandato, arrastando a não-eleição e candidatando-se a intervenções de minuto/minuto e meio?, porque ninguém o está a ver a fazer relatórios, a subscrever perguntas, a ser questor ou coisas dessas que dão muito trabalho. Ou será que se cumprirá a perspectiva anunciada de estar lá, no PE, até ao fim da presidência portuguesa, isto é, até ao fim do primeiro semestre de 2000? Um candidato a deputado a prazo e não para trabalhar mas para ser... candidato.

O facto é que atrás dele se elegerão nove deputados (talvez mais, "à pala" do seu nome e carisma... como se diz). Quem são eles? Conhecem-se-lhe os nomes e os *curricula*? O n.º 2 é um jovem. É um candidato que, aos 30 e poucos anos, se declarou cansado de tanto trabalhar como adjunto do 1.º ministro e reivindicou uma estadia no PE para descansar e coisas assim muito pessoais. É, portanto, candidato a uma reforma antecipada, dourada e que o prepare para outros voos. Um partido que não penaliza, antes aprova, tal proposta ao eleitorado define-se, uma democracia que aviliza tal despautério está, decerto, anémica, carente do que é essencial na democracia representativa: candidatos que se proponham representar os eleitores pelo trabalho e não para sinecuras.

Os dois primeiros da lista do PS estão eleitos, e também o estarão os que os seguem até ao 10.º e, talvez,

outros mais. São esses que o voto em Mário Soares e/ou a abstenção em outras listas vai transformar em deputados portugueses no PE.

Escrevemos, e sublinhamos, os **deputados portugueses no PE**. Porque, na campanha, vai falar-se muito de "deputados europeus" e não vai faltar, entre as listas e os candidatos, quem venha dizer que são os "cidadãos europeus" que escolhem os deputados. Esta é uma diferença de fundo: os cidadãos portugueses que votarem nas listas da CDU elegem deputados portugueses para o PE; os cidadãos portugueses que elegerem deputados de outras listas serão considerados "cidadãos europeus" que elegeram "deputados europeus". É uma diferença essencial.

Antes de passar adiante, e para não se dizer que temos uma atenção exclusiva à lista do PS em geral, e ao seu cabeça de lista em particular, uns apontamentos sobre os 3 primeiros candidatos na lista PSD. Partido que escolheu e rejeitou os seus candidatos de forma que o caracteriza, numa luta intestina que excluiu deputados que trabalharam e foi buscar nomes para encabeçar a lista que ou são mediáticos, ou têm, na política, a qualidade de serem cavaquistas fiéis, ou... a de ser viúva.

José PP é um intelectual multusos, e permitimo-nos questionar quanto tempo poderá compatibilizar as idas e vindas ao PE com a sua actividade de publicista bem remunerado (bem maiores proventos do que os que lhe facultará a actividade de deputado europeu... no pressuposto de que irá trabalhar nessa qualidade); VGMoura é, como poeta, um mau político, e, como político, um bom poeta, mas... cavaquismo compensa; a viúva de Lucas Pires merece-nos tanto respeito por essa qualidade como incompreensão e repúdio por assim se justificar uma candidatura para representante do povo português no PE.

Como o PSD elegeu 9 deputados em 1994, importaria saber quem serão os outros 6 (ou menos, se for o caso, como se pode prever) que vão atrás desses primeiros. E confrontar esses 9 com os 10 do PS, os 3 do PP e os 3 da CDU. E continuar o confronto com as zonas de alargamento ou de diminuição da representação partidária na representação total portuguesa.

Esse é que é um trabalho a fazer. Por exemplo: um trunfo PSD era ter um conhecido defensor do ambiente nas suas listas. Onde é que ele está? Foi "varrido" das listas. Em contrapartida, na lista da CDU, o 4.º lugar (zona de crescimento) é preenchido por uma candidata do PEV, dos Verdes. Outro exemplo: entre os 5 deputados que mais trabalharam, segundo dizem os jornais, está o camarada Honório Novo e um ex-PCP que voltou ao PE nas listas do PS. Pois este, talvez saldado o "prémio de dissidência", foi excluído das listas do PS e o nosso Honório está no mesmo lugar que tinha em 1994.

Mais alguns números e observações... no feminino

Outro episódio quase caricato (se não fosse muito sério) está na composição e ordenação das listas por sexo.

Houve quem defendesse acaloradamente as "quotas", houve passos dados para as impor administrativamente, desde os 50% até aos 33% em mais modesta versão que não permitiria três candidatos seguidos do mesmo sexo. Entre nós discutiu-se a bondade da medida, e decidiu-se que não era por aí que se promovia o ataque a uma discriminação que tem razões sociais fundas que denunciámos e atacámos. Os outros não. Insistiram até desistir de impor o que demagogicamente propuseram e defenderam.

Reconheça-se que fizeram esforços, o PS, o PSD e o PP - nas versões AD e cada um para si -, para ter mais mulheres nas suas listas. Não foram capazes.

Dir-se-ia que, no confronto connosco, têm razão para ter vergonha.

Nas listas da CDU, há 16 mulheres em 33 candidatos. Mas isso é pouco. Entre os 10 primeiros da lista há 5 mulheres, e a cabeça de lista é uma camarada, a Ilda Figueiredo.

Curiosamente, o que estava a preparar-se para ser tema central da campanha está a ser silenciado. Porque PS, PSD e PP nem o que mais recuadamente quiseram impor como obrigação para todos foram capazes de cumprir para si próprios. O PS e o PSD têm 2 mulheres entre os 10 primeiros da lista e o PP nem isso. O confronto deveria fazer corar de vergonha. Se vergonha houvesse... Como não há, assobiam para o lado ou mandam a bola para canto.

Nós temos a obrigação de denunciar a demagogia inicial, a incapacidade manifestada, o (des)vergonhado silêncio, e de, sem demagogia, mostrar a diferença. Aliás, tem alguma ironia verificar que se elegêssemos 8 deputados - o que é uma utopia, mas de utopia também vive a política... -, teríamos 5 deputadas eleitas e apenas 3 deputados, porque as nossas 5 entre os 10 primeiros estão nos 8 primeiros lugares.

Havia de ser ao contrário! Não faltaria para aí campanha a dizer que as mulheres deveriam votar nas listas que têm mais mulheres, fazendo um demagógico apelo ao voto dirigido a mais de 50% do eleitorado.

Não fazemos isso. Somos diferentes. O nosso apelo é para que não se perca um voto dos "nossos" e para que se ganhem, com a nossa batalha de informação e esclarecimento, muitos votos que "nossos" não têm sido. E valerá a pena essa batalha porque o PE é cada vez mais importante, até decisivo, no quotidiano dos portugueses e das portuguesas, porque eleger mais deputadas e deputados das listas da CDU é reforçar a frente de luta do PE para que, em articulação com as outras nossas frentes de luta, nessa instituição se defendam os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras, das mulheres e dos homens. De quem tem o direito (e o dever) de escolher os seus representantes no Parlamento Europeu.

■ Isabel
Araújo
Branco

Orlando Silva Jr., da União da Juventude Socialista do Brasil

“O Governo é refém das

Como vivem os brasileiros, o que pensam, que perspectivas de futuro têm? Orlando Silva Jr., representante da União da Juventude Socialista, de 27 anos e estudante de Ciências Sociais, fala da situação que se vive no Brasil e alerta para o trabalho infantil, para a droga e a criminalidade, para o desemprego e para a educação. «Numa altura em que os trabalhadores estão mais limitados, a juventude pode jogar um papel importante. A gente faz esse esforço de tentar ganhar a juventude para sair na frente», afirma nesta entrevista ao Avante!, a última que publicamos no âmbito do VI Congresso da JCP.

Avante! – Como caracteriza a situação social e política no Brasil?

– A situação no Brasil é complexa e delicada, porque nos últimos anos, desde que saiu da ditadura militar, o país não encontrou uma rota definitiva de desenvolvimento.

O projecto político que mais fôlego teve foi o do Presidente Fernando Henrique Cardoso, um projecto que se fundamentou em modelos que já foram utilizados em vários países e que não deram certo.

Tudo o que o Fundo Monetário Internacional mandou fazer no Brasil foi feito. Abriu-se a economia para qualquer produto, sem nenhuma protecção para a indústria nacional, e elevou-se as taxas de juro. O Brasil financiou uma parte da sua estabilização económica, manteve a moeda estável à custa de dinheiro de especulação. O Brasil durante muito tempo foi o campeão mundial de juros. O FMI mandou privatizar e vendeu-se tudo. Até tenho medo que eles queiram vender o Cristo Redentor, uma das poucas coisas que restam de património nacional!

Tem-se restringido direitos sociais e dos trabalhadores, direitos elementares como o registo formal de carteira (profissional), estabilidade no emprego, a remuneração de um percentual do salário a mais para quando se trabalha em período de férias, a hora extra, enfim, uma série de legislações do trabalho que tinham sido desenvolvidas durante muito tempo, conquistas dos trabalhadores que este Governo retrocedeu.

Mesmo fazendo tudo isso – privatizando as empresas estatais, abrindo mercados, pagando juros altos para atrair capital e acabando com os direitos sociais –, o país não está crescendo, o país não se está desenvolvendo. A única coisa que se conseguiu fazer foi manter os preços no mesmo patamar.

– O Brasil praticamente estagnou.

– Exacto. Falava-se que a década de 80 foi a década perdida, que o país não cresceu, não se desenvolveu. Hoje já se fala da década de 90 também como a década perdida.

Depois da crise das bolsas que varreu o mundo e atingiu o Brasil com força no ano passado, o Governo e o FMI projectam para este ano de 1999 uma recessão de quatro pontos percentuais, o que numa economia como a nossa é muito grave.

– Como é que isso se reflecte na área social?

– A economia brasileira sofre um forte processo de desindustrialização e os índices de desemprego crescem assustadoramente. O nível de trabalho formal, com registo (legalizado), é pequeno. Apenas metade dos 75 milhões de trabalhadores que formam a população activa tem carteira. E desses, diz-se que o desemprego chega na casa dos 12 por cento. Depois, no sector informal não se sabe qual é o nível do desemprego, até há tendência para que seja maior. São Paulo, por exemplo, tem um milhão e meio de desempregados.

– Já para não falar dos salários baixos.

– Salários que não sustentam nada! As consequências sociais são evidentes: mais pessoas na rua e não apenas meninos de rua, abandonados pelos pais. Há mesmo uma população de rua. Às vezes até gente que é trabalhador, mas que não têm rendimento suficiente para poder alugar uma casa.

– Como é que essas pessoas conseguem viver? É muito complicado até em termos da higiene mínima que se tem de manter para ir trabalhar, como lavar a roupa e tomar banho.

– É na absoluta precariedade. Tem casos dantescos, que ilustram bem o que é o capitalismo. Em São Paulo, há pessoas que saem de casa na segunda-feira para trabalhar, dormem na rua na terça, na quarta, na quinta e na sexta e voltam para casa no sábado, porque o rendimento é insuficiente para poder pegar o transporte todo o dia.

Recentemente, o Brasil firmou um acordo com o FMI no sentido de aprofundar estas políticas, porque o Governo afirma que o nosso problema está no défice fiscal, que o Estado gasta mais do que arrecada. Ele só omite o facto de que cerca de 60 por cento do

que o Estado gasta é para pagar dívida pública interna, externa e juros. O verdadeiro problema é que é impossível o modelo escolhido dar perspectiva, não tem saída.

– Qual é a alternativa?

– Em 1998, nas eleições presidenciais, pela primeira vez houve uma união das esquerdas. Nunca conseguimos isso. Todos os partidos de esquerda estiveram unidos em torno da candidatura de Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), todas as entidades e movimentos sociais apoiaram a candidatura, mas não conseguimos um placard. Ao mesmo tempo ficou esse saldo da unidade política. Agora há que partir disso e firmar alianças políticas mais amplas, com sectores nacionalistas que não suportam mais a situação de completa dependência e degradação da vida do nosso povo. Enquanto cresce a crise, aumentam as condições para que a gente aumente a mobilização.

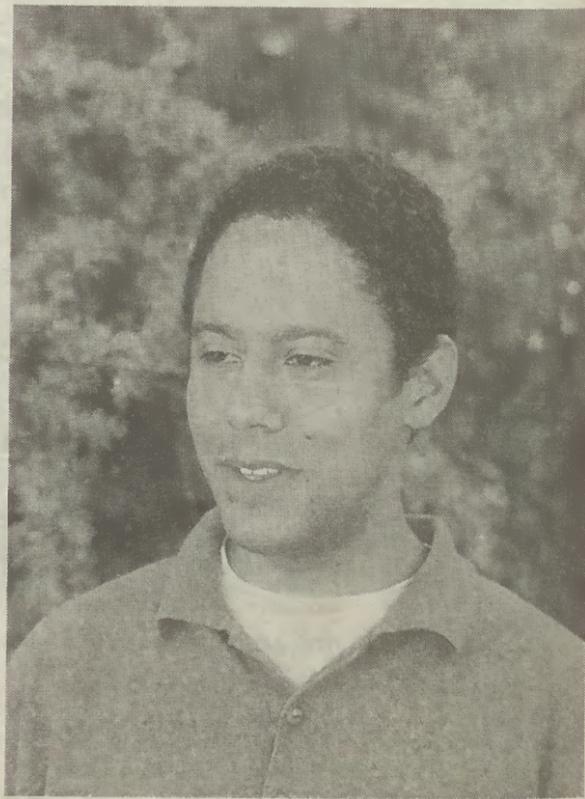


Foto de Sérgio Moraes



Foto de Sebastião Salgado

“Há uma população de rua. Às vezes até gente que é trabalhador, mas que não têm rendimento suficiente para poder alugar uma casa. Há pessoas que saem de casa na segunda-feira para trabalhar, dormem na rua na terça, na quarta, na quinta e na sexta e voltam para casa no sábado, porque o rendimento é insuficiente para poder pegar o transporte todo o dia.”

Recentemente, têm crescido as manifestações, principalmente dos estudantes. O desemprego tem limitado muito a acção dos sindicatos. Os estudantes, a juventude e o Movimento dos Sem Terra (MST) têm jogado um papel maior.

– Há dois anos chegaram-nos muitas notícias dos sem-terra, na altura em que Sebastião Salgado lançou o livro de fotografias sobre o movimento. Como é que se estão a desenvolver as suas acções?

– Essa é uma luta importante, porque o Brasil é um dos campeões das desigualdades, não só sociais, mas da manutenção de estruturas políticas inimagináveis. Aproximadamente 1 por cento dos proprietários de terras tem cerca de metade das terras agricultáveis. Há fazendas do tamanho da Bélgica.

– E uma grande parte delas não produzem.

– É, e depois uma grande parte da população que era do campo vive na periferia das grandes cidades sem perspectiva. A luta do

MST pela reforma agrária é um dinamizador da economia brasileira, porque poderia permitir ocupar mais pessoas e aumentar a produção económica do país.

– Por que é que isso não vai para a frente? Há o grande problema dos fazendeiros, que se opõem ferozmente, mas a reforma agrária só traria benefícios. O Governo não tem força para isso ou não quer?

– O Governo não tem força política, ele é refém das elites há muitos anos. É difícil de compreender, porque são elites que nem sequer alimentam um projecto próprio de nação.

Por que é que não sai a reforma agrária no Brasil? Porque as elites que controlam o poder político não têm um projecto próprio de desenvolvimento. Elas fazem do controlo das propriedades, inclusive da terra, uma forma de controlo político.

A conclusão é que as injustiças tendem a se agravar, a não ser que a gente reúna condições para construir um outro poder político. Esse é o movimento que nós fazemos hoje, um movimento para pôr fim ao projecto de Fernando Henrique Cardoso.

– É complicado chegar às pessoas, não é? As pessoas até concordam com vocês, mas depois na altura de votar...

– O que ocorre hoje em dia é que cresce muito a insatisfação. Por exemplo, há dias ocorreu uma manifestação no Rio de Janeiro. Começou por ser pequena. Tinha mil estudantes fazendo um protesto. Há muito tempo que não víamos uma reacção tão positiva da parte da população como se viu. A gente até brincou, dizendo que parecia um desfile de uma escola de samba. A turma ia passando pela rua e o pessoal parava e aplaudia.

elites"

Numa altura em que os trabalhadores estão mais limitados, a juventude pode jogar um papel importante. A gente faz esse esforço de tentar ganhar a juventude para sair na frente.

– Quais são os principais problemas dos jovens brasileiros?

– É um leque de problemas. Se pudesse seleccionar, diria que o principal problema é a falta de emprego.

– Mas há outros bem graves, como a criminalidade, a droga, a educação e o próprio analfabetismo.

– Sim, claro, mas eu falo do emprego, porque a partir da ausência de trabalho há um desdobramento em cadeia de uma série de outros problemas. Há uma gama de problemas, mas se eu quisesse escolher de onde partir tinha de começar no emprego.

Nós sofremos ainda mais com o desemprego do que outros sectores. Nós preenchemos trinta por cento da população economicamente activa, mas ocupamos metade nas taxas de desemprego. Se formos ver o nível de trabalho formal, com registo em carteira e direitos reconhecidos, os jovens são muito menos. No mercado de trabalho exige-se experiência, o que é impossível para um cara que está entrando no mercado.

“Você vai a um bairro de periferia de São Paulo, e não tem um campo de futebol ou uma biblioteca, mas tem um boteco. Sempre tem um boteco, então a turma bebe ou se droga e ganha uma atitude em relação aos outros de absoluta indiferença.”

cidade havia um campinho para a turma jogar. Hoje em dia já não tem mais isso. As cidades não têm planeamento, nem uma política de estímulo da prática de desporto. Há cada vez menos espaços públicos de lazer.

– O desporto é uma das coisas fundamentais para afastar os jovens da droga e da criminalidade.

– E até a fase de desenvolvimento do corpo e da mente. Aliado a isso, há um processo de mercantilização da cultura, há poucos espaços de manifestação cultural popular.

Forma-se um mosaico ruim para a gente. Sem escola, sem acesso ao desporto, ao lazer e à cultura, a gente fica às vezes com tempo, mas sem perspectiva e sem alternativa de ocupação.

A juventude tem um certo tempo livre, mas que não é canalizado porque não tem sequer canais para desenvolver o corpo e a

ção na escola e é mais difícil o acesso ao mercado de trabalho. Quem tem recursos para uma qualificação melhor na rede privada, acaba tendo uma vantagem comparativa.

A falta de emprego, combinada com a falta de educação, com a ausência de espaços públicos... O Brasil é conhecido no mundo inteiro pelo futebol. Antes, em qualquer pedaço da

co. Sempre tem um boteco, então a turma bebe ou se droga e ganha uma atitude em relação aos outros de absoluta indiferença. Hoje há uma verdadeira guerra civil na periferia, onde jovem está matando jovem.

– Quais são as perspectivas de futuro para um jovem comum?

– Depende de onde ele vem. Há um pedacinho bem pequenino de gente bem nascida...

– Mas essa é uma minoria.

– Eu daria o meu exemplo. Eu sou de uma família pobre de uma cidade pobre, Salvador da Baía. Eu sou a excepção da minha turma de escola. Tive oportunidade de conhecer a política e de permanecer na escola por conta de apoio familiar que a maioria não tinha. Enquanto continuei a estudar, os meus colegas tinham de trabalhar. Enquanto fui para a universidade e abri os meus horizontes, eles tiveram de casar porque as namoradas ficaram grávidas por falta de planeamento sexual.

– Como vai ser a vida dos teus colegas, daqueles que constituem os casos típicos, daqui a 10, 20, 30 anos?

– A tendência é marcar passo, é continuar a sua vida e a dos filhos igual ou pior do que antes. Há uma música do Chico Buarque de Hollanda, «Pedro Pedreiro», que fala desse processo e diz que Pedro está esperando um trem, que a sua mulher está esperando um filho para esperar também.

A vida hoje é marcando passo e lutando para ter as mesmas condições, que são muito ruins. Tem um posto de trabalho, mas a tendência é que esse trabalho exija mais do jovem do que exigiu seu pai e que lhe pague menos. Mas não tem alternativa.

– Que implantação têm as ideias de esquerda no Brasil?

– Hoje temos uma situação desfavorável, porque os conselhos têm uma força desproporcional.

– Mas as pessoas vivem cada vez pior.

– Vivem pior, mas não vêm na esquerda uma alternativa.

Inclusive, mantêm esses caras no poder porque têm medo. O Brasil acabou de sair de uma experiência relativamente traumática, de 25 anos de ditadura militar. Isso fez com que as pessoas ficassem mais retraídas para fazer mudanças mais profundas, vivendo reféns das elites que controlam absolutamente todos os meios de comunicação.

Um problema que a gente tem é mesmo chegar às pessoas. Nove famílias do Brasil controlam 90 por cento das comunicações do país.

– Como é que conseguem passar a mensagem?

– Muito precariamente. O PT, o maior partido de esquerda, tem 10 por cento do eleitorado e dirige dois dos 27 estados do Brasil. O Partido Socialista Brasileiro possui a direcção de mais dois e o Partido Democrático Trabalhista dirige outros dois. Ou seja, seis em 27. É pouco, mas para nós é alguma coisa, porque antes das últimas eleições o PT só dirigia um.

A proporção das opiniões de esquerda é muito reduzida. Faz-se um esforço de construção nas bases. Uma coisa boa foi termos conseguido construir um Fórum Nacional de Lutas, que reúne todas as entidades do campo popular e procura fincar raízes mais profundas junto ao povo.

– Uma das grandes preocupações dos jovens é a ecologia. No Brasil, onde inclusivamente se situa a Amazônia, há essa preocupação com o ambiente ou é apenas uma entre muitas?

– É uma entre muitas, mas em algumas regiões, como a

amazônica, há uma sensibilidade maior. A Amazônia é uma região riquíssima, mas, tal como não há um projecto para o nosso país, também não há um plano para desenvolver a Amazônia de forma equilibrada ecologicamente e de modo auto-sustentável. Não podemos cercar a Amazônia e deixar lá sossegado o pulmão do mundo. É preciso incorporar a população que vive na região em iniciativas económicas que permitam que o ambiente não seja degradado.

Não é isso que acontece. O que o latifúndio faz é o derrube de madeira indiscriminadamente. A queimada é uma coisa bárbara, mas é utilizada pela população para preparar o solo para a plantação. A consciência ecológica ainda está aquém do que deveria ser.

– O Brasil ainda tem o problema das tribos índias.

– Há regiões índias que não são demarcadas, ou que são mas que o Governo não garante qualquer segurança e que acabam por ser ocupadas ilegalmente. Aí também se vive a falta de assistência do poder político. Muitas tribos são engolidas pelo desenvolvimento desordenado. Índios viciados em álcool, por exemplo, é uma consequência natural de um contacto de aproximação sem critério.



Foto de Sebastião Salgado

Existe o trabalho infantil, um problema relativamente grave, porque retira da escola a criança na fase de formação, de constituição intelectual e física. Conheci casos no norte do país de jovens com vinte e poucos anos que pareciam ter uns 60. Com essa idade estavam praticamente inactivos para o trabalho, porque se desde os 7 ou 8 faziam trabalhos pesados, aos 20 têm problemas na estrutura óssea que impede desenvolver outra actividade produtiva. E não têm nenhuma protecção do Estado!

– Há casos de crianças que continuam a estudar depois de começarem a trabalhar precocemente?

– Essa é a excepção da excepção. A grande maioria pára de estudar. A média de escolaridade do trabalhador brasileiro é muito baixa, é apenas de quatro anos. Isso não é por vontade ou por vocação, é por imposição.

Nesse sentido, estamos desenvolvendo uma campanha pela redução da jornada de trabalho para os estudantes-trabalhadores. Há um movimento nacional pela redução de 44 para 36 horas semanais. No bojo desse movimento geral estamos actuando com um projecto de lei popular, um mecanismo constitucional em que se colecta um por cento de assinaturas do total de eleitores (o que equivale a um milhão e 50 mil assinaturas) e que cada um pode apresentar. Isso para nós é uma forma de denúncia e uma proposta, porque se só houvesse seis horas de trabalho por dia era muito mais fácil trabalhar e estudar.

O problema do emprego está muito relacionado com a educação, não só porque a necessidade de trabalhar limita a possibilidade de permanecer estudando, mas também na medida em que, se o Estado investe menos na educação pública, há uma pior qualifica-

“Tal como não há um projecto para o nosso país, também não há um plano para desenvolver a Amazônia de forma equilibrada ecologicamente. Não podemos cercar a Amazônia e deixar lá sossegado o pulmão do mundo. É preciso incorporar a população que vive na região em iniciativas económicas que permitam que o ambiente não seja degradado.”

mente, para se formar culturalmente. Surge então a droga e a violência, duas faces da mesma moeda. As drogas têm gerado uma dependência crescente numa parcela da juventude brasileira.

Quem sofre mais com o projecto económico que se implementou no Brasil é a juventude da periferia, que não tem emprego nem educação. Quando cresce essa exclusão, surgem Estados dentro do Estado. Há estruturas próprias de poder paralelo, com segurança própria, com tribunais próprios, com regras próprias, com economia própria, tudo em torno do tráfico de drogas.

– Assim torna-se cada vez mais difícil lutar contra a situação?

– Sim, porque há um pedaço da sociedade brasileira que não se move pelas regras da sociedade, que tem um funcionamento à margem. Há processos sociais sem qualquer controlo, como o problema da violência.

Você vai a um bairro de periferia de São Paulo, por exemplo, e não tem um campo de futebol ou uma biblioteca, mas tem um bote-



Vale a pena avisar

■ Modesto Navarro

Pode estar-se em festa e, ao mesmo tempo, de luto? Abril foi há 25 anos, uma revolução impressionante, original e popular, que avançou tanto em dois anos e que vem dando trabalho a destruir e a defender há vinte e três anos. Há 25 anos, muitos de nós estavam nas prisões e na clandestinidade. Muitos, hoje, estão simultaneamente em festa e estão de luto. Há guerra bem perto, dentro da Europa da cultura mais avançada e também da barbárie tão conhecida e lamentada. Há guerra e morte em Timor-Leste, lá longe, onde os negócios de armas não motivam tanto os criminosos e os polícias do mundo.

As lições não servem. Não chegam? Coreia, Vietname, os atoleiros da história americana e europeia e do sofrimento de Timor, do Curdistão e do mundo inteiro repetem-se? Quem manda? Os complexos militares e industriais? O mundo do futuro e da paz?

Os negócios de guerra cruzam-se com os orçamentos da Agenda 2000? Cala quem consente. Sofrem os que trabalham e acabam sempre por serem as grandes vítimas dos loucos e das marionetas militares e civis às ordens do imperialismo e do capital, seja americano ou mais globalizante e destruidor.

Cá dentro, a resistência e a luta contra as injustiças, no trabalho e na vida quotidiana, honram o 25 de Abril e o 1.º de Maio de 1974 e todos os anos de liberdade conquistada e defendida nas empresas e nas ruas.

Pequenos grupos, de "elites" mais ou menos serôdias e já pouco portuguesas, estão contentinhos e aceitam jogos de empobrecimento cívico e cultural, de tristeza, de destruição de vidas e de bens e de guerra a chegar às portas de cada um de nós. A ver vamos. Mas os avisos já são velhos e são, outra vez, novos. A cidade, esta cidade de Lisboa que viu e fez muito do que de Abril nos ficou de mais corajoso e maior, levanta-se contra leis laborais que envergonhariam democracias que não tiveram esta revolução tão bela e exemplar e contra a

guerra dentro desta Europa que deve ser de paz e de progresso, de cultura e de vivência amiga entre povos e nações civilizadas.

Onde está a coragem de sermos nós? Está aí, na identidade afirmada, na vida cultural construída, não nos palácios e nos ministérios, mas nas Autarquias e nas associações democráticas e libertadoras.

Lisboa é a nossa honra e a nossa vida de eleitos e de homens e mulheres que amam o que foram, o que são e o que querem ser - livres, participantes e construtores do país e de um mundo de paz e de vida para sempre. E caberá aqui dizer que o que tanto custa a construir em Lisboa e no País não o queríamos ver destruído por qualquer horda de aviões às ordens de loucos, de negociantes da guerra e traficantes da morte.

É essa a nossa herança, a herança de Abril de que o PCP se orgulha e que não afasta para o lado quando há uma ou outra conveniência estreita e cega. É esse o nosso dia, o dia da cara bem aberta para os cravos, o rosto e a alma já lá longe, no sonho e na esperança de que as ameaças maiores à democracia e ao futuro serão vencidas e afastadas. E, então, novos caminhos serão feitos - caminhando - por aqueles que, ouvindo, sabem ouvir, e, pensando, sabem deixar crescer continuamente a raiz do pensamento e da acção contra a injustiça, a pobreza generalizada e a violência.

Saibamos, hoje mais do que nunca, merecer Abril. Os trabalhadores e as populações merecem-no no que ele tem de mais digno, ímpoluto e construtor da paz e do progresso, e por isso o defendem na rua, no trabalho e nas instituições que são e devem ser democráticas e vivas.

Há 25 anos, acabámos uma guerra pantanosa e mortal e África ficou mais liberta, como nós ficámos. Hoje desejamos Timor livre e independente e a Europa em paz. Saibamos honrar os militares e os civis de Abril que de Abril foram e serão para sempre. É essa a mensagem clara para quem vive e quer viver sem vergonha e corajosamente, perante Portugal livre e perante o mundo democrático e libertador.

■ Zillah Branco

Cartas no jogo

A globalização do sistema de mercado, dito democrático, distribuiu as formas perversas de domínio totalitário por todo o mundo e concentrou as riquezas e o poder nas mãos de uma elite que não se envergonha de ter como líderes um Clinton e os seus seguidores-subordinados de várias nações. Estabeleceram como verdade que governar significa reger as altas finanças a nível nacional em consonância com os centros internacionais de poder e que as populações devem receber o mínimo necessário para sobreviver e agitar o mercado de consumo de quanta inutilidade se puder vender.

Os governantes funcionam como as *varinhas mágicas* de fazer sopa, ou os *sprays* que misturam os odores, para que tudo pareça homogêneo e aceitável. Com este passe de mágica as poluições se diluem, desde as formas de corrupção que corroem o património público às redes criminosas que condicionam a marginalização social. A grande meta é o mercado, custe o que custar. Não há ética, patriotismo, humanismo, solidariedade. É o império do individualismo perverso que usa a democracia como máscara para enganar os incautos, explorar as crianças, roubar os idosos, alienar os jovens, destruir as perspectivas de vida, os ideais, a esperança.

Os Estados Unidos mandam na Europa através da NATO, mas também do jogo financeiro e das políticas comerciais. Quando vemos a França, a Inglaterra, a Alemanha, a Itália e mais todos os que formam a NATO aceitarem as ordens de um Presidente - que há 3 meses escapou ao "impeachment" que merecia por falta de decoro e de dignidade - para bombardear a Jugoslávia, perdemos um pouco mais da confiança no futuro. Ela já é reduzida para quem vive no Terceiro Mundo onde a injustiça é o prato diário e a impunidade a sobre-mesa. Mas, diante da política expansionista do imperialismo (mesmo que lhe troquem o nome) que nomeia os Estados Unidos, com o seu braço armado NATO, a **toda poderosa polícia do mundo**, a esperança de que a humanidade possa tirar bom proveito de dois milénios de evolução se esvai. Estamos diante de uma ditadura globalizada que controla os dóceis e antipatrióticos governos nacionais. Para usar a linguagem popular, estamos num mato sem cachorro.

Depressão epidémica

Os médicos explicam que a depressão deve ser tratada como doença, o cliente precisa vencer o *stress*, a tristeza, o desencanto com a vida, a vontade de morrer, com o apoio e o carinho da família e dos amigos, afastando-se dos ambientes que o deprimem. Inventam-se mil alternativas que ajudam quem tem recursos e tempo para tratamentos: terapias, hidroginásticas, danças, técnicas orientais de isolamento e reflexão, artes marciais, as mais variadas formas de desporto, etc. Tudo alivia, mas o cidadão permanece sob as mesmas tensões deprimentes geradas pelas elites dominantes na sociedade.

Mesmo aqueles que conseguem atingir a alienação transformados em Robinson Crusoe e vivem perdidos nas matas, ou que entram pelo mundo das drogas, ou perambulam pela Índia à procura do nirvana, mesmo os que se fecham no mais absoluto egoísmo e flutuam na sociedade sem querer ver o que se passa à volta, e até aqueles que pretendem *não ser políticos* e só cuidam da sobrevivência elementar, todos sofrem as pressões do desequilíbrio mundial e estão sujeitos à depressão imposta pelas cenas de guerra, de fome, de

violência, de injustiça, que se tornaram o emblema deste fim de século e de milénio. Para usar o jargão da moda, a **violência é emblemática deste fim de século**.

É imperativo encontrar um tratamento que esteja ao alcance sobretudo dos mais desfavorecidos. Trata-se de uma epidemia de desesperança e impõe-se a abertura de uma nova estrada que aponte para a derrota dos ditadores e do sistema que os protege. Chega de fazer vénias a quem nos rouba a dignidade de cidadãos, a quem destrói a nossa saúde, a quem condena as novas gerações a crescerem num mundo cruel e hostil, a quem põe em risco o futuro da humanidade.

Remédios universais

Recordo-me sempre das sábias palavras do saudoso maestro Lopes-Graça quando via os camaradas mais jovens entristecidos com a queda do socialismo na Europa: "Não se deixem abater, como já vivi mais de 80 anos presenciando os altos e baixos da história. Vamos construir um novo caminho." O seu exemplo e a sua obra, como a de tantos outros que imprimiram a sua marca positiva na história dos nossos povos como degraus permanentes na escada da vida, estão ao alcance de quem quiser enfrentar as dificuldades. Em cada sector do conhecimento existe um património que contribui para a defesa da humanidade e que não pode ser utilizado em benefício de uma elite egoísta e privilegiada.

Como a humanidade superou a depressão que a atingiu em tantas fases da história passada? Unindo-se em função de uma estratégia de luta para a construção de uma situação nova, criando uma alternativa à podridão que lhe era imposta, renovando a esperança que alimenta a vontade de viver.

A grande dificuldade que hoje existe é vencer a inércia que domina as pessoas através das depressões nervosas e do desencanto com os responsáveis pelo comando das sociedades. O poder exercido através dos meios de comunicação social mina todos os dias um pouco mais a vontade de lutar, de participar construtivamente. No Brasil, os telejornais iniciam e terminam o dia com as notícias dos crimes bárbaros e da acção das máfias que corrompem o poder público. O público sente um certo alívio por não ter sido a vítima pessoal daquela notícia e fica rezando para que "Deus o proteja".

Criação do caos

O povo brasileiro é, por natureza e formação cultural, alegre e bem disposto. Mesmo com essa capacidade de rir sem ter de quê, começa a descobrir que a vida é triste e o futuro incerto. A esperança escorrega e a depressão chega.

marcadas democrático

A denúncia do trabalho infantil expõe ao público cenas inimagináveis: crianças de 3 anos descascando mandioca e já com um dedo decepado, menina que aprende a escrever com os dedos dos pés por ter perdido os dois braços na máquina onde o barro é preparado para fazer tijolos, jovens mutilados por jacarés na pesca artesanal, e mais milhares de crianças usadas pelas redes de droga, de sexo, de assaltos.

O governo elitista faz leis que proíbem os menores de 16 anos de trabalharem, pune os pais quando os filhos não vão às escolas, aplica multas aos empresários que têm trabalhadores infantis. Age cómoda e burocraticamente, e espera que a população resolva o problema por sua conta. Preocupa-se em limpar com rigor o pó da casa sem se preocupar com a canalização que está rota, o telhado caindo, as portas e janelas arrombadas.

As empresas do Estado vão sendo privatizadas em troca de uns *trinta dinheiros* logo entregues aos bancos que ameaçam falência. A tão apregoada capacidade dos empresários privados para tocarem os serviços públicos está completamente desmoralizada. No Rio de Janeiro, a distribuição de energia eléctrica sofre tantas interrupções que as autoridades resolveram multar a empresa Light responsável. Como se não bastasse, em Março passado houve um apagão que atingiu 60% do país durante várias horas causando imensos prejuízos aos cidadãos, descongelamento de alimentos em restaurantes e mercados, perda de lotes de vacinas nos Centros de Saúde, para não falar dos doentes que morreram pela suspensão dos tratamentos que dependiam de máquinas, e do aumento do número de assaltos nas ruas escuras. O problema foi atribuído a um raio que teria caído em uma subestação, de Baurú, o que não convenceu ninguém sobretudo porque os serviços meteorológicos afirmam não ter caído nenhum raio naquela região. Os de cima mentem com a maior cara de pau porque contam com a impunidade que o poder garante. Também as redes telefónicas, hoje em mãos espanholas e portuguesas, entraram em colapso em todo o Estado de São Paulo: há trocas de linhas, de contas, mudanças de número sem aviso ao utente, incumprimento dos contratos, grandes prejuízos ao sistema de comunicação pela internet. Um caos para o mundo que depende das comunicações.

Enquanto essa nova forma de bagunça se instala, alastram as epidemias causadas por mosquitos e, sobretudo, pela falta de saneamento básico: dengue, cólera, febre amarela e outras que fazem parte do tropic Third World onde o sistema de saúde pública é uma ficção.

Sem pretender esgotar a lista das misérias, somam-se as formas de corrupção que fazem parte do sistema - as propinas a funcionários que dão andamento às exigências oficiais para que se possa trabalhar, construir, viver em sociedade, enfim, - que hoje atingem quantias astronómicas, verdadeiros orçamentos ministeriais, e envolvem vereadores, deputados, militares e gente de todo tipo. E mais os gastos nababescos do Governo Federal com habitações de luxo e ajudas de custo aos "representantes do povo". Tudo isso no momento em que o povo aperta o cinto e as verbas para saneamento básico, saúde, educação, previdência social, segurança pública são drasticamente reduzidas a conselho do patrão FMI.

O deputado Almino Affonso denunciou: «O que me espanta é a concentração da iniciativa legislativa nas mãos do Poder Executivo, em um crescendo que parece já agora incontrolável, reduzindo-se o Poder Legislativo a um órgão rectificador da vontade onipotente do Presidente da República.» "Existe uma realidade facilmente detectável se observarmos o número de propostas que

vêm tramitando no Congresso Nacional: de 1995 até Setembro de 1998, mais de 80% das proposições que se transformaram em leis tiveram como origem o Poder Executivo, em suas diversas instâncias, sem incluir as medidas provisórias." E revela: "Ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso, foram enviadas ao Congresso Nacional 137 medidas provisórias. Não tendo sido convertidas em lei, no prazo requerido, foram reeditadas 2249 vezes! Nesse contexto, as medidas provisórias vão se convertendo em leis de facto: e amanhã, quando o Congresso Nacional assumir a tarefa de votá-las, serão tantos os efeitos decorrentes de sua vigência que já não sobrarão alternativas senão aprová-las... Consequência que não se pode ignorar: o Presidente da República, por esse procedimento tortuoso, esbulha o Congresso Nacional em sua principal função e transforma-se, cada vez mais, no "legislador unipessoal".»

Um exemplo entre vários dessa desordem legislativa: todos os carros foram obrigados a ter um *kit* de socorro médico que era vendido em média por 10 reais. A polícia de trânsito aplicou multas a quem não o tinha e divulgou ameaças pela televisão. Depois se constatou que os leigos não devem tratar os acidentados, estão proibidos por outra lei, mas sim chamar e aguardar o socorro. No máximo podem evitar as hemorragias com um garrote, o qual não fazia parte do *kit* obrigatório. Então a lei foi revogada deixando a população arcar com um prejuízo que se calcula em 250 mi-



lhões de reais. As asneiras legisladas são tantas que até cansa referi-las. Mas o poder dos órgãos de governo permite também outros desmandos, como por exemplo a ajuda do Banco Central a um banco privado - Marka - ameaçado de falência, vendendo-lhe dólares abaixo do preço. O banco faliu e o dinheiro gentilmente oferecido pelo BC foi para os bolsos do seu dono deixando os clientes na mão.

A origem do caos

Muito se tem dito acerca da origem dos males no Brasil: passado escravista, peso do colonialismo e do neocolonialismo, imensidão do território com dificuldade de controlo, etc. Estes factores terão a sua importância, mas o principal é, segundo o professor norte-americano Michel Chossudovsky (ver "A Globalização da Pobreza", Ed. Moderna, S. Paulo/Brasil 1999), a internacionalização da reforma macroeconómica que se apoia na mão-de-obra barata e na procura de novos mercados consumidores, e promove o endividamento dos Estados reduzindo-lhes o poder efectivo.

No final da década de 1980, refere o autor, floresceu um novo ambiente financeiro global com a onda de fusões em corporações. "Investidores institucionais, corretoras de acções, grandes companhias de seguros, etc." agruparam-se em torno dos bancos mercantis. "... Esses administradores de dinheiro são cada vez mais afastados de funções empresariais na economia real. Suas actividades (que escapam da regulamentação do Estado) incluem transações especulativas no mercado de futuros e derivativos e a manipulação de mercados monetários. Os grandes operadores financeiros estão rotineiramente envolvidos em "depósitos de *hot money* nos mercados emergentes da América Latina e do Sudeste Asiático, sem falar na lavagem de dinheiro e no estabelecimento de 'bancos privados'..."

"Desde o começo dos anos 80, grandes somas da dívida de grandes corporações e bancos comerciais dos países desenvolvidos foram anuladas e transformadas em dívida pública. Seguindo-se a mesma tendência, concederam-se empréstimos multilaterais e bilaterais a países em desenvolvimento para possibilitar que reembolsassem os bancos comerciais."

Isto explica as aparentes anomalias do governo Fernando Henrique Cardoso que desde o início e cada vez mais privatiza a preço de feira as empresas do Estado e salva os bancos (o seu partido PSDB hoje é conhecido como Pronto Socorro dos Bancos, o que não é muito diferente de Partido Social-Democrata Brasileiro).

Chossudovsky afirma: "Criou-se um círculo vicioso. Os receptores de 'favores' do governo tornaram-se credores do Estado. A dívida pública que o Tesouro transformava em títulos para financiar grandes negócios era adquirida por instituições bancárias e financeiras que, ao mesmo tempo, recebiam subsídios estatais."... "Uma situação absurda: o Estado financia o seu próprio endividamento."

Os estatutos dos Bancos Centrais "têm sido modificados para satisfazer exigências dos mercados financeiros. Estão cada vez mais sob a tutela dos credores do Estados. No Terceiro Mundo e no Leste Europeu eles são amplamente regulados pelo FMI, segundo os interesses dos Clubes de Paris e Londres."... "Na prática, o Banco Central (que não responde nem ao governo nem ao Poder Legislativo) opera como uma burocracia autónoma, porém sob a tutela dos interesses das instituições financeiras e bancárias privadas."

No capítulo referente aos problemas da África sub-saariana, o autor usa o subtítulo expressivo "Genocídio Económico" e afirma: "Atribuir a culpa apenas ao ódio tribal só exime os governos do G-7 e os credores, mas também distorce um processo exageradamente complexo de desintegração económica, social e política..." depois da intervenção do FMI e do Banco Mundial para "ajudar".

Sobre a situação da Jugoslávia (antes da guerra actual) refere: "a cronologia das numerosas iniciativas diplomáticas é vividamente retratada; a agenda de ajuda humanitária e de 'manutenção da paz' das Nações Unidas aparece com destaque nas telas das televisões de todo o mundo. Nesse processo, as causas económicas e sociais da guerra civil têm sido cautelosamente ocultadas. Os interesses estratégicos da Alemanha e dos Estados Unidos não são mencionados, a arraigada crise económica que precedeu a guerra civil tem sido esquecida"..."Todavia, a dissolução da Federação Jugoslava tem uma relação directa com o programa de reestruturação macroeconómica imposto ao governo de Belgrado por seus credores externos."

Hoje, ao presenciar a absurda invasão das forças da NATO na Jugoslávia, a destruição do país e o genocídio dos fugitivos de Kosovo que são empurrados de um lado para o outro pelos emissários dos Estados Unidos e seus aliados que divulgam falsas notícias e promovem o terrorismo vestidos de soldados sérvios, imaginamos o que poderá vir a ser o futuro do Brasil e de todas as nações que ousarem contrariar os desejos do poder financeiro gerado pelo neoliberalismo. Vamos esperar de braços cruzados que a dignidade dos povos e de toda a humanidade seja violentada nessa epidemia terrorista que anula todas as conquistas humanistas dos últimos séculos deste festejado milénio? Recordando a poesia de Nazim Hikmet: "Não vivas nesta terra como um inquilino ou em férias na natureza. Vive neste mundo como se fosse a casa do teu pai, acredita no trigo, no mar, na terra, mas sobretudo no Homem."

Em Julho de 1982, tivemos ocasião de, em turismo de grupo, na Jugoslávia de então, pacífica e fraterna, visitar Zagreb, Dubrovnik, Split, Trogir, Plitvice, Rieka, Postoina, Liubliana, Sarajevo, Mostar. A memória de Tito, falecido em 1980, estava ainda bem marcada nos corações de todos os habitantes.

Durante a guerra, a II Grande, oferecera a Jugoslávia, à Europa e ao Mundo, um alto exemplo na heróica resistência aos ferozes ataques dos exércitos nazis de Hitler. Lembremos que Hitler bombardeou com a aviação Belgrado, matando 15.000 pessoas, em 9 de Abril de 1941, em operação que denominou "Castigo"! Herdeira do reino dos sérvios, croatas e eslovenos de 1918, do fim da I Guerra Mundial, é no fim da II, em 1945, que é proclamada, com o marechal Tito, a República Federal Popular da Jugoslávia, socialista. Com as suas 6 repúblicas, 2 territórios autónomos, com 4 línguas principais – servo-croata, macedónio, albanês, esloveno, 24 nacionalidades, 15 religiões, 1200 Km de costa adriática e mais de 1000 ilhas, 70 habitadas entre as quais a de Marco Polo, durante a guerra deu exemplos de heroísmo e depois, por quatro décadas com Tito e nos anos seguintes, foi um exemplo de equilíbrio e tolerância. As populações, os diferentes povos, viviam em

■ António Bellini Jara

Recordando e comparando

paz, conviviam os vizinhos, casavam, amavam-se entre si, sobre etnias e religiões. Contava com graça a nossa guia, sérvia, que em uma pequena aldeia de não mais do que algumas centenas de habitantes, mas em que havia mesquita, sinagoga, igreja cristã ortodoxa, igreja cristã católica, igreja protestante, todos viviam, conviviam, pois ali todos comiam porco e os muçulmanos bebiam vinho... Não havia pontas de fanatismo ou extremismos, o lema era a tolerância e bom senso laico, dirigido por são racionalismo, num rosto socialista. Por quatro décadas, modesta e estável, foi assim, era assim. É claro que beneficiava da existência de uma URSS poderosa, a construir um dos pólos do equilíbrio mundial e da paz de então...

Mas essa Jugoslávia de boa memória em 1991 começa a despedaçar-se/ou começam a despedaçá-la...

A Eslovénia e a Croácia separam-se, tornam-se independentes, obdecendo à pressão de poderes económicos, vergadas a interesses germânicos e americanos, geopolíticos e geoestratégicos. Foi o Vaticano então dos primeiros estados a apresentar-se a reconhecer as duas independências. Tratava-se de populações maioritariamente católicas. E já a Croácia, em 1941, durante a guerra, sob a égide nazi tinha sido independente mas a combater por Hitler.

Depois a Bósnia em Outubro de 1991 declara também a independência. E em Novembro é a guerra interétnica e de religiões, centrada na Bósnia-Herzegovina, guerra de ferocidades, fomentados todos os ódios, todos os fanatismos, extremismos exacerbados, populações manipuladas, acicatadas, retrogradando à barbárie com horríveis cortejos de massacres, êxodos, violações, extermínios, "limpezas étnicas". Pessoas que tinham convivido por décadas como compatriotas e bons vizinhos! Absurdo?! E as notícias? São dadas constantemente em espectáculos mediáticos. Passam imagens televisivas repetidas à saturação a juntar à soma das violências costumeiras. Só entretenimento? E aí de um país soberano de séculos são diabolizados os sérvios. Que razões? São cristãos mas ortodoxos? São europeus mas do Leste? E eslavos do sul, amigos dos russos? E depositários de algum socialismo de Tito? A verdade? Esconde-se? Nestas guerras, nas guerras, de todos os lados podem cair e caem na barbárie. E todos têm cometido e cometem crimes de guerra!...

Dubrovnik, hoje cidade croata por onde passaram combates, repetidas vezes a Comunicação Social a deu reduzida a cinzas, pelos "maus", os sérvios, e, todavia, como diz Miguel Sousa Tavares na sua crónica no jornal *Público* de 6 de Abril de 1999, "lá está intacta"...

E os êxodos? Em 1995 também 300.000 sérvios são expulsos de suas casas em Krajina pelos croatas e mais 200.000 são obrigados a abandonar Sarajevo, cidade onde viviam.

Entretanto, a Macedónia declara a independência.

E em Janeiro de 1992 a Sérvia e o Montenegro, como República Federal da Jugoslávia, assumem a herança da Federação Jugoslava de Tito – sociedade laica de cariz internacionalista, antes de a despedaçarem ao reacenderem-lhe fanatismos religiosos e extremismos nacionalistas.

Actualmente assiste-se à tentativa de arrancamento de mais um pedaço, o Kosovo, um resto de um Estado com um passado velho de séculos e que tinha tido a virtude de, por dezenas de anos, manter a paz numa zona complexa, difícil e perigosa para a paz mundial...



Primeiro vai aumentando a percentagem dos habitantes de etnia albanesa e religião muçulmana ao ponto de inverter os pesos demográficos respectivos de sérvios e albaneses. Segue-se um terrorismo Kosovar a disparar a violência e a reivindicar uma independência e depois é a criação do UCK, o exército de libertação do Kosovo, armado e municiado pelo Oriente.

Hoje é em acção dita "humanitária", à bomba, destruindo e matando em escalada, experimentando ao vivo em vivos, armas e tecnologias, o peso do terror com centenas de aviões, sobre um país europeu pequeno e pobre que vão reduzindo a escombros e à miséria.

Repugnantes espectáculos os desta "Nova Ordem Mundial"...

Alguém disse: "As bombas da NATO contra a Jugoslávia não destroem apenas as pontes e estradas mas também os caminhos que conduzem à compreensão mútua."

Não faltam boas razões para que os países europeus, defendendo a sua sensibilidade e inteligência, desdobrem um juízo independente, deixem de seguir como cordeiros ou cachorros os EUA armados em "Donos do Mundo". Que superioridade lhes assiste?! O peso dos dólares a esmagar a justi-

ça e o humano, espalhando em fitas encharcadas de violência os deslumbramentos da alta tecnologia, "liberdades" e uma geral violência real.

Do quadro interno podemos escolher e referir um ou outro exemplo:

Os dois, *dois*, julgamentos de Simpson;

Violando normas internacionais, o uso, além das algemas, de correntes ou ferros para as pernas nas mulheres presas. Chegam a ser acorrentadas durante a ida para o hospital, quando em trabalho de parto e logo após o bebé nascer! (Relatório das Nações Unidas, referido em notícia de jornal diário *Público* (31/3/99);

O Caso Starr versus Clinton, telenovalesco e pornográfico, com dispêndio de meses e milhões, a arrastar um ridículo a roçar o trágico de definições e estudos analíticos, à exaustão, do que é e não é uma relação sexual;

A crueldade da aplicação da pena de morte em muitos Estados da União, a abranger menores que «só» terão de aguardar, em qualquer corredor da morte, o dia da maioridade para sofrer a execução da pena capital.

Internacionalmente, podemos ordenar em listagem não exaustiva alguns elucidativos exemplos, recentes:

Invasões dos minúsculos estados de Granada e do Panamá;

Apoios a ditadores e à instauração de ditaduras, como no caso Pinochet;

Auxílios sem limites em guerras civis ao lado errado, como no Afeganistão, a levar ao poder os mais obscurantistas e fanáticos, os talibans, sobre um país destruído, em ruínas, em termos humanos e materiais;

Suporte de um Israel contra os Palestinos, não obstante todas as resoluções da ONU e o sacrifício de populações inteiras que vão sendo desalojadas e encarceradas;

Imposição de bloqueios, contra a opinião mundial, levando o sofrimento e a fome a milhões de pessoas como nos casos de Cuba e Iraque;

Agressões discrecionárias à bomba à Líbia e no Iraque escudadas em sofisticadas tecnologias;

Políticas dúbias em África, como em Angola, eternizando a miséria e o esfacelo de populações inteiras, continuando a fornecer armas e auxílios ao arripio de decisões das Nações Unidas. Poderemos juntar nomes: Ruanda, Congo,

Serra Leoa, Etiópia, Somália;

Certamente uma má consciência em relação à enormidade do genocídio do Camboja de Pol Pot;

Certamente remorsos quanto ao morticínio atómico de Hiroshima e Nagasaki;

E certamente o pesar da tentativa de reduzir a cinzas o Vietnã com as pessoas lá dentro;

A permanente lembrança da exploração da miséria de tantos países das Américas, da Ásia e das Áfricas;

A atitude benevolente perante o esmagamento dos curdos pela Turquia, membro da NATO;

O papel desempenhado face à questão Indonésia – Timor-Leste, desde há 25 anos.

Que donos do mundo são estes?!

Para fecho, chamo a mim a crónica de Maximiano Gonçalves na Antena 2, em 16 deste mês de Abril, que se afirma à maneira de Catão, ao terminar todas as suas intervenções, querer repetir, repetir e voltar a repetir: «Acabem com a cobarde agressão contra a Jugoslávia.»

Ruas e avenidas, parques e jardins, o coração do povo

Lugares da festa de Maio

Este ano, em Lisboa, a CGTP volta a comemorar o Primeiro de Maio na Alameda Afonso Henriques, depois do desfile subir a Avenida Almirante Reis, desde o Largo do Martim Moniz. Tinha sido em 1995 a última vez que o Dia do Trabalhador fora festejado neste local. Nos três anos seguintes, o desfile foi feito do Campo Pequeno para a Alameda da Cidade Universitária.

O Dia do Trabalhador de 1974, inesquecível festa de consagração popular da revolução, teve lugar no Estádio 1.º de Maio, que até aí tinha o nome da FNAT, o instituto criado pelo fascismo para tentar domesticar os tempos livres dos trabalhadores. Até 1978, o estádio albergou as comemorações da CGTP. Já nesses anos a Alameda Afonso Henriques estava ligada ao festejos, servindo de local de partida do desfile.

Em 1979, a administração do Inatel recusou a utilização do estádio pela Intersindical Nacional, a pretexto de que também a UGT solicitara as instalações. E o 1.º de Maio da Grande Lisboa mudou-se para os relvados entre o Técnico e a Fonte Luminosa.

Pedimos a José Ernesto Cartaxo que recordasse alguns outros locais por onde Maio tenha andado. Sem dificuldade, contou como, em 1964, viveu o Dia do Trabalhador na baixa lisboeta: «Na altura, mais do que três pessoas já era um ajuntamento, proibido, e o pessoal foi-se encostando às paredes, aos candeeiros, ali pelo Rossio. Havia uns olhares comprometidos, não se sabia quem estava ali para o 1.º de Maio e quem estaria ali por outros motivos, para espiar, para desestabilizar. A dada altura, alguém arrancou com a palavra de ordem, "juntemo-nos, juntemo-nos", e gerou-se ali um movimento bastante

forte. Não sei de onde, surgiram papéis pelo ar, panfletos contra a carestia, contra a guerra colonial... Depois veio a Polícia de Intervenção, que tratou logo de reprimir e desfazer a manifestação.»

Ulisses Garrido, por seu turno, relatou que, ainda miúdo, na década de 60, «ia com o meu pai, metalúrgico de Castelo Branco, à festa do Dia de São José Operário, a 1 de Maio. A pretexto do São José, os trabalhadores faziam uns piqueniques, onde havia sempre alguém que, a dada altura, juntava o pessoal todo e lá fazia o discurso sindical, sobre o 1.º de Maio. As pessoas trabalhavam, iam chegando à mata à medida que acabavam o trabalho nas empresas. Havia metalúrgicos, havia tipógrafos, o meu avô ia com outros sapateiros e artesãos.»

E nem quer lembrar um Maio «particularmente difícil»: «Não sei já o ano, mas sei que choveu imenso, eu olhava lá de cima do palco, na Alameda Afonso Henriques, e não via ninguém para o comício. Sem se perceber como, a chuva de repente parou, até veio ainda um bocado de sol, o terreno estava todo enlameado mas as pessoas avançaram e ainda acabou por ser uma boa jornada, com bom ambiente e muita participação.»

Não tanto pelo local, mas por não menores motivos de interesse, José Ernesto Cartaxo conta ainda como a revolução se veio cruzar com a preparação do Maio de 1974. Na altura, Cartaxo estava impedido de exercer direitos políticos, depois de ter sido preso pelas suas actividades como sindicalista e comunista. Mas, mesmo sem cargos de direcção, fazia parte de um grupo de trabalho do sindicato dos Metalúrgicos. «Na noite de 24 para 25 de Abril, eu e alguns camaradas com responsabilidades sindicais tínhamos tido uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos, uma reunião muito alargada, onde se discutiram os conflitos e lutas laborais que então estavam a decorrer e onde se preparou o 1.º de Maio, que era já na semana seguinte. Saímos dali todos com uma carrada de propaganda para o 1.º de Maio. Discutiui-se um problema interessantíssimo, que era a greve de 24 e 25 de Abril na Mague, uma empresa de ponta e que tinha na altura 2700 trabalhadores.»

Nessa noite, saiu também dos quartéis o Movimento das Forças Armadas. Poucos dias depois, como noutras localidades, em Vila Franca de Xira «tivemos conhecimento de que existia, na Câmara Municipal e no Governo Civil, uma lista de nomes ligados à preparação do 1.º de Maio». Se não fosse a revolução, muitos destes nomes iriam juntar-se àqueles que incluem a prisão entre os locais onde já comemoraram o Dia do Trabalhador.



O 1.º de Maio de 1974 no Porto

Programa das comemorações

Maio é festejado em liberdade pela 25.ª vez em Portugal. Com destaque para a capital e os maiores centros urbanos, a CGTP divulgou um programa de comemorações onde figuram mais de 50 localidades.

Em Lisboa, as comemorações do Dia do Trabalhador começam às 9 horas, no Estádio 1.º de Maio, de onde parte a 17.ª edição da corrida internacional. No Martim Moniz, a concentração está marcada para as 15 horas, partindo depois o desfile para a Alameda, onde tem lugar o comício sindical, com intervenção de Manuel Carvalho da Silva. A festa seguirá com o grupo musical «Ó da Gaita» e a banda e orquestra da Sociedade Euterpe Alhandrense. À noite, na Videoteca Municipal (Largo do Calvário), é feita a primeira apresentação pública do documentário «25 anos do 1.º de Maio em Liberdade».

No Porto, as iniciativas decorrem na baixa. Às 10 horas parte a corrida, da Praça Humberto Delgado, onde decorre uma manhã infantil. Pelas 15 horas, realiza-se o comício. Há ainda um desfile pelas ruas da baixa e um espectáculo com os «Navegante».

Trabalhadores do concelho de Setúbal concentram-se às 15 horas de sábado, no Jardim do Quebedo, desfilando até à Avenida Luísa Todi, para onde está marcado um espectáculo. Ainda no distrito, há iniciativas em Alcácer do Sal, Casebres, Grândola, Santiago do Cacém, Santo André, Sines e Cercal do Alentejo.

«Malagueira Rock» é o festival que abre os festejos em Évora, amanhã à noite, na Praceta José Afonso. Sábado de manhã, na Praça do Giraldo, há animação cultural, com bandas e fanfarras, o grupo coral «Pastores do Alentejo» e os «Rodapé». Às 12 horas, parte o desfile para o Jardim Público, onde às três da tarde tem lugar o comício, seguido de música popular e folclore, até às oito da noite.

No distrito de Beja, destacam-se as iniciativas na capital: caravana automóvel, com partida às 9.30, junto às piscinas municipais; desfile de grupos corais, espectáculo musical, intervenções de dirigentes da USB e da CGTP, baile popular, animação cultural e jogos tradicionais, tudo no Parque das Merendas, a partir das 13.30 horas. Mas estão anunciadas iniciativas também em Aljustrel (Represa da Mina) e Pias (Barragem do Enxoé, Margem Esquerda).

Uma sessão solene marca 1 de Maio em Portalegre (16 horas, no Sindicato dos Corticeiros), distrito onde ainda estão anunciadas comemorações em Elvas, Ponte de Sor, Montargil, Monforte e Avis. O programa incluiu ainda um colóquio, a 25 de Abril, em Fronteira.

Duas exposições no Jardim da Associação Académica iniciaram, sexta-feira passada, o Maio de Coimbra. No Dia do Trabalhador, propriamente dito, o programa começa às 9.30, no Largo da Portagem, de onde parte a 21.ª volta à cidade a correr; depois das 14.30 parte da Praça da República a manifestação de trabalhadores, em direcção ao Parque da Cidade, onde terá lugar um festival de folclore e música popular. Na Figueira da Foz há, de manhã, petanca (3.º grande prémio do 1.º de Maio, no Jardim Municipal) e atletismo (20.ª volta à cidade, com partida da Rua da República); de tarde, a festa decorre no Jardim Municipal.

Em Aveiro, Maio é comemorado entre a Avenida Lourenço Peixinho (corrida, às 9.30 horas, e concentração de trabalhadores, às 15.30) e o Largo do Rossio (comício-festa, às 16.30, no final da manifestação, com intervenção de um dirigente da CGTP e as actuações de Jorge Lomba e do grupo «Trovas ao Vento»).

Faro leva Maio para a Alameda João de Deus, com actividades desde as 10 horas até ao sol-posto. Começando uma hora mais

cedo, Torres Vedras concentra as comemorações no Parque do Choupal. O Parque de Santa Catarina alberga as comemorações no Funchal. O Campo de S. Francisco (Praça 5 de Outubro) reúne os sindicalistas de Ponta Delgada.

Leiria tem uma manhã infantil no Largo do Jardim. A manifestação parte, depois das 15 horas, do Teatro José Lúcio da Silva para o Largo Paulo VI.

Em Santarém, o 1.º de Maio é no Parque Sá da Bandeira, com actividades desportivas de manhã e, de tarde, a chegada do desfile vindo do Campo da Feira. Sexta-feira à noite há um espectáculo no Centro Cultural do Entroncamento.

Na Praça da República, em Viana do Castelo, realiza-se um baile popular, na sexta-feira à noite; é ali que decorrem as iniciativas de sábado à tarde, depois de uma manhã desportiva no Jardim Público. Em Guimarães os carros alegóricos concentram-se junto ao ex-matadouro, às 14.30, desfilando depois até ao Largo do Tournal. Às 15 horas, há comemorações em Felgueiras (frente à Câmara Municipal) e Santo Tirso (Parque dos Carvalhais).

Vila Real comemora Maio com uma concentração-festa na Avenida Carvalho Araújo, sábado à tarde. Há desporto e festa também em Chaves e na Régua. No distrito de Viseu estão anunciadas iniciativas no dia 1.º de Maio em Lamego (no parque Isidoro Guedes), em Mangualde (Largo da Câmara), Castro d'Aire e na capital (desporto, de manhã, no Inatel e no parque da cidade, e concentração-espectáculo, de tarde, no Rossio). Castelo Branco tem marcado um comício-festa para as 16 horas, frente à Câmara; às 17 horas realiza-se também um comício-festa na Praça do Município da Covilhã, e para as 10 horas está prevista uma manifestação em Tortosendo. Maio é comemorado igualmente em Unhais da Serra, nas Minas da Panasqueira e em Proença-a-Nova.

O confessor

O reverendo Jesse Jackson, em tempos, chegou a tentar ser o candidato do Partido Democrático às eleições presidenciais dos EUA, na ilusão de que, sendo negro, talvez obtivesse o apoio da *nomenklatura* do partido, dado o peso eleitoral dos afro-americanos nos *scores* dos democratas. Desfeitas as ilusões (os brancos norte-americanos, mesmo democratas, não brincam em serviço), desembocou numa amizade pessoal com o actual presidente Bill Clinton, para cujas vitórias nas eleições presidenciais contribuiu decisivamente com o seu apoio. A amizade parece ser grande, dado ter-se igualmente transformado no confessor religioso de Clinton, ao ponto - segundo as crónicas mundanas - de ser o esteio anímico do presidente nas crises sexojurídicas em que se deixou enredar.

Agora, o reverendo Jesse Jackson tomou mais uma iniciativa: propôs ao seu amigo Clinton ir, ele próprio reverendo Kackson,

PONTOS CARDEAIS

avistar-se com Slobodan Milosevic (a actual encarnação do demónio, no jargão dos EUA) para o convencer a arrear caminho e «permitir» uma solução para o Kosovo. Se dúvidas havia, aqui está um desenvolvimento insofismável: os EUA querem mesmo transformar a monstruosa agressão à Jugoslávia numa espécie de «guerra santa». O pior é que a generalidade das Igrejas não está pelos ajustes e tem condenado, sem reticências, a brutal campanha da NATO. Ora não é com um reverendo que se faz de uma guerra suja uma «guerra santa», mesmo sendo ele confessor e amigo pessoal do grande mandante desta monstruosidade.

Os parques

Mantendo-nos ainda nos EUA, surgiu também a

notícia de que os Parques Naturais dos Estados Unidos estão ameaçados de várias e graves maleitas - poluição, excesso de visitantes, operações imobiliárias devastadoras, etc. A denúncia veio da Associação Nacional de Conservação de Parques Naturais (NPCA, na sigla em inglês) e afirma que há, pelo menos, 10 grandes Parques Naturais ameaçados, incluindo alguns dos mais célebres e emblemáticos, como o do *Grand Canyon*, uma das grandes maravilhas naturais do mundo, e o de *Yellowstone*, o tal que tem bosques de sequóias (árvores gigantes e pluricentenárias) e os famosos *geysers* (erupções regulares de água quente). Mas o desastre espalha-se por todo o país, desde o Alasca até ao Hawaii, passando pela Carolina do Norte, a Florida ou o Novo México.

Feito o diagnóstico, a

NPCA atribui responsabilidades aos promotores imobiliários e a vários outros interesses privados que, como sempre, se estão nas tintas para tudo o que não tenha a ver com a acumulação de lucros, fáceis de preferência, ignorando olímpicamente o interesse público ou, mesmo, a própria sobrevivência do planeta. Mas não é aí que faz o maior acento. A grande crítica da NPCA vai, desesperada, para a falta de fundos federais que permitam uma acção concertada e permanente na defesa ambiental destes lugares privilegiados. Só é pena que o desespero da NPCA não consiga perceber e afirmar que, apenas um dia de bombardeamentos da Jugoslávia, custa aos «dinheiros federais» dos EUA uma verba mais que suficiente para garantir a preservação e a defesa de todos os Parques Nacionais durante um ano inteiro...

Armas

Ocorreu esta semana um facto pouco comentado: o envio «discreto» de armamento português para a Macedónia, no quadro de uma cada vez mais provável e próxima ofensiva terrestre da NATO contra o Kosovo. Afinal o que é isto? Primeiro, o Governo de António Guterres enfiou Portugal directamente na agressão da NATO à Jugoslávia sem passar cartão a ninguém, aparecendo quase duas semanas depois a explicar o inexplicável. Será que, agora, já enfiou Portugal na ofensiva terrestre mesmo antes dela começar?

«Pactos»

Desasado pelo seu permanente contorcionismo político que, dia a dia, o deixa mais isolado, Paulo Portas já se tornou frenético nas patacoadas que, quase diariamente, lança ao vento na suposição de que sejam tomadas por ideias. A última foi a de um «pacto nacional» entre todos os partidos em relação à União Europeia, para que o país «fale a uma só voz» na defesa dos seus interesses. Vinda de um homem que, em alguns meses e só nesta matéria, passou de «antieuropéista» a comunitário convicto, a proposta tem toda a lógica: caso se concretizasse, ao menos daria oportunidade a que Portas encontrasse, finalmente, alguma estabilidade naquilo que politicamente diz.

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Maio Amai-o Areias de ouro

Acima, acima gageiro
acima do vértice astral
vê se vês franjas de fogo
nos lábios de um laranjal
vê se vês quem anda perto
rondando no meu portal
vai dizer-lhe que entre, que entre
mas que antes me dê sinal
que eu não quero ter comigo
senão quem me possa olhar
que eu não quero quem me diga
sem lhe eu poder dizer al
acima, acima gageiro
acima ao vértice astral
e nas lágrimas moídas
e na sombra do luar
vê, que eu vi, areias de ouro
nas costas de Portugal

à vista de Portugal

O anjo

(à União dos Sindicatos de Braga)

Um anjo, aquele menino
hirto, em sentido, calado
cipreste de algum destino
arrumadinho e fardado.

Sorri às vezes e a graça
daquele sorriso aos tombos
lembra a merdinha que os pombos
poisam na gente que passa.

O anjo desce das cristas
das auras celestiais
e leva as malas brutais
dos burgueses, dos turistas.

Aquela farda tão viva
com uns olhinhos sem fel
fica tão decorativa
à porta do Grande Hotel!

Hirto, em sentido, calado
enfiado na jaqueta
anjo que diz obrigado
quando recebe a gorjeta.

Primeiro de Maio

Meu Primeiro:
apresenta-se o soldado Castrim
com um celeiro
de sonhos de jardim.

Venho pôr
ao serviço da luta e da festa
tudo o que eu for
que é tudo o que me resta.

Recuso
a reforma
uso
o poema como norma.

Diário?
O erguer da bandeira.
Horário?
Honrar a patente
das traves mestras
a vida inteira
(infelizmente
não farei horas extras).

Meu Primeiro:
com sonhos de jardim
no pobre celeiro
apresenta-se o soldado Castrim.
Sempre com a mesma farda.
Seja para o que for.

Com uma espingarda
no cano de cada flor
da paz de cada canteiro.

Às ordens, meu Primeiro!

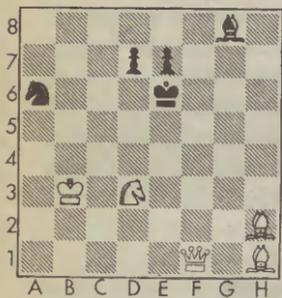
XADREZ

DCCV - 29 DE ABRIL DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999X16

Por: Stefan Schneider

2.º Prémio «Schach» - 1955

Pr.: [5]: Ps. d7, e7 - Ca6 - Bg8 - Ré6
Br.: [5]: Cd3 - Bs. h1, h2 - Df1 - Rb3



Mate em 4 [quatro] lances

SOLUÇÃO DO N.º 1999X16 [S. Sch.]

1. Cf4+, R-; 2. C66+, R:é6; 3. Bd5+, R:d5; 4. Dç4 #

A. de M. M.

DAMAS

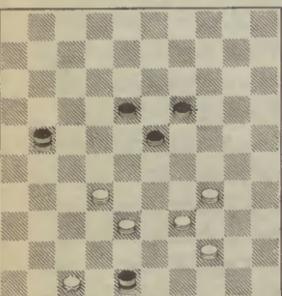
DCCV - 29 DE ABRIL DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999D16

Por: ?

«L'Effort n.º 70», [F.], I-II - 1960

Pr.: [5]: 18-19-(21)-23-(48)

Br.: [6]: 32-34-38-39-44-47



Branças jogam e ganham

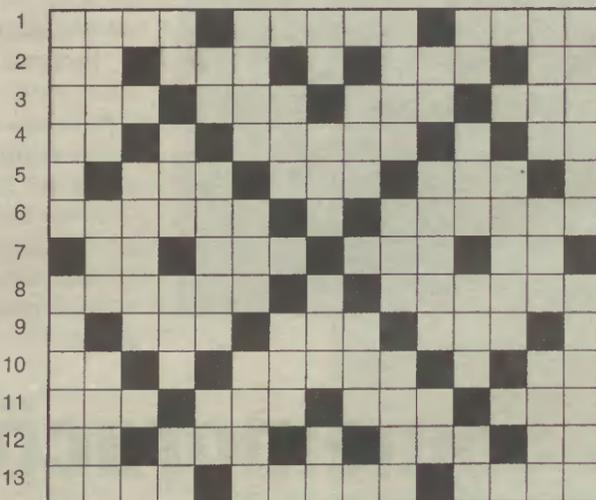
SOLUÇÃO DO N.º 1999D16 [N. N.]

1. 47-42!; (48x28); 2. 36-33!; (21x29); 3. 33x33 +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Pano estreito que os indígenas dos dois sexos usam preso na cintura; educando; cada uma das extremidades do eixo imaginário da Terra. 2 - Sufixo nominal, de origem latina, com sentido diminutivo e por vezes pejorativo; emissão de voz; o bagoço de que se faz a água-pé; também (arc.). 3 - Pequeno poema da Idade Média, narrativo ou lírico, em versos octossilábicos; óxido de cálcio; passa para fora; bago da videira. 4 - Artigo antigo; concordância dos sons finais de dois ou mais versos (pl.); suf. de agente. 5 - Tomba; ilha do arquipélago de Cabo Verde; acolá. 6 - Apurar; respeitam. 7 - Astatino (s. q.); sinal gráfico que serve para nasalar a vogal a que se sobrepõe; pássaro; sufixo nominal de origem latina, que forma topónimos e também substantivos diminutivos. 8 - Má sorte (pl.); oprimir. 9 - Rasteiro; a barlavento (náut.); remoinho de água (prov.). 10 - Antiga nota dó; separa; carta de jogar. 11 - Possui; o m. q. tris; ferro temperado; elemento de formação que indica fibra. 12 - Rádio (s. q.); hora canónica; vazio; Astatino (s. q.). 13 - Solitária; zombar; planta do pé.

VERTICAIS: 1 - Cavalgadura pequena, ordinária; ave de rapina. 2 - Conductor de palanquim, na Índia; executa; maquinismo para tecer. 3 - Mencionar um texto. 4 - Ósmio (s. q.); universalidade (prof.); arguido; Sódio (s. q.). 5 - Partícula afirmativa do dialecto provençal; barcos de recreio; o m. q. porco. 6 - Estimar muito; gracejas; irritam. 7 - O m. q. lírio; empunhei. 8 - O primeiro de todos os números; enfermidade; cada um dos anéis de uma cadeia; Califórnia (s. q.). 9 - Condimento; carta ou documento escrito numa só folha. 10 - Pote de barro (ant.) (pl.); insignificância (fig.); ave de rapina do género falcão. 11 - Dois romanos; gesto com a cabeça ou com as mãos para chamar a atenção de alguém; língua que se falava outrora ao sul de Loire (França). 12 - Utensílio de cozinha; ilharga; nome de letra; aqueles. 13 - Repete. 14 - Transporte; eleva; anual. 15 - Discursaram; galhofa.

SOLUÇÃO:
anal. 15 - Oraram; risola.
10 - Olat; avo; cor. 11 - Il; aceno; oc. 12 - Pa; alay; ele; os. 13 - Iera. 14 - Levo; alay.
5 - Oc; lates; to. 6 - Am; rts; tram. 7 - Lis; asi. 8 - Um; mal; ele; Cf. 9 - Sal; ola.
VERTICAIS: 1 - Piteca; abute. 2 - Am; faz; tear. 3 - Citar. 4 - Os; pan; réu; Na.
Ar. 13 - Erna; mol; sola.
oner. 9 - Ré; aló; ola. 10 - U; isola; ás. 11 - Tem; tri; ago; mo. 12 - Ra; moa; oco.
4 - El; rmas; or. 5 - Ca; Sal; ali. 6 - A; rmar; acatam. 7 - Ar; ill; ave; el. 8 - Azar; s;
HORIZONTAIS: 1 - Paço; aluno; pólo. 2 - Im; som; lia; er. 3 - Lat; cat; sat; uva.

AGENDA

Parlamento Europeu**LISBOA**

Acção dirigida às mulheres trabalhadoras com Ilda Figueiredo e Manuela Cunha

7h30 - Av. República - Distribuição

de documentos CDU às mulheres

9h - Visita à Samsung

12h15 - 24 Julho - Distribuição

de documentos junto Min. Educação

15h - Encontro com a Comissão de Mulheres

da CGTP-IN

17h30 - Alhos Vedros - Encontro com operárias

têxteis e outras trabalhadoras na Soc. Filarm.

e Recreativa Alhos Vedrense (Velhinha)

PARIS

Encontro CDU França

com Ilda Figueiredo e Fátima Garcia

Dia 2 de Maio, 15h - 120, Rue La Fayette

AGUALVA-CACÉM

Hoje, dia 29, 21h, na Junta de Freguesia

Debate sobre o PE com Sérgio Ribeiro

COSTA DE CAPARICA

Dia 2, 13h, no Grupo Amigos da Costa

Almoço-convívio com pescadores

com a participação de Honório Novo

ESPINHO

Dia 3, 20h, nos Bombeiros Voluntários

Jantar CDU com Ilda Figueiredo

e Alcina Fernandes

MEALHADA

Dia 3, 15h, na Esc. Secundária da Mealhada

Debate com Ilda Figueiredo sobre questões

da Europa, organizado pelo Clube

Europeu da Escola

OVAR

Dia 3, 21h30, no Orfeão de Ovar

Sessão pública sobre «A Construção Europeia»

com Ilda Figueiredo e Alcina Fernandes

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Dia 30, 21h30, no Auditório Municipal

Debate sobre Moeda Única e Eleições 99

com Honório Novo e António Bogalho,

presidente da CM

Excursão a CUBA

organizada pela DORS no quadro

da Campanha Nacional de Fundos

22 a 29 de Junho

3 dias em Havana - 3 dias em Varadero - Visita a Viñales

Alojamento em meia-pensão/pensão completa

(Informações: Cam. Maria Adelaide, tel 065.526123,

fax 234305)

*

Participa na

BRIGADA EUROPEIA JOSÉ MARTI

12 de Junho a 3 de Julho

em Acampamento Internacional perto de Havana

TRABALHO VOLUNTÁRIO-VISITAS-DEBATES-NOITE

EUROPEIA-MÚSICA

(Inscrições até 15 de Maio na Ass. Amizade Portugal-Cuba -

tel. 01.3857305)

*

Mini-férias em LA MANGA (Espanha)

18 a 27 de Junho

promovidas pela Com.de Iniciativas da Penha

de França do PCP

La Manga Del Mar Menor-Madrid-Toledo

Visitas a Múrcia e Cartagena

(Inform. e inscrições: tel. 01.8138119)

TEMPO DE ANTENA

Em nome da razão e da paz

**NÃO
À GUERRA!**

**AMANHÃ
RTP-1**

(Após o Telejornal das 20.00 h)

Guerra na Jugoslávia**Sessões-debate**

- em Vila do Conde - Convento do Carmo com CÉSAR PRÍNCIPE, jornalista
Sexta, dia 30, às 21h30
- em Vila Nova de Gaia - Assembleia Municipal com DOMINGOS LOPES, da Secção Intern. do PCP e JÚLIO ROLDÃO, jornalista
Sexta, dia 30, às 21h30
- em Lisboa - Sede da JCP com ALBANO NUNES, do Secretariado do CC do PCP
Sexta, dia 30, às 21h30

*

**PELA PAZ
NÃO À GUERRA**

Sacavém

Largo 5 de Outubro
30 Abril - das 21 às 24h

VIGÍLIA

leva e acende uma vela

PELA PAZ

Delegações sindicais concelho Loures (CGTP-IN)
Sport Clube Sacavenense
Academia Recr. e Musical de Sacavém
Associação dos Amigos e Naturais de Loriga
Liga dos Amigos da Mina de S. Domingos

Greves**de 8 e 9 de Maio de 1944**

Exposição documental na Galeria da Junta de Freguesia de Alhandra
30 de Abril a 9 de Maio

Sessão-debate

7 de Maio - 21h

no Centro de Convívio dos Reformados

(CURPIFA)

com a participação de

Dias Lourenço - Guy Lourenço - Pedro Neto

25Abril**TOMAR**

Vila Nova - Paialvo

Domingo, 2 de Maio, às 13h

Por Abril. Por uma política de esquerda

Convívio, com

CARLOS CARVALHAS

*

ALCOCHETE

Sexta-feira, 30

Restaurante «A Taverna» - 19h30

Jantar comemorativo

Galeria da Câmara Municipal - 21h30

Evocação de Estêvão Giro,

jovem operário de Alcochete,

assassinado em Lisboa

em 1962 durante a manifestação do 1.º de Maio

Participação de Dias Lourenço

*

BARREIRO

Segunda-feira, 3 de Maio, 21h30

Conferência na Sociedade "Os Franceses" com

ÁLVARO CUNHAL

«25 de Abril. 25 anos»

*

BRAGA

Quinta, 29, às 18h

Auditório da Casa dos Crivos

Apresentação do vídeo «Imagens inéditas

- os primeiros dias da Revolução

em Braga e Guimarães»

*

PALMELA

Sexta, 30, às 20h

Quinta dos Melros

Jantar-convívio com Jorge Pires

*

PORTO

25 de Abril visto por Álvaro Cunhal

Rivoli - Quarta-feira, 5 de Maio, 18h

promovido pela Câmara Municipal do Porto

DEBATES

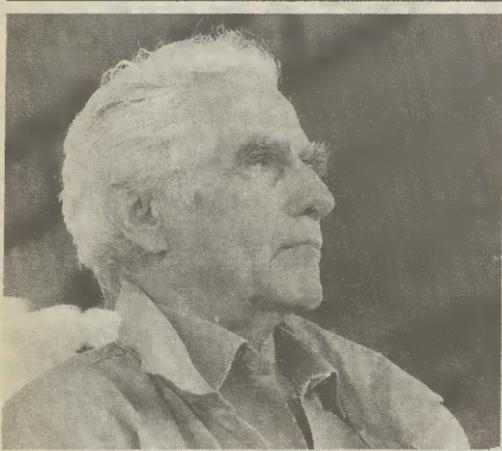
Sobre a problemática da globalização

Conferência-debate com Agostinho Lopes no Vitória-Espaço Cultural, hoje, dia 29, às 21h

Sobre a situação política e as propostas do PCP

Sessão pública com Jerónimo de Sousa no Grupo Desportivo de Periscope, sexta-feira, dia 30, às 21h

TELEVISÃO



Grande entrevista - na próxima quinta-feira, dia 6, Álvaro Cunhal responde a Judite de Sousa, na RTP1

Quinta, 29

RTP 1

- 08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 As Lições do Tóncas
21.40 Maria Elisa
23.30 Miguel Ângelo ao Vivo
00.45 24 Horas
01.45 Conflito Mortal
(de Charlton Heston, EUA/1988, com Charlton Heston, John Gielgud, Vanessa Redgrave. Histórico)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.45 Dick Tracy
(de Warren Beatty, EUA/1990, com Warren Beatty, Al Pacino, Madonna, Charlie Korsmo, Dustin Hoffman, Charles Durning. Ver Destaque)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.05 Conquistadores
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Detritos de Amor
(de Werner Schroeter, Fr.Alem./1996, com Anita Cerqueti, Marha Moedl, Rita Gorr, Katherine e Kristine Clesinski. Ver Destaque)

SIC

- 08.00 Buêrére
10.30 Juiz Decide
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Malucos do Riso
15.30 Fátima Lopes
17.35 Meu Bem Querere
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Um Sarilho Chamado Marina
21.30 Conversa da Treta
22.00 Suave Veneno
23.00 Esta Semana
00.45 Médicos sem Fronteiras
01.50 Último Jornal
02.55 Vibrações

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.00 A Lenda de Guilherme Tell
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Warlock, Conflito Final
(de Anthony Hickox, EUA/1995, com Julian Sands, Chris Young, Paula Marshall. Fantástico)
24.00 Terra: Conflito Final
01.00 Doido por Ti
01.40 Desporto



O futebol italiano continua a estar regularmente na TVI

Sexta, 30

RTP 1

- 08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.05 Uma Casa em Fancos
22.10 Conde Monte Cristo
00.15 24 Horas
01.15 NBA

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.45 Bonanza
16.30 Encontros Imediatos
17.30 Euronews
18.00 Programa Religioso
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.55 Basquetebol
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Noites Brancas
(Longa-metragem: Dossier Pelicano, de Alan J. Pakula, EUA/1993, com Julia Roberts, Denzel Washington, Sam Shepard, John Heard, John Lithgow. Ver Destaque)

SIC

- 08.00 Buêrére
10.30 Juiz Decide
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Malucos do Riso
15.30 Fátima Lopes
17.35 Meu Bem Querere
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Ponto de Encontro
22.30 Suave Veneno
23.50 Vingança Sem Rosto
(de Sam Raimi, EUA/1990, com Liam Neeson, Frances McDormand, Colin Friel, Larry Drake, Acção / Ficção Científica)
02.00 Último Jornal
02.35 Repórter Indiscreto
(de Howard Franklin, EUA/1992, com Joe Pesci, Barbara Hershey, Brian Travis Smith, Richard Riehele. Ver Destaque)

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.00 A Lenda de Guilherme Tell
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.45 Os Reis da Música Nacional
24.00 Conflito de Rivais
(de Christopher Coppola, EUA/1993, com Michael Biehn, Nicolas Cage, James Coburn, Peter Fonda. Acção)
02.00 Doido por Ti
02.30 Ponto Final

Sábado, 1

RTP 1

- 08.00 Infantil/Juvenil
11.20 Companhia dos Animais
12.00 Automobilismo
- GP de S. Marino (Treinos)
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top+
15.00 Amigos
15.55 Musical: «Cats»
18.45 Santa Casa
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: U. Leiria-Sporting
23.00 Já que Falamos de Sexo
00.35 24 Horas
01.15 Ciclismo
01.20 Assalto à 13.ª Esquadra
(de John Carpenter, EUA/1976, com Austin Stoker, Farwin Joston, Laurie Zimmer, Martin West. Acção)
03.00 Dark Star
(de John Carpenter, EUA/1974, com Brian Narelle, Dre Pahich, Cal Kuniholm, Dan O'Bannon, Miles Watkins. Ficção Científica)
04.00 O Tempo

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
12.00 Cidade Louca
13.00 Contos Assombrosos
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.05 2001
19.45 Onda Curta
(Curtas Metragens)
20.15 Horizonte
20.55 O Caminho das Estrelas
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.35 Allô, Allô!
00.05 Big Train
00.35 Absolutamente Fabulosas
01.05 A Companhia dos Lobos
(de Neil Jordan, Gr.Br./1984, com Angela Lansbury, David Warner, Graham Crowden, Brian Glover. Terror / Fantástico)

Domingo, 2

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
12.30 Jornal da Tarde
13.00 Automobilismo
- GP S. Marino
15.00 Made in Portugal
16.15 Série não designada
17.10 Ferro e Fogo
18.20 Anúncios de Graça
18.55 GLx
19.30 Domingo Desportivo I
20.00 Telejornal
21.20 Jet 7
21.50 Débora
22.30 Atlântico
23.30 Domingo Desportivo II
01.00 Perigo Iminente
02.20 24 Horas

RTP 2

- 09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Planeta Ustinov
12.20 Heróis em Acção
13.10 Ekhaya
14.00 Rotações
14.30 Desporto 2
18.05 Ladrão que Rouba Ladrão



Rita Ferro Rodrigues apresenta agora «A Ferro e Fogo»



Gérard Dépardieu e Ornella Muti, intérpretes da série «O Conde de Monte Cristo»

SIC

- 08.00 Buêrére
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Sahara
(de Brian Trenchard Smith, EUA/1995, com James Belushi, Alan David Lee, Simon Westaway. Guerra)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Pequenos e Terríveis
23.10 Mulher
00.10 O Sexo e a Cidade
00.45 Eclipse Total
(de Taylor Hacıf, EUA/1995, com Kathy Bates, Jennifer Jason-Leigh, Christopher Plummer. Drama)
03.00 Último Jornal

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
09.50 Animação
12.40 Top Rock
13.30 Contra-Ataque
14.55 Acção em Acaapulco
15.50 Marco Polo
(de Raf Bukae, EUA/1995, com Shuli Rand, Avital Dicker, Peter Firth. Aventuras / Histórico)
17.30 Mudanças
(de Charles Jarrott, EUA/1991, com Cheryl Ladd, Michael Nouri, Christopher Garin, Rande Heller. Drama)
19.15 Operação Toucinho Canadiano
(de Michael Moore, EUA/1995, com Alan Alada, John Candy, Rhea Peerlan. Comédia)
21.00 Directo XXI
22.00 O Dia da Justiça
(de Stephen Tolkin, EUA/1998, com Christine Lahti, Mary Kay Place, Barry Corbin. Drama)
24.00 Mississippi Selvagem
(de Paul Warner, EUA/1994, com Stephen Baldwin, Sheryl Lee, Mickey Rourke. Acção)
01.45 A Esquadra de Brooklyn

- 19.00 Jornal de África
19.40 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «Winton Marsalis»
21.00 Histórias do «Muro»
22.00 Jornal 2
22.35 Horizontes da Memória
23.05 Olhos nos Olhos

SIC

- 08.00 Buêrére
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Academia de Polícia 3
- De Volta aos Treinos
(de Jerry Paris, EUA/1986, com Steve Gutenberg, Bubba Smith, David Graf. Comédia)
16.00 Buffy, Caçadora de Vampiros
18.00 Crocodilo Dundee
(de Peter Faiman, Austrália/1986, com Paul Hogan, Linda Kozlowski, John Meillon. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Fura Vidas
21.30 Chuva de Estrelas (Final Nacional)
23.00 Hilda Furacão
24.00 Homens à Parte
(de Herbert Ross, EUA/1994, com Whoopy Goldberg, Mary Louise Parker, Drew Barrymore. Ver Destaque)
02.00 Último Jornal
02.30 Futebol: Benfica-Campomaiorense

TVI

- 09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.10 Missa
13.00 Os Últimos Paraísos na Terra
14.00 A Colina das Viúvas
(de John Irwin, EUA/1994, com Mia Farrow, Joan Plowright, Natasha Richardson, Adrian Dunbar. Ver Destaque)
16.00 Uma Mulher em Causa
(de Sandor Stern, EUA/1996, com Veronica Hamel, Pam Dawber, Cynthia Martells. Drama)
17.40 A Melhor Defesa
(de Williard Huyck, EUA/1984, com Dudley Moore, Kate Kapshaw, George Dzundza, Eddie Murphy. Comédia)
19.30 Futebol (Campeonato de Itália)
21.15 Directo XXI
22.00 Culpado ou Inocente
23.00 Justiça Desesperada
(de Armand Mastroianni, EUA/1993, com Leslie Ann Warren, Bruce Davison, Annette O'Toole. Drama)
00.50 Projeto Final
(de William Malone, EUA/1995, com Dana Ashbrook, Marshall Bell, Audie England, Paula Marshall. Ficção Científica)

Segunda, 3

RTP 1

- 08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.00 País País
19.05 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.15 Nós os Ricos
21.50 Canções da Nossa Vida
23.15 Guerra Fria
00.15 24 Horas

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.40 Rumo ao Sul
16.35 O Nosso Charly
17.30 Açores
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.00 Hugo
19.30 Um, Dó, Li, Tá
21.00 Portugalmente
21.30 Remate

Terça, 4

RTP 1

- 08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
19.05 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.15 Cromos de Portugal
22.05 Herman 99
24.00 Liga dos Campeões
00.15 Dharma e Greg
00.45 24 Horas
01.25 Sequest, Brigada Submarina

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.50 Luzes da Cidade
(de Charlie Chaplin, EUA/1930, com Charlie Chaplin, Virginia Cherrill, Florence Lee, Harry Myers, Allan Garcia. Ver Destaque)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa

Quarta, 5

RTP 1

- 08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.00 País País
19.05 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.15 Diário de Maria
22.35 Entrevista com o Vampiro
(de Neil Jordan, EUA/1994, com Brad Pitt, Tom Cruise, Kirsten Dunst, Antonio Banderas. Drama / Terror)
00.50 24 Horas
01.40 Ciclismo
01.50 Corrupção e Morte

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
16.45 O Homem Sombra
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá



Mais uma final de «Chuva de Estrelas», onde as imitações são cada vez mais requintadas e algumas vozes são excelentes



Aproveitando a boleia da nomeação de Fernanda Montenegro para os Oscars, a SIC repõe a telenovela «Zázá»

- 18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Um Berço do Mar
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 A Coroa e o País
23.20 Ler para Crer
00.20 A Noite com Jools Holland

SIC

- 08.00 Buêrére
10.30 Juiz Decide
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zázá
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Malucos do Riso
15.30 Fátima Lopes
17.55 Meu Bem Querere
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.10 Suave Veneno
23.20 Culpa Formada
(de Sidney Lamer, EUA/1993, com Rebecca De Mornay, Don Johnson, Stephen Lang. «Thriller»)
01.25 Último Jornal
02.30 Vibrações

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Samantha
16.00 Animação
18.30 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.35 Quero Justiça!
22.00 O Mistério de Lochness
(de John Henderson, EUA/1995, com Ted Danson, Joel Richardson, Harris Yulin. Mistério)
00.10 Os Vigilantes
01.10 Competente e Desacradado
01.40 As Teias da Mafía

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Dick Tracy

(Quinta, 15.45, RTP2)

No meio de tantas estrelas (glosando outros tantos *bandidos*) que povoam este gozado encontro de **Warren Beatty** com a famosa banda desenhada de **Chester Gould**, não há dúvida de que o hilariante papel de **Al Pacino** na pele de *Big Boy Caprice* consegue suplantar-las a todas. Mas este é, apenas, um dos aspectos mais interessantes do filme, naturalmente contando uma história linear à medida da simplicidade e imediatismo do original, mas que tem, na sincopada montagem e no apuro do *grafismo* e do *desenho* dos cenários, para além da imaginativa realização de **Beatty**, os seus pontos mais altos. Um **Warren Beatty**, habitual e desenvolvido criador de figuras de *playboy*, a dar cartas atrás das câmaras em filmes como, por exemplo, *O Céu Pode Esperar*, uma revisão de *Here Comes Mr. Jordan*, de **Alexander Hall**, *Reds*, uma inesperada leitura da revolução russa a partir do olhar de **John Reed**, ou este *Dick Tracy*, um espectacular divertimento que faz passar bem o tempo e ainda tem **Madonna**, armada em cantora de *charme*, a debitar a primor as canções de **Stephen Sondheim**... Que se podia pedir mais?

Detritos de Amor

(Quinta, 22.50, RTP2)

Inédito na televisão portuguesa e até mesmo, porventura, na distribuição comercial cinematográfica, *Detritos de Amor* é uma recriação imaginada e encenada pelo cineasta alemão **Werner Schroeter** de algumas das mais famosas árias de ópera, através das quais o autor



Denzel Washington e Julia Roberts, em «O Dossier Pelicano», de Alan Pakula



Joan Plowright e Natasha Richardson são duas das três intérpretes principais femininas em «A Colina das Viúvas», filme de John Irvin

a conhecer a história ficcionada (mas que retrata exemplarmente uma ocorrência inteiramente verosímil), de uma intriga que envolve o assassinato de dois juizes do Supremo Tribunal de Justiça dos EUA e a aparente cumplicidade do próprio presidente americano, tal como são investigados por uma jovem estagiária de direito. Nos principais papéis, **Julia Roberts** e **Denzel Washington**.

Repórter Indiscreto

(Sexta, 02.35, SIC)

Inspirado na vida real de um famoso fotógrafo, este filme de **Howard Franklin** conta-nos a história e as peripécias de um repórter fotográfico nas ruas de Nova Iorque, em plenos anos 40, em busca de motivos e assuntos escabrosos no submundo da noite que alimentem os seus trabalhos sensacionalistas para os jornais tablóides. Até que o acaso o faz cruzar com uma mulher singular, daqui nascendo um caso de amor que vai ter as mais inesperadas consequências. Com brilhantes interpretações de **Joe Pesci** e **Barbara Hershey**, *Repórter Indiscreto* é um convincente retrato da vida real de uma época, repleta de personagens inimagináveis, e com uma marcante atmosfera, documentada aliás em fotos originais de **Weegee**, embora a história de amor seja um pouco forçada e nem sempre tenha poder para se impor.

A Colina das Viúvas

(Domingo, 14.00, TVI)

A Colina das Viúvas é o nome pelo qual são conhecidas, nesta história, umas termas de **Kilshannon**, na Irlanda do início do século, assim tornadas famosas pelas viúvas e solteironas que aí vivem, assim se tornando objecto de cobiça dos varões que nas redondezas as procuram cortejar. Mas eis que, um dia, surge aí uma jovem viúva americana, de origem irlandesa, que vai perturbar o (apesar de tudo) tranquilo quotidiano das termas, a ponto de se verificar um crime... Uma comédia de época, razoavelmente encenada

por **John Irvin** e, sobretudo, bem interpretada por **Mia Farrow**, **Joan Plowright** e **Natasha Richardson**.

Homens à Parte

(Domingo, 24.00, SIC)

Três mulheres extremamente diferentes entre si tornam-se particularmente amigas e confidentes a partir do momento em que fazem uma viagem através da América. Aqui está um filme com um argumento relativamente falhado mas que também consegue suplantar-se pela elevada qualidade das interpretações principais: **Whoopie Goldberg**, **Mary-Louise Parker** e **Drew Barrymore**.

Sei Para Onde Vou

(Segunda, 02.10, SIC)

«*Nevoeiro, tempestades, águas em fúria, a Natureza em toda a sua plenitude romântica é quase a grande personagem deste filme. Mas a força, a obstinada determinação de Wendy Hiller, a actriz que (Michael) Powell escolheu por causa das suas perfeitíssimas pernas, fazem dela a centralíssima figura: mulher de tudo certa e segura até que a paixão (por um homem, por um lugar, pela Natureza) abala a sua "razão".*» Eis como a **SIC** adequadamente adianta algumas pistas e aguça a curiosidade para um dos melhores filmes da parelha **Michael Powell - Eric Pressburger**, célebre pelo seu invulgar destaque no cinema britânico dos anos 40.

Luzes da Cidade

(Terça, 15.45, RTP2)

Aparentemente disperso, já que construído sobre *sketches* sem ligação directa, este celeberrimo filme de **Chaplin** apresenta, na realidade, uma profunda unidade, sendo que nenhum outro filme do realizador nos surgiu tão dolorosamente romântico e, sobretudo, com tão profunda amargura. **Chaplin** tentou repetir a «receita» mais tarde, em *Luzes da Ribalta*, mas o resultado redundou num melodrama lacrimajante, o que não é aqui o caso, dada a ambiguidade do final. Uma obra-prima, claro!

CABO & SATÉLITE

A dimensão dos iletrados em França

Não é só em Portugal que a chaga cada vez mais profunda da iliteracia é motivo das mais vivas preocupações. Também em França, o número de 6 milhões de iletrados constitui uma chaga social importante - um problema de que nos dá conta o documentário que, sob o título «**France, 6 millions de illettrés**», é hoje transmitido por **La Cinquième**, às 13.30, no espaço «**Justiça e Sociedade**», seguido de um debate. (*La Cinquième*, Quinta-feira, das 13.30 às 15.00)

Maria Schneider num festival francês

Gravado em 9 de Julho de 98, este é o concerto integrado num importante festival francês - o **Festival de Vienne** - e que foi gravado pela televisão com a participação da orquestra de uma das mais interessantes e originais chefes de orquestra, compositoras e orquestradores do jazz norte-americano, **Maria Schneider**. Uma orquestra onde brilham alguns excelentes solistas mas que vale, sobretudo, pelo trabalho orquestral, numa evolução da linha de **Gil Evans**, de quem **Maria Schneider** foi assistente e colaboradora. (*Muzzik*, Sexta-feira, das 20 às 21.50)



Maria Schneider

Um exemplo de autogestão

O documentário de **Jean-Michel Carré** - intitulado «**Charbons Ardents**» (1999, 90 minutos) - que o canal **Arte** transmite amanhã anuncia-se como um documento impressionante em termos de retrato solidário de um caso de despedimento colectivo transformado, através de uma reviravolta estratégica, no sentido da decisão de autogestão pelo sindicato dos mineiros britânicos. É o caso do encerramento da mina pertencente à **British Coal** em **Tower Colliery**, no País de Gales, e de um longo processo de luta ao fim da qual os mineiros se vêem sujeitos

à aceitação do despedimento e das indemnizações. Mas os dirigentes sindicais, e em particular **Tyrone O'Sullivan**, fiel aos seus ideais trabalhistas, resolvem inverter a situação, aceitar as indemnizações e propor o seu investimento na continuação da exploração da mina, melhorando as condições de trabalho e de produtividade, não sem que tenham de defrontar-se com as contradições do processo. (*Arte*, Sexta-feira, das 21.20 às 22.50)



O líder sindical Tyrone O' Sullivan



Uma sequência célebre de «Luzes da Cidade», de Charlie Chaplin

pretende homenagear do mesmo passo cantores e cantoras célebres, no cenário natural de uma abadia. A descobrir.

O Dossier Pelicano

(Sexta, 22.50, RTP2)

O realizador deste filme, **Alan Pakula**, tem-se destacado pela sua aposta na criação de obras cinematográficas pautadas pela denúncia dos abusos do poder, da corrupção e do nepotismo e, em geral, pelas actividades conspirativas e atentatórias das liberdades por parte dos detentores do poder, como foi o caso de *Klute* ou *Os Homens do Presidente*, por exemplo. Aqui, em *Dossier Pelicano*, mais uma vez **Pakula** nos dá

Manobras de Abril

Não há como um aniversário redondo para que as coisas pareçam passar-se de forma diferente.

Neste caso, sem dúvida que a passagem dos 25 anos do 25 de Abril não deixou de despertar nos vários canais televisivos atenções fora do comum e, até, a produção de peças de investigação jornalística e programas evocativos de novo tipo, já não exclusivamente subsidiários das repisadas imagens de arquivo.

Claro que nunca é de mais louvar, numa primeira apreciação mais genérica, o claro esforço de trazer à luz do dia a memória da Revolução dos Cravos e mesmo de alguns aspectos da luta antifascista - como foi, por exemplo, uma entrevista com Jaime Serra há tempos transmitida a propósito do papel da ARA - mesmo que alguns canais não tenham escapado à irreprimível tendência para também não esquecerem o 24 de Abril, nomeadamente ao insistirem em voltar a dar a palavra à desfaçatez impudica e provocatória dos próprios esbirros do regime fascista.

Desprezando esse tipo de emissões que mais não merecem do que a reiterada expressão do nojo, não pode deixar-se de também referir a estranheza que entretanto rapidamente se transformou em espanto face ao esquecimento, nestes últimos dias, de muito do que se relacionasse com os comunistas e o seu partido - isto, independentemente de um notável «Portugalmente» dedicado na semana passada à heróica vila do Couço e, claro, das próprias transmissões das cerimónias oficiais do 25 de Abril... Uma omissão, objectiva e indisfarçável,

comemorações televisivas destes 25 anos e de muitas instâncias do seu debate, pelo menos não puderam deixar de «impor» a sua presença no argumento e nas personagens da peça de ficção que a RTP 1 em boa hora resolveu transmitir no horário nobre da emissão da noite de 25 de Abril.

O telefilme «Fuga», realizado por Luís Filipe Costa a partir da novela «Apuros de um pessimista em fuga», do escritor Mário de Carvalho, revelou-se, então, uma peça televisiva digna do maior interesse. Debruçando-se sobre a angústia de um militante comunista de base na fuga à perseguição da PIDE e em busca de poiso para passar em segurança a noite até à hora do encontro com um «contacto» do Partido na manhã seguinte - o telefilme permite-nos acompanhar as 24 horas por ele passadas em

bolandas, com frequência assaltado por receios infundados, invariavelmente enfrentando recusas de «amigos» com a justificação egoísta de que a oferta de guarida poderia provocar desagradáveis dissabores, e acabando por dormir na sua viatura para

não chegar atrasado a essa tarefa partidária.

Entretanto, ironia das ironias, e pesem embora as preocupações do nosso herói em não faltar ao encontro, uma vez lá chegado, e após longa espera, ele acaba por desistir e abandonar o local combinado (conforme mandavam as regras de segurança), pensando com os seus botões que «alguma coisa deve ter acontecido».

E aqui reside o achado da novela e do filme: essa «qualquer coisa» era, afinal, nada

menos que a eclosão da Revolução, facto que teria implicado, seguramente, a necessidade por parte do camarada do Partido de faltar ao encontro e assegurar outras tarefas porventura mais prioritárias.

Utilizando muito poucos diálogos e optando em largos momentos pela narração em off ou pelo uso do chamado monólogo interior, «Fuga» assume, assim, ao nível da imagem, a ilustração sequencial das movimentações da personagem principal, embora com fre-

quência interrompidas por flash-backs essenciais à compreensão da história. Flash-backs que têm a originalidade de recusarem uma cronologia meramente mecânica (e, assim, despertando no espectador a necessidade da construção da sua própria narração, que se vai fazendo e refazendo) e que, outras vezes, são substituídos por planos de corte ou mesmo sequências inteiras, quase sempre a preto-e-branco, sobretudo quando as mesmas se referem a reflexões do fugitivo marcadas por «alucinações» e «suposições» em relação a factos não verificados na realidade mas que apenas funcionam na sua mente humanamente assustada e, às vezes, até insegura - naquilo que é, ao mesmo tempo, o sublinhar dos perigos da luta e a caracterização social e de classe da personagem principal.

Na interpretação, o destaque vai para a representação da figura do militante em fuga construída por um cada vez mais cinematográfico Diogo Infante, bem acompanhado pela intensa representação do olhar por parte de Margarida Marinho (no papel da sua companheira) e, sobretudo, de João Lagarto, numa das suas melhores interpretações em televisão, na breve mas sempre difícil composição de uma personagem desistente, fracassada e insegura.

TVISTO

Francisco Costa



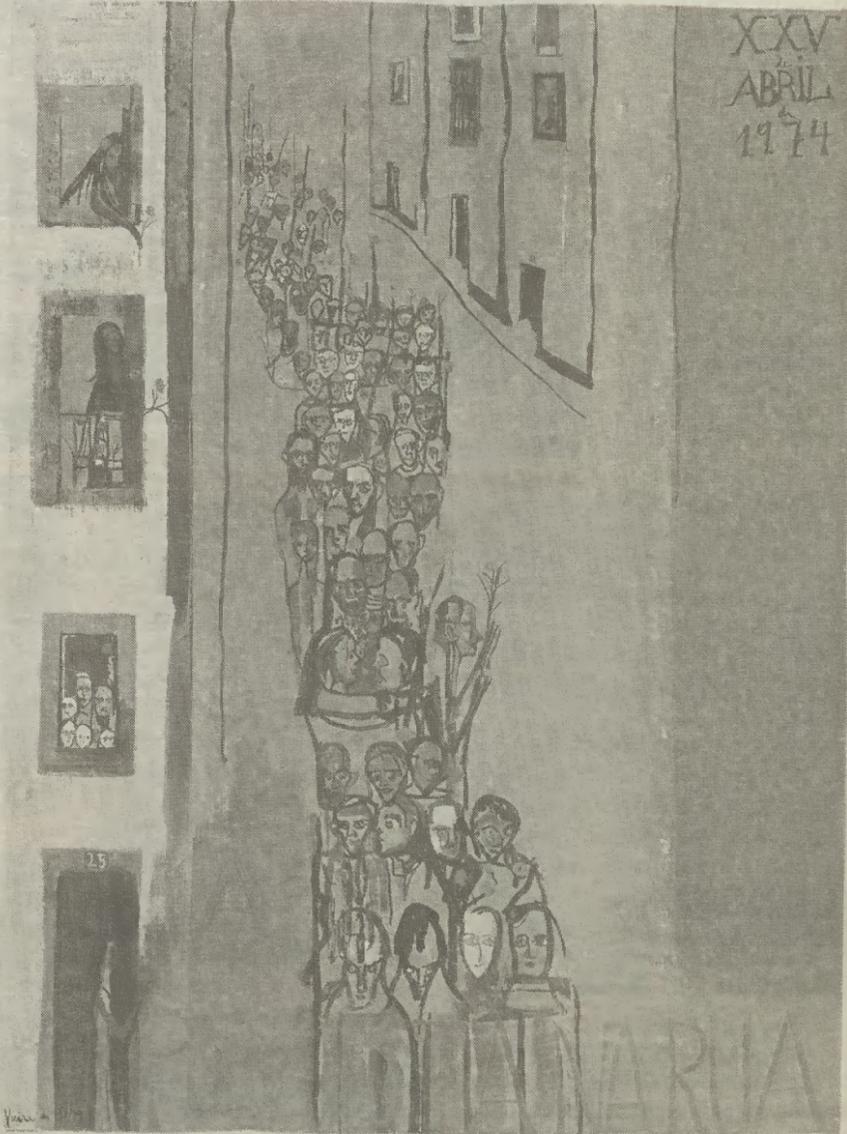
mesmo que, desta vez (curioso!) não tenha sido demasiado sublinhada a velha ladainha da «subversão da pureza inicial de Abril» ou dos riscos de «novos totalitarismos» - temática que, regra geral, costumava acompanhar anteriores balanços televisivos.

Ou seja: assegurado à partida o despiste do espectador, subjectivamente provocado pela fragmentação de informação por quatro canais, era esta uma forma mais subtil (porque menos primária na forma) de passar por cima do papel histórico do PCP e dos seus dirigentes e militantes. Quase sempre invocados e evocados quando se trata de elogiar (também era melhor!) a firmeza das suas convicções ou a persistência dos seus sacrifícios na luta antifascista pela Liberdade e pelo derrube da ditadura, mas logo passando a um conveniente plano secundário quando se trata de deles dar conta na nova situação de Democracia e na construção desta, enquanto motores essenciais da manutenção e da defesa das liberdades, impulsores maiores das principais conquistas revolucionárias, e protagonistas, por direito próprio, de uma firme e persistente intervenção nas frentes institucional e da democracia representativa e participativa.

Enfim, se os comunistas estiveram artificialmente ausentes da realidade documental nas

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante



Já à venda
o número de Maio/Junho



SUMÁRIO

ABERTURA

2 Ganhar muitos votos para a CDU

HOMENAGEM

4 Até sempre, camarada!

ORGANIZAÇÃO

6 Duas importantes Assembleias

LUTAS

10 1998, um ano de combate sindical com resultados positivos

UE

13 Em Junho há eleições

ASSEMBLEIA

19 PCP indispensável a uma viragem à esquerda

JUVENTUDE

22 Crescemos com o 6º Congresso
24 Foi a certeza de um grande Congresso

25 ABRIL - 25 ANOS

27 A revolução de Abril e o regime democrático

31 O associativismo e as lutas das praças da Armada

34 A última reunião da Comissão Executiva na clandestinidade

35 A abertura do primeiro Centro de Trabalho

36 A primeira reunião do Comité Central

37 "Olha o Avante! Comprem o jornal dos comunistas portugueses!"

38 Os primeiros comícios do PCP

CULTURA

39 O 25 de Abril e a música popular

JUSTIÇA

43 Crise da Justiça? As soluções existem

SOCIAL

46 A verdade e as mentiras sobre o desemprego

OFERTA DE LIVROS

49 As acções da ARA e a sua repercussão política

O Militante

Ano 67 Série IV Nº 240

Publicação bimestral

Propriedade
Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Telef: 793 62 72
Fax: 796 91 26

Nº Contribuinte 500940673

Director da publicação
Fernando Blanqui Teixeira

Administração
Editorial "Avante!", SA
Av. Almirante Reis, 90, 7º-A
1150 Lisboa
Telef: 815 34 87/81 63 11

Redacção
Rua Soeiro Pereira Gomes
1600 - 196 Lisboa
Telef: 793 62 72

Internet
Web: <http://www.pcp.pt>
e-mail: pcp@mail.telepac.pt

Distribuição
Editorial "Avante!", SA

Impressão
Heska Portuguesa
Parque Industrial
do Campo Razo - Sintra

Depósito Legal 1622/89

Tiragem: 10.000 exemplares

Capas: Cartaz de Maria Helena Vieira da Silva - Abril de 1974

AFORISMOS

51 Máximas e reflexões

INTERNACIONAL

52 Globalização
A ditadura do dinheiro

Notas e Comentários

56 A "diferença". Graves acusações. Inventadas? . Governo e Estado . Você tem razão... . Opiniões sobre os ex-comunistas . Um grande criminoso de guerra . Contra a guerra . A democracia nos EUA... . Os representantes do CNAL...

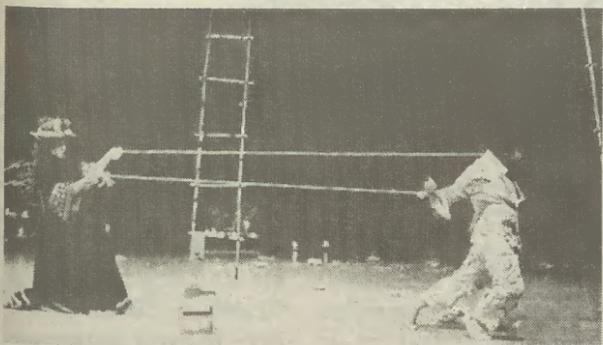
DOCUMENTOS

62 Comunicado do Comité Central



ESCAPARATE

TEATRO



Teatro da América Latina

Integrado no Festival América Latina, que está a realizar-se na Culturgest (Lisboa), estarão esta semana em destaque duas propostas teatrais oriundas daquele continente. Assim, já amanhã à noite (21.30) terá lugar a representação de «A Terceira Margem do Rio», uma peça de João Guimarães Rosa, numa concepção e direcção de Henrique Rodovalho. Será único intérprete o conhecido actor brasileiro Guido Campos Correa e o espectáculo, segundo o seu texto de apresentação, «demorou seis anos a ser criado e relata a história de um filho que passa toda a sua vida esperando o pai, numa canoa fundada a meio do rio. É uma metáfora sobre a vida, o que herdamos do passado e o que faremos com o nosso futuro».

Mais tarde, nas próximas terça e quarta-feira, 4 e 5 de Maio, subirá à cena no mesmo local, «Las Barcas del Tiempo», pela Companhia El Teatro de los Andes, uma companhia fundada na Bolívia em 91 por actores profissionais que têm a sua sede numa quinta-teatro em Yotala, lugar onde encenam e fazem formação artística e pedagógica. A peça, com texto e direcção de Cesar Brie, mostra-nos «um teatro de grande rigor antropológico sobre os costumes e os ritos populares dos Andes e resulta num interessante espectáculo moderno, onde a possibilidade da comunicação, nomeadamente

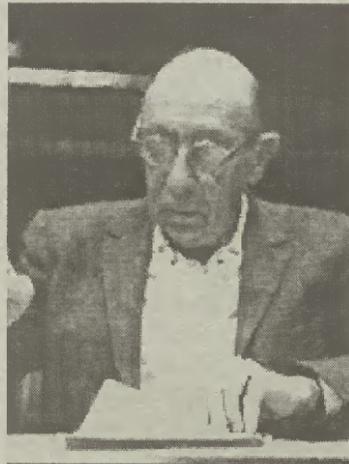
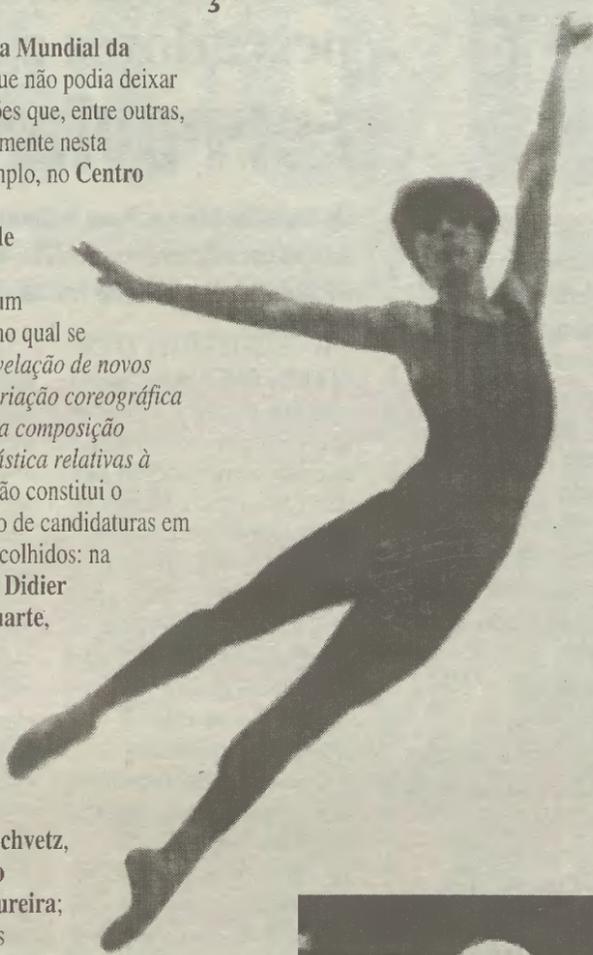
através da música e das canções, é um dos grandes objectivos».

Uma peça portuguesa no Barreiro

Foi estreado no passado dia 25 de Abril, no Teatro Municipal do Barreiro, a peça «Salazar, Deus, Pátria, Maria», uma produção do Grupo Arteviva, uma companhia subsidiada pela Câmara Municipal do Barreiro. Da autoria de Maria do Céu Ricardo, esta peça em um acto subdivide-se em três cenas: manhã, tarde e princípio da noite e, segundo o texto de apresentação, «a acção desenrola-se no dia 9 de Junho de 1958, o dia seguinte às eleições para a Presidência da República Portuguesa, as primeiras em que um candidato da oposição, General Humberto Delgado, foi às urnas. Em cena, apenas uma personagem, Dona Maria, e um único cenário, a cozinha do Palácio de S. Bento, residência oficial de Oliveira Salazar. Dona Maria (Maria Matos) permanece em cena o tempo todo e as suas memórias de 33 anos, «ao serviço do senhor doutor», vão sendo reveladas». Encenação de Jorge Cardoso, direcção de actores de Célia Figueira e figurinos, adereços e caracterização de Maria Matilde Cavaco. Em cena, todas as quintas e sextas-feiras, às 22 horas, até finais de Junho.

Dia Mundial da Dança

Comemora-se hoje o Dia Mundial da Dança e o nosso destaque não podia deixar de ir para duas realizações que, entre outras, se enquadram adequadamente nesta comemoração. Por exemplo, no Centro Cultural de Belém, a Companhia Nacional de Bailado realiza, como é habitual todos os anos, um Estúdio Coreográfico no qual se procura «estimular a revelação de novos valores no domínio da criação coreográfica bem como no domínio da composição musical e da criação plástica relativas à dança». Esta apresentação constitui o culminar de um processo de candidaturas em função do qual foram escolhidos: na coreografia, Né Barros, Didier Chazeau, Fernando Duarte, David Fielding, Hillel Kogan, Pedro Mascarenhas, César Moniz e Rui Pinto; na composição, Sérgio Azevedo, Luís Bragança Gil, Daniel Schvets, Mário Franco, Eugénio Rodrigues e João Madureira; e no domínio dos artistas plásticos, Ana Teresa Castelo, Susana Machado, Natacha Fernandes, Raul Reis, Daniel Blaufuks, Henrique Andrade, Ana Cristina R. Pinto e Pedro Girão. Este assim denominado Estúdio Coreográfico 99 terá lugar no Grande Auditório do CCB hoje e amanhã às 21.30. Mas a mesma Companhia Nacional de Bailado, também amanhã sexta-feira (mas às 16 horas), organizará um acontecimento muito especial no mesmo local. Trata-se de um ensaio aberto, sobretudo dedicado ao público jovem, de uma obra coreográfica que ficou a marcar a história da dança do século XX: a Sagração da Primavera, com música de Igor Strawinsky e coreografia de Vaslav



Nijinski. Segundo o programa, será distribuído um caderno de apoio para os professores que pretendam posteriormente desenvolver trabalho com os alunos.

Catarina Pires
CINCO
CONVERSAS COM
ÁLVARO CUNHAL

Cinco Conversas com Álvaro Cunhal

Acontece raramente que as entrevistas sejam, para o leitor que as lê, as conversas que gostaria de ter com os entrevistados. E muitas razões haverá para que assim suceda, desde os temas escolhidos à postura de cada um dos dialogantes. Embora a maior parte das vezes a responsabilidade da frustração que recai sobre o leitor caiba inteiramente ao entrevistador que não raro pretende guindar-se ao lugar do mais esperto, fazer passar a sua «mensagem», a sua «visão», estender armadilhas em lugar de suscitar respostas, embrulhar ideias em vez de esclarecê-las, de iluminar a personalidade de quem convidou a depor.

São por vezes os mais jovens - se não correrem atrás do «estilo» dominante - quem faz as melhores perguntas, aquelas que a maioria dos leitores gostaria de colocar, assumindo com maior frescura a sua curiosidade.

O entrevistado, neste livro, é Álvaro Cunhal. Que ao longo da vida - sobretudo nos últimos 25 anos - já deu numerosas entrevistas, respondeu a inúmeras questões, fez centenas de discursos perante milhares de pessoas, interveio em debates, escreveu livros e, nessa intervenção pública, não confinou a opinião dada aos temas exclusivamente políticos, antes a alargou a muitos aspectos da actividade humana, dos sentimentos humanos.

Mas... e aquelas perguntas que tantos gostariam de fazer-lhe, na demora de um tempo mais largo que uma sessão? Muitas dessas perguntas estão aqui, neste livro, em forma de conversas. Catarina Pires, que havia proposto, de início, uma entrevista a Álvaro Cunhal, obteve muito mais - um livro inteiro. Cinco Conversas com Álvaro Cunhal. Arrumadas por temas, sim, mas sem espartilhos onde as perguntas se tolham ou as respostas se confinem. Aqui vai, em jeito de antegosto para a leitura, os temas abordados com largueza - a História, o Mundo, a Política, a Arte, as coisas da vida...

Uma edição da *Campo das Letras*.

CLÁSSICA

Concerto no Teatro Nacional de S. Carlos

Integrado na Temporada de 98/99, realizam-se amanhã e sábado, 30 de Abril e 1 de Maio, pelas 21.30, no Teatro Nacional de São Carlos, dois concertos cujo repertório, inteiramente devido ao génio de Wolfgang Amadeus Mozart, é composto pelas seguintes obras: Sinfonia «Praga», Exultate Jubilate e Requiem. A direcção musical, à frente da Orquestra Sinfónica Portuguesa e do Coro do Teatro Nacional de São Carlos (cujo maestro titular é João Paulo Santos), estará a cargo de Harry Christophers e os solistas serão Rosa Mannion (soprano), Catherine Wyn-Rogers (contralto), Paul Austin Kelly (tenor) e Michael George (baixo).



Recital em Alcochete

É já amanhã que se realiza às 21.30, nos Paços do Concelho de Alcochete, um recital de música de câmara por um quinteto

com harpa da Orquestra Metropolitana de Lisboa. No programa constam obras de Françaix, Debussy e Ropartz e o quinteto é constituído por: Stéphanie Manzo (harpa), Sandra Pina (flauta), James Dahgren (violino), Paul Wakabayashi (viola) e Paulo Gaió Lima (violoncelo).

Coro da AAM em Loures e Queluz

Apresentando o seu habitual repertório constituído por obras corais do grande compositor português, o Coro Lopes-Graça da Academia de Amadores de Música realizará mais dois concertos da sua temporada anual. Desta vez, os concertos terão lugar no Pavilhão Paz e Amizade de Loures no dia 1, às 21.30, e no Palácio de Queluz no dia 2 à mesma hora.

OUTRAS MÚSICAS

Homenagem a Ellington no HCP

Com uma longa *jam session*, o Hot Clube de Portugal (Praça da Alegria, Lisboa) vai comemorar hoje à noite, a partir das 22 horas, a passagem do centenário de um grande músico e compositor do jazz - Duke Ellington. Neste encontro musical, que se prolongará noite (e madrugada) fora, participarão alguns dos mais destacados músicos de jazz nacionais.



EXPOSIÇÕES

Evocação de Abril, na Moita

Integradas nas comemorações do 25 de Abril, continuam patentes ao público várias exposições organizadas no concelho da Moita, a saber: Poema, Um Lugar de Liberdade», na Biblioteca Municipal do Vale da Amoreira e na Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça (Moita); «Memórias da Revolução de Abril» (fotografia), de Humberto Sousa; «Grafitti», no Centro de Informação Juvenil (Vale da Amoreira)

Zeca Afonso, Sempre! - na Amadora

Realiza-se até dia 2 de Maio na galeria «L'Acropole Rouge», espaço de arte e cultura, uma exposição intitulada «Abril sem Abril, Zeca Afonso Sempre!». Trata-se de uma exposição fotográfica e documental dedicada à memória do grande cantor de Abril, aberta de



segunda a sexta das 21 às 24 horas e aos sábados e domingos das 18 às 24 horas.

«Grupo de Espinho» homenageia Artur Bual

O chamado «Grupo de Espinho», constituído por Branquinho Pequeno, Cristina Jorge, Dulce Castro, Luís Guedes, Manuel Almeida e Mário Alberto, homenageia Artur Bual através de uma exposição de pintura e escultura patente ao público até amanhã à noite no espaço cultural Recreios da Amadora. Paralelamente a esta exposição, será lançada a obra «Oceanos - Realidade e Imaginários», do professor António Branquinho Pequeno e realizar-se-á em 6 de Maio um debate do cenógrafo Mário Alberto com alunos da Escola Superior de Teatro e Cinema.

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Vassalagem

Os 50 anos da NATO foram comemorados em Washington sem o carácter festivo desejado pelos EUA mas com a pompa e circunstância suficientes para mostrar ao mundo que o novo império considera chegada a sua hora de mostrar, sem equívocos, quem dita as regras do jogo. Não é necessária muita imaginação para traçar o paralelo entre o cenário de grandeza e decadência que caracterizou no passado o imperial sonho romano e a encenação levada a cabo no domingo, em que ao som da música e com o agitar de bandeiras que um dia foram símbolo de independência se assistiu ao degradante espectáculo da prestação de vassalagem.

Dezoito dos países da Aliança, mais os que se acotovelam à porta para entrar no clube, foram a Washington cantar loas ao imperador, mostrar a folha de serviços prestados e apresentar as petições com que esperam ser recompensados. A todos os EUA prometeram ajuda económica e protecção, depois do 'amen' incondicional ao novo Conceito Estratégico que apaga as fronteiras do campo de intervenção da NATO. O limite passa a ser o infinito, ainda que um resquício de pudor remeta para uma abstracta «área Euro-Atlântica», que o próprio ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, numa intervenção em que demonstrou ter erradicado do vocabulário o conceito de soberania, identificou como «o Hemisfério Norte».

O novo texto definidor do papel da NATO fala de «desafios do futuro», de uma Aliança «maior, mais capaz e mais flexível», com «novos membros» e «novas missões», vocacionada para a «prevenção de conflitos», «gestão de crises» e «operações como resposta a crises», onde e quando considerar em perigo os seus interesses. As Nações Unidas não são vistas nem achadas nesta nova ordem, a não ser como elemento decorativo e apenas quando dispostas a submeter-se aos supremos ditames dos «aliados». Jaime Gama, de novo, foi claro ao afirmar que os EUA não querem ficar dependentes das resoluções da ONU para actuarem, indo ao ponto de invocar as dificuldades causadas pelo direito de veto, que curiosamente os norte-americanos sempre utilizaram quando esteve iminente alguma condenação dos seus mais dilectos seguidores, como é o caso de Israel, Turquia ou Indonésia, por exemplo. «Não podemos deixar que os cinco países com direito de veto mandem na comunidade internacional», disse Gama. A alternativa, constata-se agora, é haver apenas um – os EUA, sob a capa da NATO – a ditar as decisões. O que é naturalmente muito mais democrático. A reboque desta nova ordem foi também a União Europeia, transformada em Washington em «sujeito político-militar» da NATO, sem que qualquer consulta fosse feita aos cidadãos europeus, o que é igualmente muito democrático.

No mesmo dia da vassalagem, a Jugoslávia sofreu os maiores bombardeamentos desde o início da operação «Força Aliada». Depois da «censura da bomba contra a TV sérvia», como lhe chamou o Sindicato dos Jornalistas portugueses, em que pelo menos 10 pessoas morreram e 18 ficaram feridas, novos bombardeamentos atingiram a estação televisiva antes sequer de ter sido possível remover os escombros onde se crê que mais 20 pessoas ficaram soterradas. E também Novi Sad, e Nis, e muitas aldeias do Kosovo, onde as granadas radioactivas já entraram em acção. Do hospital de Pristina chegam notícias trazidas por uma equipa dos 'Médicos do Mundo-Grécia', que durante três dias testemunharam «todo o sofrimento do mundo» nos olhos de sérvios e kosovares que ali partilham tudo, até a mesma cama. Nada que comova os novos senhores do mundo e os seus lacaios. A Aliança, reza o comunicado final da cimeira de Washington, vai prosseguir a sua acção «para proteger a estabilidade» e «construir uma Europa unida e livre».

■ Anabela Fino

Greves também de enfermeiros, pescadores e pessoal do Gás

Ferroviários param amanhã

Os trabalhadores exigem melhores salários, estabilidade de emprego e o fim do ataque aos direitos conquistados pelas lutas travadas ao longo de gerações.

Os trabalhadores da CP, REFER e EMEF estão amanhã em greve, para fazer avançar as negociações em curso nestas empresas e criar condições para um acordo rápido. Na base da declaração de greve – refere a Federação dos Ferroviários – estão as atitudes tomadas pelas administrações destas empresas, no caso da REFER e EMEF com a suspensão unilateral das negociações e, no caso da CP, pelo protelamento das mesmas.

O objectivo destas manobras, acusa noutro comunicado o Sindicato dos Ferroviários do Centro, é a tentativa de aplicar baixos salários e retirar direitos aos trabalhadores, com o beneplácito dos «sindicalistas» do costume que assinaram um acordo que «atira para o lixo» direitos conseguidos com a luta de «gerações de ferroviários».

Com a entrada em vigor do presente acordo de empresa «toda a regulamentação aplicável às relações de trabalho dos trabalhadores ao serviço da empresa» seria revogada.

Os trabalhadores do Grupo Gás de Portugal, por sua vez, decidiram, na sexta-feira passada, prosseguir a luta em defesa dos postos de trabalho, dos direitos e da manutenção dos vínculos laborais, tendo já entregue um pré-aviso de greve a partir de 4 de Maio e com duração indeterminada.

A decisão vem na sequência do comportamento da Administração do Grupo GDP e do Governo, de fuga ao diálogo com as organizações representativas dos trabalhadores e de recusa a assumir quaisquer compromissos relativamente à salvaguarda do emprego e dos direitos.

Também da sexta-feira, os Centros de Saúde funcionaram sem enfermeiros, que nesse dia aderiram massivamente à greve nacional decretada pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses.

A greve, cuja adesão, segundo o SEP, atingiu os 80 por cento, teve em vista a equiparação da carreira de enfermagem aos valores das Carreiras Técni-

cas e Técnica Superior da Administração Pública, melhores condições de trabalho e a aplicação prevista na lei de horário acrescido a todos os enfermeiros que para tal se disponibilizem, de forma a diminuir a carência de profissionais.

Em greve há mais de três semanas, com uma adesão de quase 100 por cento, encontram-se também os pescadores do arrasto costeiro com vista a uma negociação séria do seu Contrato Colectivo de Trabalho e melhores condições de vida.

Os pescadores vivem de salários baixos (25.500\$00 é o salário-base garantido) e dependentes da sorte da pesca e do valor

que comerciantes e intermediários queiram dar ao pescado, com uma percentagem de pesca que não é alterada há cerca de 30 anos e trabalhando em condições de grande risco e penosidade 16 a 20 horas diárias, fins de semana e feriados. Ontem, junto à Assembleia da República, uma delegação de pescadores decidiu protestar, montando uma mesa com lugares para o primeiro-ministro, os ministros do Trabalho e da Agricultura e representantes de cada Grupo Parlamentar, a quem iam oferecer uma caldeirada com peixe de rio, já que no mar portugueses não pescam há mais de três semanas.

CDU arranca pré-campanha

Com uma Jornada Nacional de Informação e Esclarecimento que decorrerá de 6 a 10 de Maio, a CDU dará início à sua pré-campanha.

Sob o lema Mais Esquerda, Melhor Portugal, esta Jornada decorrerá em todo o País com a realização de múltiplas iniciativas, que mobilizarão activistas e apoiantes da CDU e durante a qual será distribuído um folheto e colocado um pendão.

Rui Sá substitui Ilda Figueiredo na Câmara do Porto

Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU às eleições para o Parlamento Europeu, foi substituída na Câmara Municipal do Porto por Rui Sá, «autarca de grande experiência» e «conhecido da cidade, dos seus problemas e das aspirações da sua gente», como sublinhou Vidal Pinto, na conferência de imprensa realizada pela Direcção da Organização Regional do PCP para anunciar a substituição de Ilda Figueiredo, cuja eleição dá como certa.

Rui Pedro de Araújo Sá, membro do Comité Central do PCP e da DORP, é deputado da CDU na Assembleia Municipal do Porto e Vice-Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, tendo sido, enquanto estudante, membro do Conselho Directivo e Presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária Infante D. Henrique

e membro da Mesa da Assembleia de Representantes e do Conselho Pedagógico da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Actualmente membro de várias associações profissionais e locais, Rui Sá é ainda director adjunto de uma infra-estrutura tecnológica de Interface Universidade do Porto/Indústria, Assistente Convidado do Departamento de Produção e Sistemas da Universidade do Minho e colaborador regular do Primeiro de Janeiro.

Garantindo que a intervenção da CDU na cidade do Porto será sempre animada pelo «estilo CDU», «qualquer que seja o vereador», Rui Sá expressa com quatro palavras o sentimento que o anima ao «abraçar este novo projecto»: honra, orgulho, responsabilidade e reconhecimento.

Ilda Figueiredo, por seu turno, fez questão de frisar que, apesar de não existir qualquer incompatibilidade legal em ser deputada no PE e, simultaneamente, vereadora sem pelouro na Câmara, essa incompatibilidade é ela própria que a coloca,

devido ao estilo de trabalho junto das populações que a caracteriza e que quer manter no PE. A cidade, porém, «não perdeu ninguém: ganhou um novo vereador, que vai continuar profundamente empenhado na resolução dos problemas da cidade».

Álvaro Cunhal nos Açores

Na segunda-feira passada, Álvaro Cunhal participou num colóquio dedicado à Liberdade, que se realizou na Escola Secundária Vitorino Nemésio, em Praia da Vitória, Ilha Terceira.

A iniciativa, que abriu e encerrou com a actuação de um grupo musical composto por alunos, professores e funcionários da Escola, esteve integrada na Semana da Filosofia organizada por aquela Escola, decorrendo num ambiente de grande participação e de autêntica comemoração do 25 de Abril.

Ao longo de mais de duas horas, Álvaro Cunhal dialogou com alunos, professores e cidadãos da Praia da Vitória que encheram por completo o auditório daquela escola.

À noite, em Angra do Heroísmo, Álvaro Cunhal participou num jantar-convívio muito alargado com debate sobre o 25 de Abril e a actualidade política.

Na manhã seguinte, o dirigente comunista voltou à Escola Vitorino Nemésio, desta vez para responder a muitas questões postas por alunos e professores daquela escola sobre a obra de Manuel Tiago.

A visita de Álvaro Cunhal à Terceira, que mereceu acentuada referência na comunicação social dos Açores, deu lugar a diversas entrevistas a jornais, rádios e televisão local.

Em declarações à comunicação social, o coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota, sublinhou a forma muito calorosa, interessada e amigável como em todo o lado Álvaro Cunhal foi recebido.



5 603199 000445